



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM CAIEIRISTA NO MUNICÍPIO DE  
PARNAMIRIM/PE**

Catarina Menezes Ferreira

São Cristóvão  
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**Arqueologia da paisagem caeirista no município de Parnamirim - PE**

Catarina Menezes Ferreira

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em  
ARQUEOLOGIA para obtenção  
do título de Mestre em  
Arqueologia

Orientadora: Dra. Márcia Barbosa da Costa Guimarães

São Cristóvão  
2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

F383a Ferreira, Catarina Menezes  
Arqueologia da paisagem caieirista no município de Parnamirim-PE / Catarina Menezes Ferreira ; orientador Márcia Barbosa da Costa Guimarães. – São Cristóvão, 2018.  
150 f. : il.

Dissertação (mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Arqueologia – Parnamirim (PE). 2. Paisagens. 3. Cal. 4. Participação social. I. Guimarães, Márcia Barbosa da Costa, orient. II. Título.

CDU 902:711.2-033.22(813.4)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO

CATARINA MENEZES FERREIRA

**Arqueologia da Paisagem Caieirista no Município de Parnamirim - PE**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE EM 23.07.2018

BANCA EXAMINADORA:

Márcia Barbosa da Costa Guimarães  
Orientadora

1º Examinadora: Daniela Magalhães Klökler  
PROARQ-Universidade Federal de Sergipe

2º Examinadora: Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia  
DARQ-Universidade Federal de Sergipe

## RESUMO

Este estudo busca a compreensão da paisagem através da atividade artesanal da cal no Município de Parnamirim, localizado no sertão central pernambucano. O exame é voltado aos aspectos do cotidiano da região que podem ser discutidos a partir de particularidades da história recente. A pretensão é analisar a paisagem através da materialidade e dos testemunhos orais dos produtores de cal. As relações das pessoas com as coisas são enfocadas para discutir noções das atividades caieiristas e uso da cal através das práticas sociais, em um contexto em que é ressaltada a importância da incorporação da paisagem estudada. Através da subjetividade das pessoas envolvidas na documentação busco a interpretação da paisagem que sujeitos ativos percebem, atuam e dão significado por meio de uma produção artesanal. Desta forma, direciono a pesquisa reunindo informações do saber fazer cal, da materialidade e de memórias presentes nas fontes orais, da experiência obtida por mim em campo e de minha interpretação dos estudiosos que discutem a paisagem como meio social. A perspectiva da participação ativa das pessoas é um aspecto central da discussão e envolve direcionar as atividades realizadas na região aos aspectos da permanência dos indivíduos, que apresentam formas de conceber a paisagem influenciada pelas atividades econômicas. Esta é uma questão captada pela maneira de entender a paisagem como um elemento inerente ao cotidiano dos habitantes locais. Um dos argumentos é que é possível conhecer os sujeitos sociais pesquisados com base na forma em que eles atuam na paisagem. É um aspecto da socialização local perceptível pelas maneiras que aqueles trabalhadores afirmam a sua escolha de permanecerem no seu lugar.

Palavras-chaves: Arqueologia da Paisagem. Práticas Sociais. Sertão Central Pernambucano.

## **Archeology of the Limeness Landscape in the Municipality of Parnamirim – PE**

### **ABSTRACT**

This study seeks to understand the landscape through the artisanal activity of lime in the Municipality of Parnamirim, located in the central wilderness of Pernambuco. The examination is focused on aspects of the daily life of the region that can be discussed from particularities of recent history. The intention is to analyze the landscape through the materiality and oral testimonies of the lime producers. The relations of people with things are focused to discuss notions of the limely activities and use of lime through social practices, in a context in which the importance of the incorporation of the studied landscape is emphasized. Through the subjectivity of the people involved in the documentation I look for the interpretation of the landscape that active subjects perceive, act and give meaning through a handmade production. In this way, I direct the research by gathering information about the lore, the materiality and memories present in the oral sources, the experience obtained by me in the field and my interpretation of scholars who discuss the landscape as a social environment. The perspective of active participation of the people is a central aspect of the discussion and involves directing the activities carried out in the region to the aspects of the individuals' permanence, which present ways of conceiving the landscape influenced by economic activities. This is a question captured by the way of understanding the landscape as an element inherent in the daily life of the local inhabitants. One of the arguments is that it is possible to know the social subjects surveyed on the basis of how they act in the landscape. It is an aspect of local socialization perceptible by the ways that those workers affirm their choice to remain in their place.

**Keywords:** Landscape Archaeology. Social Practices. Central Wilderness of Pernambuco.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a muitas pessoas que estiveram na minha vida por períodos curtos ou que sempre me direcionaram ao caminho de novos conhecimentos, descobertas e aprendizados. Gostaria de agradecer primeiramente aos caieiristas e demais habitantes do Povoado do Barro que, do jeito deles, me ensinaram muitas coisas, não só sobre uma produção, mas também sobre a vida.

Em Parnamirim conheci outras pessoas maravilhosas que também contribuíram com muitos ensinamentos. Quero agradecer a todos da Família Agra, que me acolheram e que durante mais de um ano me mostraram cada cantinho de Parnamirim. Em especial gostaria de agradecer à saudosa Dadá e seus irmãos Gernário e Brando. Desses guardo muitos aprendizados e sempre me lembrarei deles ao pensar sobre a caatinga.

Agradeço também aos curtumistas e os seleiros de Salgueiro e outros municípios. Abrir as portas de suas casas, curtume e selarias para uma forasteira e mostrar com toda paciência as etapas do trabalho com o couro de animais foi mais uma das experiências enriquecedoras e calorosas que vivi no sertão.

A CAPES pelo financiamento de bolsa de estudos durante os meses que seguiram a escrita e conclusão dessa dissertação. A Márcia, a minha orientadora, gostaria de agradecer pela paciência e pelo respeito às minhas ideias e limites. Aos professores e colegas que tive contato durante os meses de aulas agradeço cada conhecimento e crítica. Dos colegas da Zanettini Arqueologia é com imenso carinho que agradeço a todos e em especial a Camila de Azevedo Moraes-Wichers, Luciana Bozzo e Paulo Zanettini. Guardo também com carinho todos os companheiros do monitoramento arqueológico que após os dias de trabalho dividiram comigo uma mesa ou outra lá e acolá do sertão.

Obrigada a minha mãe, meu pai, irmã e irmão pela confiança e segurança em minha vida. Agradeço também a meu eterno companheiro Luiz Antonio, o meu Tom, pelo apoio, paciência, incentivo e confiança. A minha pequena filha, Íris, agradeço pela sua existência.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	5
ABSTRACT .....	6
SUMÁRIO .....	8
LISTA DE QUADROS .....	9
LISTA DE FIGURAS .....	10
INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO 1 - PARNAMIRIM E NÓS .....	26
1.1. Breves considerações da cal .....	32
1.2. O <i>ramo da cal</i> .....	38
1.2.1. O jeito de fazer e usar por uma abordagem etnoarqueológica .....	42
1.2.2. Fornos .....	65
CAPÍTULO 2 - A PAISAGEM DELES POR MIM .....	73
2.1 Fazenda Solimões .....	76
2.2 Fazenda Caieiras .....	82
2.3 Fazenda Roncadeira .....	87
CAPÍTULO 3 - A PAISAGEM POR NÓS .....	92
CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	117
APENDICE .....	126



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Discriminação dos fornos evidenciados.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lenha: (a) Lenha armazenada em frente ao forno de *Galego do Cal*; (b) Lenha armazenada nos fundos do forno de *Galego do Cal*.

Figura 2 – Exploração do calcário: (a) caieirista em ação no *arracandor* de *Galego do Cal*; (b) Ferramentas usadas para o trabalho de extração no *arracandor*.

Figura 3 - Acomodação das lajes: (a) matakões e lajes no *arracandor* de *Galego do Cal*; (b) Matakões no *arracandor*.

Figura 4 - Preparação do forno: (a) Preparação da parede interna do forno. (b) Caieirista finaliza a inserção de argamassa na parte interna do forno.

Figura 5 – Características dos fornos: (a) Parede interna do forno parcialmente coberta com argamassa; (b) Caieirista presta informações sobre a manutenção do forno.

Figura 6 – Quebra do calcário: (a) Caieiristas quebrando o calcário em *lajes*, *rachas*, *pedra pequena* e *xerem*; (b) Vista do calcário antes da organização da *armação*.

Figura 7 - Diversidade de tamanhos do calcário reduzido e pronto para a queima; (b) Detalhe do calcário reduzido e pronto para a queima.

Figura 8 - Forno com o formato de abóbada próximo do forno de *Galego do Cal* usado como referência da forma da *armação* construída dentro da câmara do seu forno.

Figura 9. Base do Forno: (a) Base da *armação* vista acima do forno; (b) Base da *armação* vista da frente do forno.

Figura 2 Armação: Estruturação externa da *armação*, chamada de *cachimbo*; (b) Detalhe da lenha inserida no meio da *armação*.

Figura 11 - Vista da parte superior do forno após a finalização da *armação*.

Figura 12 - *Armação* após a queima.

Figura 13 - Cal virgem: (a) Cal virgem ou viva ainda no forno após a queima; (b) Cal virgem sendo retirada do forno.

Figura 14 - *Aguação*: (a) Demonstração da *aguação* da cal virgem; (b) Transformação da cal virgem em cal hidratada.

Figura 15 - Desenho esquemático das etapas produtivas desde a *armação* até a *aguação*.

Figura 16 - Ensacamento da produção: (a) detalhe; (b) plano geral.

Figura 17 – Transporte: (a) Organização da produção na *paviola*; (b) transporte da produção.

Figura 18 – Rota de comercialização da cal produzida em Parnamirim.

Figura 19 – Uso da cal: (a) Casa de taipa em Terra Nova, com paredes internas caiadas; (b) Detalhe de paredes caiadas e sem a adição de cal em casa de taipa em Terra Nova.

Figura 20 – Revestimento com cal: (a) Casa de taipa em Parnamirim com caiação externa; (b) Casa de taipa em Parnamirim com resquícios de caiação externa.

Figura 21 – Revestimento com uso da cal: (a) Casa de taipa em Parnamirim com caiação externa e reboco de cimento externo; (b) Casa de taipa em Ouricuri com caiação externa e ampliação com tijolos de gesso.

Figura 22 – Produção do couro: Peles de animais antes do tratamento nas mãos do curtumista Sr. Zequinha; (b) Local onde as peles são tratadas com cal para retirada dos pelos no curtume de Salgueiro.

Figura 23 – Produtos de couro: (a) Exemplo de uso de chapéu de couro; (b) O seleiro Sr. Antônio em atividade em seu ateliê em Salgueiro.

Figura 24 – Venda de couro: (a) Peles descartadas pelos feirantes em Salgueiro; (b) Venda de solas e objetos de couro na feira em Salgueiro.

Figura 25 – Caieira: (a) para a produção de carvão em Parnamirim; (b) Dimensões da *caieira*.

Figura 26 – Estrutura da caieira: (a) *Caieira* para a produção de carvão em Salgueiro; (b) dimensões.

Figura 27. Forno retangular: (a) Foto; (b) Desenho esquemático do forno retangular.

Figura 28 - Forno circular: (a) Foto; (b) Desenho esquemático do forno circular.

Figura 29 - Forno circular duplo: (a) Foto; (b) Desenho esquemático do forno circular duplo.

Figura 30 – Partes dos fornos: (a) Boca do forno do *Galego do Cal*; (b) Boca e ouvidos do forno circular duplo do Sr. Eufrásio.

Figura 31 – Partes dos fornos: (a) Ouvido do forno circular da Fazenda Solimões; (b) Boca do forno circular da Fazenda Solimões.

Figura 32 – Vias de acesso: (a) Via de entrada do Povoado do Barro; (b) Residências no Povoado do Barro.

Figura 33 - Implantação do Povoado do Barro, demais localidades e principais vias de acesso.

Figura 34 - Localização do Povoado do Barro e demais estruturas de fornos.

Figura 35 - Implantação da Ferrovia Transnordestina na Fazenda Solimões.

Figura 36 – Forno: (a) Estado do forno da Fazenda Solimões ao ser identificado; (b) Vista do forno da Fazenda Solimões durante obras da Ferrovia Transnordestina.

Figura 37 – Rejeitos: (a) Rejeitos da produção descartados próximo ao forno da Fazenda Solimões; (b) Detalhe de rejeitos da produção.

Figura 38 – Ao fundo o forno da Fazenda Solimões.

Figura 39 - Fazenda Solimões antes da construção da Ferrovia Transnordestina.

Figura 40 - Destaque dos elementos de produção de *Galego do Cal*.

Figura 41 - Vista da barraca usada como área de descanso próximo ao forno.

Figura 42 - Vista panorâmica do *arrancador* e forno.

Figura 43 - Estruturas produtivas da Fazenda Caieiras.

Figura 44 - Destaque dos elementos de produção de Sr. Francisco.

Figura 45 – Fazenda Rocadeira: (a) Calcário queimado e peneiras; (b) Diversas estruturas usadas para o acúmulo d'água.

Figura 46 – Forno: (a) Forno do Sr. Francisco Miranda; (b) Forno, lenha abandonada e área de *aguação* da Fazenda Roncadeira.

Figura 47 – Fornos: (a) Forno 4 redondo abandonado na Fazenda Roncadeira; (b) Forno 5 retangular e abandonado na Fazenda Roncadeira.

Figura 48 – Fornos: (a) Forno 4 redondo abandonado na Fazenda Roncadeira; (b) Forno 5 retangular e abandonado na Fazenda Roncadeira.

Figura 49 - *Galego do Cal* em seu local de trabalho.

Figura 50 - Francisco durante entrevista.

Figura 51 - Sr. Francisco Miranda em sua propriedade.

Figura 52 - Sr. Francisco Cajarana durante atividade de redução do calcário.

Figura 53 - Sr. Eufrásio em sua residência.

Figura 54 - (a) Sr. Zequinha (José Alves da Silva); (b) Sr. Francisco José da Silva.

Figura 55 - (a) Sr. Francisco José prepara a casca do angico para colocar no tanque e colorir o couro; (b) Tanque para imersão das solas.

Figura 56 - Sr. Antônio em seu ateliê.

Créditos das fotografias Zanettini Arqueologia

## INTRODUÇÃO

A convivência com caieiristas no Povoado do Barro me mostrou persistentes maneiras de atuação com a produção da cal que foram disseminadas de forma plural pelas narrativas da paisagem. Este é um dos elementos que se associam na minha interpretação. Adiciono a experiência de campo que obtive no sertão central pernambucano e a opinião de estudiosos da paisagem que a concebem como um meio social em que se situa a vida, onde ocorrem ações e se localizam os pensamentos.

As reflexões da paisagem caieirista que desenvolvo fazem parte de um exercício de desconstrução marcado por dois momentos. O primeiro e mais significativo diz respeito à etapa em que estive diretamente inserida no cotidiano do semiárido nordestino durante quase quatro anos. Nesse intervalo morei por mais de um ano em Parnamirim. Esse período de imersão no semiárido fez parte do trabalho que desenvolvi no amplo Programa Gestão da Ferrovia Transnordestina, no âmbito de arqueologia de contrato realizado pela Zanettini Arqueologia durante o monitoramento das obras do empreendimento da linha férrea nos Estado de Pernambuco, Ceará e Piauí. A experiência foi marcada desde o primeiro dia em Parnamirim, quando ao encontrar nova realidade tive que reformular conceitos sobre o sertão que faziam parte de minha formação desde a infância.

Minha experiência foi provocada pela própria proposta do programa de arqueologia que trabalhei e pela prática de alguns arqueólogos envolvidos que me ajudaram a ter um novo entendimento do sertão, desde então não apenas um, mas sim sertões. Essa concepção buscou romper com a visão de um Nordeste único como se suas inúmeras características fossem comuns a todos os lugares e municípios, sejam eles da costa litorânea, do agreste ou do semiárido. Além da imaginária homogeneidade, ainda tive que contornar os discursos da construção de um semiárido onde só existia a pobreza, fome, atraso, deserto e êxodo rural - noções desconstruídas pelo pensamento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011).

Nesse projeto também foi possível desenvolver uma arqueologia do passado contemporâneo. Essa proposta visou dar atenção à materialidade do século XX em

uma tentativa de discutir sobre as coisas sem as delimitações temporais tão rígidas e comuns do campo da arqueologia histórica (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2018). É marcante nessa proposição seguir a compreensão das formas de pensar e agir reconhecidas nas práticas diárias registradas.

Ao seguir o encaminhamento do programa observei o relacionamento das pessoas com o saber fazer e consumo da cal. A vivência no sertão central pernambucano e a experiência de campo me permitiram perceber que são subjacentes ao saber fazer cal relações disseminadas por sujeitos sociais que formam a paisagem caieirista materialmente tanto no Povoado do Barro, onde a atividade foi intensamente documentada, quanto nos lugares em que a materialidade do produto em discussão é substanciada. E sua substância é encontrada nas narrativas, no consumo de vestimentas de couro e nas habitações com paredes caiadas e/ou com a construção aglutinada por cal.

A visão acima das relações que as pessoas realizam com as coisas é o cerne do que compreendo da pesquisa da paisagem, dentro da ideia de que o estudo precisa ser realizado através das maneiras em que sujeitos sociais atuam em seu contexto. Ao voltar os olhares para a materialidade, tanto a partir das percepções, como de modificações do meio ambiente, a reflexão aqui pretendida é direcionada à ocupação das pessoas que desenvolvem atividades específicas. Interessa-me ir além da reflexão sobre a atividade enquanto recurso para a sobrevivência das famílias. A ideia é pensar na paisagem através das opiniões documentadas.

Com tal direcionamento em mente é que ênfase como a presença da cal extrapola as demarcações físicas do povoado e do município em que está inserido, e ao mesmo tempo, se relaciona com a influência dos discursos sociais e relações de troca. Assim, ao pesquisar essa paisagem caieirista, analiso o passado em ação nas experiências recentemente vividas com a materialidade e em ligação com os eventos que alçam argumentos contrários à monótona alegação do isolamento geográfico e cultural desse sertão que estudo.

O segundo momento da desconstrução que mencionei logo no início do texto é o da interpretação das informações levantadas e das experiências vividas. Essa produção não é única, não sou somente eu quem realizou, mas pouca atenção tem sido dada às pessoas que vivem no semiárido nordestino. Tenho me deparado com poucos trabalhos de arqueologia histórica sobre esta ampla região. Dentre as

poucas abordagens que ressaltam o potencial cultural das experiências materiais vividas no semiárido nordestino destaco aquelas que disseminaram estudos do passado contemporâneo (AMARAL, 2012; HATTORI, 2015; MORAES-WICHES, 2010; QUEIROZ, 2015; SOUZA, 2013; 2017; ZANETTINI, 2003; 2013).

Para realizar a tarefa de pensar nas ideias das pessoas adoto a perspectiva de que a subjetividade é elemento essencial na pesquisa, presente inclusive nas concepções dos pesquisadores. Por isto, a incorporação que faço dos suportes de estudos sobre o semiárido nordestino tem base na admissão da subjetividade, que mostram, por exemplo, como os caieiristas se relacionaram com as pessoas, ideias e a região em que vivem.

A materialidade e os elementos das escolhas das pessoas ganham em qualidade ao serem direcionados por formas de abordar a paisagem com visões associadas às tendências que influenciaram a arqueologia dentro do viés humanista. Dessa forma, desenvolvo um caminho de discussão, tanto das visões das pessoas locais, como de minhas próprias percepções, que é contrário ao pensamento positivista ainda existente na arqueologia.

Uma tendência geral dos estudos da paisagem, permeado por diferentes áreas do conhecimento, é a influência que recebeu dos ideais iluministas desde o século XIX. Também difundida dentro da arqueologia, essa tendência marcou predominantemente o pensamento arqueológico até os anos 1980, associada à separação entre observador e paisagem, e com a ênfase naquilo que é captado pela visão (LYDON, 2008, p. 654 e 655). Não havia desenvolvimentos da ideia da paisagem social e sim abordagens que a estudavam como natureza virgem (ASHMORE, 2007, p. 256 e 257), ou natureza selvagem e inóspita (JOHNSON, 2007, p. 23).

No âmbito da paisagem caieirista que discuto, esse caminho seria como aceitar que os caieiristas se mantiveram em sua atividade apenas como sobreviventes no ambiente em que vivem. De modo contrário, penso que a caracterização de seu espaço social como hostil e ausente de sociabilidade é uma atitude presunçosa feita por quem o enxerga à distância e não quer reconhecer suas riquezas e formas peculiares de abranger modos e conhecimentos conectados com identidades sociais diversas que dão à paisagem múltiplas significâncias. Os locais destinados à produção não são vazios e desertos. O amplo uso da cal é recorrente

não somente nas atividades ali desenvolvidas, mas também na reprodução do saber fazer cal e formas de utilizá-la. A intensidade disso é perceptível nos espaços sociais (casas de taipas e curtumes, por exemplo) e objetos que carregam um momento da vida útil da cal.

Ao seguir tal concepção relacional é preciso perceber a raridade de pesquisas deste viés na Região Nordeste, onde é comum a atenção dada pela arqueologia histórica aos temas clássicos da história oficial, com menções às fortificações, sítios urbanos, engenhos, casas grandes e também aos sobrados do litoral (SOUZA, 2013, p. 6). São temas que fortaleceram a caracterização colonialista da arqueologia. E, da mesma forma que acontece com outras áreas do conhecimento, são comuns discussões sobre a vida dos grandes proprietários de terra e famílias abastadas (coronelismos), cangaço, seca e êxodo rural, quando destacam o semiárido.

O que ocorre com o conhecimento sobre as pessoas que não detêm os meios de produção é uma falta de documentação de sua atuação e onde vivem. Sua condição no discurso oficial, de marginalização, afasta-as da construção da própria história. Dessa forma, a maior parte da população é mencionada apenas com referência à capacidade de adaptação do ser humano a um ambiente considerado inóspito/inabitável ou como parte alienada dos eventos do coronelismo e banditismo social.

Pedro Paulo de Abreu Funari (2002, p. 131 e 132) indica que ainda no século XIX no Brasil, no início da incipiente arqueologia praticada até o século XX, era manifestada a noção de expressar o conhecimento através dos feitos dos vencedores. Essas táticas direcionadas por quem exerce a dominação ideológica ainda são vistas na prática arqueológica e contribuem para ressaltar a fala dos donos do poder, para impor o esquecimento da vida dos vencidos (considerada desinteressante), para mantê-los submissos ao poder. Funari (2017, p. 45 e 48) mostrou também que tendências recentes têm mudado este quadro de dominação na arqueologia brasileira através da prática de uma disciplina mais democrática e a busca do reconhecimento do papel social dos excluídos do poder, pontos de vista bastante disseminados pelas novas gerações.

Para me manter dentro de proposições do viés humanista busco seguir abordagens vinculadas à abertura das pesquisas arqueológicas para o estudo das

práticas dos indivíduos que se deu nos anos 1980 e marcou profundamente a arqueologia da paisagem (DAVID; THOMAS, 2008, p. 28). Interpreto as situações relativas à paisagem caieirista ao considerar sua diversidade, elemento fundamental que se tornou notório com a relevante mudança de pontos de vista que surgiram com a aceitação da participação ativa dos sujeitos sociais nos estudos da cultura material (BEAUDRY; COOK; MROZOWSKI, 2007, p. 73-76). É um aspecto proveniente de maneiras de pensar da fenomenologia, do pós-estruturalismo e demais vertentes que se reforçaram com o suporte da Teoria Social. Essas influências marcaram a pesquisa arqueológica em muitos temas e conferiram ampliação das possibilidades de investigação.

Os referidos incrementos aprofundaram de forma qualitativa a presença das pessoas no estudo da paisagem, mas sem deixar de documentar os aspectos físicos que lhe são peculiares. Dessa forma, as características que os arqueólogos passaram a incorporar estão relacionadas à atenção nas marcas produzidas nos lugares, porém com a agregação das noções referentes aos discursos e práticas que deu uma grande visibilidade à diversidade da paisagem vinculada a quaisquer modos de vida. É eficaz no estudo da arqueologia da paisagem abordar aspectos amplos da relação das pessoas com as coisas, para percebê-las no espaço e ao longo do tempo (KNAPP; ASHMORE, 1999, p. 2).

Na discussão aqui proposta a coerência disso está em como penso a dimensão da subjetividade para a compreensão da paisagem. Essa trajetória é importante de ser compreendida, já que adoto a concepção da paisagem como algo presente nas ideias das pessoas que a fazem existir em suas narrativas e memórias. E como isso pode ser exemplificado pela paisagem caieirista?

Com o recurso da tradição oral ficou evidente a intensidade da memória do consumo da cal entre moradores do município. Para os produtores que se dedicaram a atividade, a maior importância são as lembranças e o orgulho de ter herdado um ofício de seus avós e pais, apesar das inúmeras dificuldades que tiveram para obter lucratividade com o comércio.

Os significados que mencionei agora são as referências mais importantes da pesquisa. Na arqueologia poucas são as pesquisas sobre o sertão nordestino que têm alcançado resultados próximo disto. Alguns trabalhos recentes tem tratado a região de forma inovadora e têm sido inspiração para o estudo que desenvolvo. Eles



seguem abordagens da descolonização na arqueologia que propõem renovados olhares da cultura material de pessoas antes desconsideradas dentro das ciências humanas, das direções futuras expressas por Alfredo González-Ruibal (2010, p. 42) e da multivocalidade incorporada por Cristóbal Gnecco (2014, p. 35-38).

Os estudos em questão tratam dos sertanejos através de diferentes temas, mas dentro da perspectiva de escrever histórias alternativas desses povos. Um interessante exemplo é a abordagem de Paulo Eduardo Zanettini a partir da pesquisa no arraial de Canudos, realizada na década de 1980. Sua contribuição ressalta a riqueza das características regionais e os detalhes da identidade, com menções aos aspectos cotidianos dos seguidores de Antônio Conselheiro que escolheram aquele lugar para viver, e de suas estratégias de guerra (ZANETTINI, 2003; 2013).

Outros estudos mais recentes e com a mesma ênfase de visões da diversidade, tratam especificamente da região afetada pela pesquisa na qual fui inserida. Inclusive aproveitaram a documentação do programa de pesquisa arqueológica da Ferrovia Transnordestina.

Eles foram defendidos em distintos programas de pós-graduação. Discutem através da arqueologia e da pesquisa etnográfica temas bastante contemporâneos. Dois deles são as dissertações de mestrado em arqueologia de Luiz Antonio Pacheco de Queiroz (2015) e Márcia Lika Hattori (2015), que ao discutirem, respectivamente, práticas de uso da cerâmica utilitária e de conflitos entre comunidades e empreendimentos, ocorridos no contexto do impacto de sítios arqueológicos, ressaltam aspectos da vida de pessoas não estudadas pela arqueologia devido à consideração tradicional/histórica de sua situação à margem da sociedade.

Ainda outro estudo, também relacionado à pesquisa para a Ferrovia Transnordestina, é a tese de Camila de Azevedo Moraes-Wichers. Sua abordagem acadêmica e sua postura em campo me levaram a reconhecer a importância de tornar visíveis às pessoas os estudos arqueológicos com o foco na socialização da diversidade (MORAES-WICHERS, 2010). O amadurecimento de minha percepção dos sertanejos nas viagens que fizemos aos diversos municípios pernambucanos, cearenses e piauienses tem relação com o tempo em que estive ao lado de Camila e vejo como grandes ensinamentos sua ampla visão da multivocalidade.

E o exemplo mais relacionado à arqueologia da paisagem é o recente estudo de Rafael de Abreu e Souza que discute a materialidade de grupos sociais dos sertões dos municípios dos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí. Seus argumentos são baseados no consumo, mobilidade e paisagem do semiárido, a partir da análise de casas construídas com barro (casas de taipa são comuns no semiárido e estão em vias de desaparecimento) e dos objetos do cotidiano do século XX (SOUZA, 2017). A visão de Souza é muito marcante em meu estudo porque vivi intensamente eventos que ele interpretou de forma brilhante.

Além dos estímulos para pensar sobre os povos do sertão nordestino, os referidos estudos contribuem para discutir a paisagem ao dar atenção aos lugares construídos por pessoas negligenciadas pela arqueologia. Isso é interessante não apenas pela intenção de dar voz a essas pessoas, uma possibilidade que é construída com o olhar atento à forma como pensam e fazem suas escolhas diante da paisagem a ser estudada. Essa tentativa não me exclui da participação na construção de uma narrativa sobre a paisagem caieirista, uma vez que estive inserida na sociedade por mais de um ano.

É muito expressiva a atenção dada pelos estudos de Paulo Zanettini, Luiz Queiroz, Márcia Hattori e Rafael Souza aos eventos contemporâneos. Eles se enquadram nas abordagens da arqueologia do passado recente que evidenciam e destacam as pessoas do lugar. E a perspectiva do passado recente tem recebido um novo impulso a partir de revigoradas noções da paisagem (LAYTON; UCKO, 2005, p. 15), pois ao tratar do indivíduo ativo focam na visibilidade de grupos sociais antes invisíveis na pesquisa arqueológica. Assim, características antes não estudadas passaram a fazer parte das discussões da materialidade devido à atenção a grupos sociais marginalizados na arqueologia.

A etnoarqueologia fornece um caminho oportuno para alcançar os significados provenientes da atuação de todos no período contemporâneo. Dentre os diversos modos de realizar a abordagem etnográfica, voltada aos objetivos da pesquisa arqueológica, González-Ruibal (2003, p. 10 e 11) defende que é importante apreender a visão da própria história que as pessoas enfocadas podem conceder. Ao não menosprezar, mas aceitar as próprias interpretações e formas de significar o passado que os sujeitos sociais, possibilitam uma miríade rica de

compreensão da paisagem em seu cotidiano. A adoção dos termos êmicos aqui neste estudo segue tal reflexão.

Na trilha do respeito às vozes dos marginalizados, ter vivido na região em que eles residem me permitiu compreender bem a forma de se relacionarem com o lugar em que se deu sua formação social. Isso foi de grande ajuda para desenvolver os procedimentos teórico-metodológicos relacionados às visões dos indivíduos estudados e garantiu conhecer junto às pessoas os significados fundamentais de sua experiência material (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008/2009, p. 16-18). Na visão crítica de Quetzil Castañeda e Christopher N. Matthews (2008, p. 6) isso é necessário para a adoção da visão deles na interpretação das informações de questões relacionadas ao mundo material (HAMILAKIS, 2011, p. 401).

Para pensar a paisagem, através dos discursos dos caieiristas e outras pessoas envolvidas com este tipo de trabalho, é preciso aceitar que há criações inerentes à suas próprias formações. As conexões deles com os eventos vivenciados no seu cotidiano são imprescindíveis na sua formação e conformam as noções que desenvolvem da paisagem. Esse ponto de vista está presente na forma que entendo a paisagem - enquanto essência das ligações que as pessoas têm com os aspectos tangíveis e intangíveis da materialidade.

É uma maneira de estudar a paisagem com base em sua materialidade, direcionamento que proporciona buscar, nas relações das pessoas com as coisas, o que elas conceberam como cenários de suas práticas. Ao voltar a atenção à paisagem pela materialidade considero como necessário compreender os eventos dessa concepção material. Dessa forma, reconheço que as coisas geram a identidade de todos, através da mediação que caracteriza lugares pelas relações sociais que animam formas do espaço num ir e vir formulador e formulado, conforme modo de pensar na materialidade concebido por Daniel Miller (2010, p. 92).

O conteúdo substancial que a materialidade proporciona aos seres humanos é inerente à própria natureza da humanidade. Somos seres definidos pelas coisas que fazemos, usamos, consumimos. Por isso, posso dizer que construímos paisagens ao pensar, agir e narrar. Dessa forma, quando a produção caieirista é praticada, situações sociais são conectadas e geram noções associadas ao contexto

social e histórico referenciado pelos habitantes do Povoado do Barro, pelos consumidores e por quem houve e reproduz os pensamentos e maneiras de atuar dos caieiristas. Presentes, então, desde o lugar em que se produz, passando pelos caminhos do escoamento do produto até onde ele chega para ser comercializado e usado.

Ali fizeram e/ou imaginaram formas que somente são compreensíveis com atenção às suas relações com a materialidade. Isso é relativo ao que penso também porque participei dessa construção.

Relaciono tal compreensão com as ideias de vários autores que discutem a paisagem com pontos de vista muito próprios e tentam defini-la a partir de diferentes aportes teóricos que fundamentam estudos na arqueologia. Para Bruno David e Julian Thomas (2008, p. 28) é fundamental indicar que após os anos 1970 arqueólogos assumiram uma visão bastante abrangente da paisagem, mas focada nas condições da região estudada:

When 'landscape' has been used by archaeologists, it cannot therefore be assumed *a priori* to refer to one particular preconceived thing or another. Indeed, even within the works of archaeologists, the term may shift its connotation according to context.<sup>1</sup>

Assim entendo que a forma como a paisagem é discutida deve vinculá-la ao seu próprio contexto histórico.

Apesar de relacionar o ser social aos problemas das intempéries climáticas do bioma da caatinga, reflito através de formas de pensar distanciadas do determinismo ambiental. O reconhecimento da identidade social dos caieiristas ocorre dentro de especificidades bem demarcadas no Povoado do Barro. Compreendo que na arqueologia da paisagem dois polos reúnem múltiplas linhas de evidências e se distinguem quanto às interpretações da paisagem.

Nicole Branton (2009, p. 53 e 54), ao discorrer sobre esses dois polos, mostra que ambos se distinguem quanto às interpretações da paisagem. Thomas (2001, p. 171 e 172) ressalta que a importância dessas interpretações está na forma em que a

---

<sup>1</sup> Tradução livre: A "paisagem" que tem sido estudada por arqueólogos, não pode, portanto, ser admitida a princípio como referência de uma ou outra determinada coisa preconcebida. De fato, mesmo dentro das obras de arqueólogos, o termo pode mudar sua conotação de acordo com o contexto.

percepção é apreendida. Isso é eficaz para minha perspectiva, pois há o entendimento de que é importante aceitar que o aspecto relacional da interação das pessoas com o mundo é o fator crucial para a compreensão da participação ativa dos sujeitos sociais.

Essas noções surgiram com mais força a partir da década de 1970, quando ocorre uma nova absorção de ideias constituídas a partir de pensamentos oriundos do existencialismo, do feminismo, do idealismo, da fenomenologia e do interacionismo. As interpretações positivistas nos EUA e na Europa começaram a sofrer fortes críticas entre os pós-positivistas e ocorreu uma tendência baseada em inquietações mais humanistas, que atribuíram ao ambiente e às ações e significados humanos o papel de agentes ativo na construção da paisagem (ASHMORE, 2007, p. 258).

As mudanças na prática de interpretação arqueológica permitiram recorrer às ideias das pessoas como recurso relevante para discutir o significado da paisagem, tais como os pontos de vista da paisagem oriundos das relações de poder e dos aspectos da memória, que mostram como as pessoas se identificam em seu território (ZEDENHO, 2008, p. 211 e 214). Opto por discutir a paisagem através de abordagens com essas características, pois as considero fundamentais para os problemas da relação dos caieiristas de Parnamirim com os lugares em que trabalham.

Esse ponto de vista na arqueologia da paisagem é realçado com a necessidade de dar atenção à concepção da memória dos lugares para a constituição de identidades. Aí se tornaram recorrentes as formas de estudar a paisagem, através das representações simbólicas e das práticas sociais.

Esse caminho é interessante para tratar das consequências do afastamento dos caieiristas da produção que tanto formou sua personalidade. Com o declínio do consumo da cal os locais de fazer cal foram gradativamente sendo abandonados e se tornaram locais solitários, onde as lembranças ficaram marcadas nas ruínas e nos equipamentos e instrumentos de trabalho ainda dispersos. As marcas sujeitas a permanentes menções da vida daquelas pessoas são recorrentes para minha abordagem. Elas se enquadram como objeto da vertente que ressalta a visão da paisagem a partir do que pensam os indivíduos.

Ao pensar dessa forma percebo que devo caracterizar a condição dos lugares abandonados não apenas por um vazio, dada à falta da produção. Há uma exacerbada potencialidade deles na história de vida de muitos habitantes da região do sertão central pernambucano.

Bernard Knapp e Wendy Ashmore (1999, p. 1 e 2) destacam que no final dos anos 1990 a pesquisa das características relativas à paisagem, a partir da mente e das ações dos sujeitos sociais estudados, se configurou como proeminente campo dos estudos arqueológicos. Tais direcionamentos, interessantes para o estudo da paisagem caieirista, dão oportunidade para o estudo da paisagem vinculada às práticas e ao pensamento de pessoas que se destinaram ou conheceram um processo produtivo.

Meios de abordar a paisagem não desaparecem totalmente com o passar dos anos e com o surgimento de uma nova concepção. Porém a concentração em algumas temáticas leva a ausência de pesquisas em importantes campos, caso das paisagens produzidas por trabalhadores de grupos marginalizados pela sociedade (YENTSCH, 1996, p. xxiii e xxiv).

Importantes conhecimentos desses indivíduos passaram a ser pesquisados e esse caminho tem também a influência do abandono das dicotomias inerentes ao modo positivista de abordar a paisagem. Esse renovado ponto de vista contribui para dar muita visibilidade aos estudos de paisagens interativas (LYDON, 2008, p. 656 e 657). Essa é uma forma de pesquisar que exige associar as características materiais documentadas nos estudos arqueológicos com aspectos da memória, das narrativas, do pensamento das pessoas estudadas. Para Mary C. Beaudry, Lauren J. Cook e Stephen A. Mrozowski (2007, p. 77) aí está à base da abordagem interpretativa mista, onde o fundamental é entender a materialidade e as peculiaridades do objeto de estudo.

Sobre os detalhes do contexto estudado, a compreensão que esses pesquisadores mencionam é importante na incorporação daquilo que é intencional das pessoas para compreender a paisagem. Sem a participação delas não haveria lugares para estudar (TUAN, 1980, p. 5 e 107; 1983, p. 39, 40 e 151-164), pois são elas que lhes dão existência. Jane Lydon (2008, p. 655) mostra, através de inúmeras perspectivas, que a interminável intencionalidade é inerente ao papel dos indivíduos na constituição das paisagens, num criar e recriar sempre existente. Aliás, é a

participação ativa dos caieiristas que torna seu conhecimento da paisagem maior, conforme postula Yi-Fu Tuan (1980, p. 110-113) ao caracterizar os efeitos intensos do contato físico com o ambiente.

As noções até aqui discutidas estão presentes nas partes que compõem a estrutura da dissertação. Este que é o introdutório permite entender de onde partem minhas ideias com relação à abordagem da paisagem, tema que aprofundo a partir da visão dos caieiristas e demais pessoas inseridas na pesquisa. Estão apresentadas as situações de direcionamento da pesquisa, desde o período de coleta de informações até a incorporação dos postulados teórico-metodológicos.

Na parte seguinte a esta introdução desenvolvo aspectos da documentação levantada em campo e trago para a discussão características da paisagem caieirista. Estão reunidas informações sobre o município de Parnamirim e o Povoado do Barro, com o intuito de apresentar noções da localização do objeto de estudo em confrontação com minhas impressões.

As informações sobre a cal são discutidas dentro de sua relação com as pessoas e a sua existência, enquanto produto fundamental das atividades práticas dos caieiristas. A produção da cal é caracterizada em trecho específico para enfatizar o ponto de vista da importância da atividade dentro de aspectos rotineiros, propícios para o entendimento da paisagem.

Na seção seguinte apresento, através dos testemunhos orais, as descrições dos fornos e de outros elementos da produção. Enfatizo relações da localização em fazendas situadas no Povoado do Barro. São discutidas características da materialidade dos espaços destinados à produção e; as estruturas necessárias à atividade produtiva em questão. Mostro que em interação com elas, os caieiristas exerceram mediação com o meio físico.

A discussão, nesta parte da dissertação, ressalta a relevância da abordagem etnográfica no Povoado do Barro mas também se estende a outras localidades e à sede do município de Parnamirim. A compreensão da paisagem, através de sua materialidade, é expressiva dentro do cenário apresentado pelos informantes e destaca os espaços onde foi realizada a produção na Fazenda Solimões, Fazenda Caieiras e Fazenda Roncadeira.

As mudanças na produção são enfocadas para ressaltar a visão da paisagem, através da relação cotidiana dos caieiristas nos lugares onde ocorreram suas atividades. A partir daí são discutidas questões da identidade social em relação às escolhas culturais, fatores de presença e ausência relacionados ao gênero e predomínio do proprietário no planejamento e execução da produção. As formas de pensar a paisagem, através da abordagem das práticas sociais, são importantes para tratar de questões de gênero que podem ser relacionadas à atividade caieirista e ao ponto de vista dos sujeitos sociais estudados. As escolhas que fiz, ao seguir pressupostos teórico-metodológicos que enfatizam discutir a intencionalidade das pessoas, são ressaltadas nesta parte. Elas deram a oportunidade de direcionar o caminho do estudo através da maneira como as pessoas exerceram suas atividades cotidianas.

A perspectiva construída acima é essencial para entender a paisagem dentro da subjetividade. A atuação dos produtores e das demais pessoas que prestaram informações é mencionada a fim de saber como elas interagem com a materialidade, diante das relações históricas da cal no sertão central pernambucano, desde meados do século XX até a primeira década do século XXI.

Nas considerações finais retomo parte da discussão. Recorro à forma na qual enfatizo o envolvimento das pessoas, para mostrar que são elas, através da diversidade de formas de perceber, as criadoras da paisagem.

No fim, depois das referências bibliográficas, estão reunidos os relatos orais utilizados como uma das principais fontes da pesquisa. Optei por descrevê-los com uma base interpretativa, por isso usei o recurso da transcrição.

A adoção da transcrição é uma importante medida de buscar esclarecer as práticas sociais registradas nas entrevistas (CALDAS, 1999, p. 85-89; MEIHY, 1991, p. 30 e 31). É uma maneira de referência interpretativa dos relatos que fornece meios de apresentar o pensamento e as ações das pessoas que manifestaram opiniões durante a pesquisa, não apenas os entrevistados, mas também a pesquisadora. Isso porque é um processo interpretativo de ambos e que vai direto ao ponto crucial dos argumentos da pesquisa.

O trecho da pesquisa envolvido pelas transcrições não está restrito a uma seção porque na interpretação estão contidas associações com diversas partes da



dissertação. E como é dentro de um diálogo que ocorreram os registros, disseminar o fator qualitativo da interpretação ao longo do texto é uma forma de dar conteúdo à reflexão ao realizar constantes relações dos modos de entender o lugar dos caieiristas, seja por eles ou por mim.

Uma crítica aos meios técnicos de gravação é necessária aqui. Primeiro porque há questões sempre presentes no encontro da pesquisadora com as pessoas pesquisadas: Aceitar-me-iam? Revelariam como vivem e como pensam sobre a paisagem? E daí parte estranhamentos e adaptações existentes em relacionamentos da atividade etnográfica e recursos de gravação não apenas como testemunhantes, mas também como seres invasores e intimidadores. Senti apenas no testemunho oral do Senhor Francisco Batista de Miranda (13.07.1946) (dono do forno da Roncadeira) alguma recusa em revelar muito do que poderia ter dito. Em outras oportunidades, apesar de uma leve repulsa no início, houve bastante naturalidade nas conversas e maneiras de mostrar as atividades e formas de pensar.

Um importante passo para obter êxito foi à escolha da abordagem, que através de conversações em entrevistas não estruturadas e observações do dia a dia de forma transparente e sempre objetivas no contato com os caieiristas permitiu, de forma sutil, documentar as manifestações culturais no momento da execução de práticas cotidianas. Dessa forma, o recurso dos equipamentos digitais de gravação, tanto para áudio como para vídeo, de forma geral, não fez com que as pessoas se recusassem a prestar informações.

## CAPÍTULO 1 - PARNAMIRIM E NÓS

O Município de Parnamirim (denominação de origem tupi que significa “rio pequeno”, pela junção dos termos paranã = rio e mirim = pequeno) está localizado no semiárido pernambucano e tem 2.621,428 Km<sup>2</sup> de extensão (IBGE, 2016). Sua porção territorial faz divisa com os municípios de Ouricuri e Santa Cruz a oeste, Santa Maria da Boa Vista e Orocó a sul, Bodocó, Granito e Serrita a norte, Terra Nova e Cabrobó a Leste.

Nestas informações de muitos números e nomes se escondem histórias que pude conhecer nas narrativas que mostram a vivacidade do agente dominador/colonizador. As fontes oficiais, que dão conta do referido discurso, alçam a história das famílias que detinham a posse dos meios de produção no século XX, na localidade antes denominada Santana do Saco, subordinada à administração de Cabrobó. Em 1870, Santana do Saco passou a denominar-se Vila de Leopoldina, e só em 1938 tornou-se oficialmente Parnamirim (IBGE, 2016).

Fontes orais e oficiais, que incansavelmente enaltecem personagens ligados às origens europeias, indicam que o lugar já era assim chamado desde antes da chegada do Tenente Coronel Martinho da Costa Agra, que saiu da Paraíba, em 1909, e se instalou com sua família nas terras às margens do Rio Brígida. É consagrada a ele a organização da emancipação política do município (ALMEIDA, 2010).

Cheguei a Parnamirim em 30 de junho de 2009, com mochilas e em meio a uma festa cívica com presença de políticos do Estado, no dia da comemoração dos 100 anos de sua emancipação política. Era início das obras da Ferrovia Transnordestina e o seus habitantes ainda nem começavam a vislumbrar a transformação da sossegada Parnamirim com os inúmeros visitantes e novos moradores vindos das mais diversas regiões do Brasil.

Com o decorrer dos primeiros meses do movimento de máquinas, o Município já começara a mudar e os parnamirinos, de alguma forma, modificavam um pouco seu cotidiano para receberem novos visitantes. Na cidade, moradores disponibilizaram suas residências para alugueis, o que ocasionou uma migração de muitas famílias para casas na zona rural. Pousadas e restaurantes foram

construídos ou mudaram suas estruturas, e alguns pequenos pontos comerciais bem agradáveis acabaram fechando, pois seus funcionários foram contratados para trabalhar na obra da linha férrea.

Na cidade a maioria das ruas é pavimentada com paralelepípedos. Na igreja matriz acontecem festividades católicas (como as novenas). Sua praça central atrai os encontros familiares nas noites dos fins de semana, abastecidos à cerveja, macaxeira frita com carne do sol e muita música, alcunhada pela indústria fonográfica como *sertaneja*.

A feira semanal é certa e possui todas as mercadorias oriundas da zona rural, seja de municípios próximos ou de alguns distantes, como Petrolina, Caruaru e Juazeiro do Norte. Nesse último, comerciantes de vestuário buscam produtos bastante consumidos em Parnamirim. Os produtos da agricultura local como a cebola e hortaliças, são os principais localmente cultivados. As padarias e lanchonetes me deixaram saudades dos biscoitos e doces de leite fresco. Nas lembranças ficaram o doce de leite *cortado* (ambrosia) e o *liso* (pastoso), a *pêta* (biscoito de polvilho doce) e os *bolos de ovos*, dentre outras delícias.

A maioria das ruas de Parnamirim é arborizada. Aquelas que na época não eram calçadas maltratavam os pulmões das pessoas com a poeira fina. As casas na maioria são geminadas o que contribui para que durante os fins de tarde as pessoas saiam para *tomar um fresco* com suas cadeiras de balanço colocadas nas portas das residências. Ali a conversa *rende* até tarde da noite.

Em Parnamirim o tempo é quente na maior parte do ano. Como a maioria das cidades do semiárido nordestino possuem baixo índice pluviométrico, concentrado geralmente apenas em três meses (novembro a janeiro). Há uma má distribuição de chuvas com elevadas temperaturas durante o ano que caracterizam as frequentes secas. O bioma da caatinga é a formação ecológica existente no Município (PARAYBA; CAVALCANTI; PERLATTI, 2009, p. 6 a 11). Como eu estava acostumada com o ambiente litorâneo, o calor seco chamou-me a atenção.

A população de Parnamirim em 2010 era de 19.289 habitantes<sup>2</sup>. A maior parte da população trabalha com agropecuária e reside na área rural. Poucos habitantes desempenham atividades como funcionários públicos e uma parte no pequeno

---

<sup>2</sup> Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010.

mercado privado do município. Com a chegada das obras da ferrovia muitos moradores deixaram de trabalhar no campo e foram buscar ganhos no empreendimento; como diziam foram ser *fichados na firma*. Atividades em lugares de produção da cal, pedreiras, curtumes, fábricas de tijolos artesanais hoje são cada vez mais raras.

Mesmo morando na zona urbana de Parnamirim observei a intensidade das relações com o ambiente rural. Isso é possível de se perceber nos costumes da população ligada ao campo, na forma de consumir alimentos bem frescos - as frutas nativas, o leite, os queijos e a carne dos animais de criação.

Senti-me bastante desolada nos fins de semana na zona urbana. A cidade fica vazia durante o dia. A maioria dos habitantes vai para o *mato*. As pessoas costumam se reunir em famílias nas fazendas e sítios. Mesmo que haja dificuldades de alguns, devido à má situação financeira ou à estiagem que maltrata as terras e os animais, durante o dia se consome cachaça, cerveja, churrasco e comidas típicas (*muncunzá salgado* e *vatapá*). A noite uma parte volta à área urbana e continua a confraternizar na praça principal.

Foi no *mato*, na Fazenda Belmonte e na casa de Tia Detinha, entre um banho e outro, no rio Brígida, que pude desfrutar de companhias maravilhosas em casas de fazenda com cozinha do lado fora e água de cisterna para consumo geral. Nesses lugares, onde era intenso o cheiro de carne de bode assada, ouvi as muitas histórias de Parnamirim. Contos de gado fujão, vaquejadas, *pega de boi*, assombrações, *pedra de corisco*, brigas, homem com sete esposas, e aí vai...

Parte da zona rural foi atingida diretamente pelas obras. A desilusão, revolta e surpresa em muitos casos com a magnitude e tamanho do que estava a ser construído pegou muitos proprietários de surpresa. O novo assustou alguns. Para pessoas que viviam no campo e tinha como referências suas árvores, córregos, *baixios*, plantações e trilhas, a mudança rápida da paisagem revelou olhares desoladores. Alguns não imaginavam ter o som dos animais silvestres silenciados pelo barulho das máquinas, nem terem suas propriedades divididas pela instalação de uma ferrovia que tornaram outra sua paisagem, caminhos e vidas.

Por ser uma ferrovia projetada e construída para o transporte e escoamento de minerais e outros tipos de produtos do interior para os portos do litoral, sua

implantação demandou uma construção com grande magnitude. Para tanto foram feitos imensos cortes, aterros e desvios que evitavam curvas muito sinuosas e distanciava um pouco, do que já existia na memória dos moradores, como as conhecidas *linhas de trem* para o transporte de passageiros.

Apesar de todas as modificações causadas ao longo dos anos de trabalho em Parnamirim, um comportamento não mudou: o jeito acolhedor do seu povo. Lidei com pessoas que de uma maneira própria gostam de receber e acolher visitantes. Mesmo tendo suas paisagens cobertas por paredões de aterro ou seus currais demolidos se preocupavam com os outros ao sol, como se fossem pais, mães ou tios e nos ofereciam sombra ou água.

Quando cheguei a Parnamirim, o primeiro município que me instalei durante os anos de trabalho executado para a Ferrovia Transnordestina, eu tinha algumas imagens na minha mente sobre o que existia no semiárido nordestino. A seca, a fome tão noticiada e o isolamento faziam parte do meu imaginário. Percebi que os sertanejos dialogam muito bem com as estiagens, apesar das dificuldades com o desigual abastecimento de água. Mesmo com a escassez de água, eles sempre procuram uma maneira de produzir, seja na agricultura, pecuária ou em áreas destinadas a outros tipos de trabalho, como aquelas de fazer cal. Foi também no sertão onde eu mais me alimentei com fartura. E o isolamento? Qual? O do sertão ou o do litoral? É só um ponto de vista! Para os parnamirinos é o litoral que está isolado do sertão.

Vi açudes, *barreiros*, drenagens ainda com água corrente logo quando cheguei à região. A longa estiagem que se seguiu a 2009, e que ainda vigorou por alguns anos, levou os cursos intermitentes e diversas estruturas edificadas para o acúmulo d'água à escassez. Devido à falta d'água, vi o gado ser deslocado para áreas distantes com *baixios* onde ainda havia água. Logo o preço do leite fresco, que eu consumia, aumentou e Dona Iraci, minha vizinha que o fornecia, me falou envergonhada que teria que adicionar R\$0,25 no valor do litro! Quando ela teve a oportunidade de transferir seu gado para um *baixio*, onde puderam se alimentar sem o complemento da ração, ela retirou os R\$0,25 da cobrança do litro de leite. E em uma manhã, ao pagar R\$1,25 pelo litro de leite, tive R\$0,25 devolvidos! Senti fortemente que alguns parnamirinos não buscavam aumentar seu lucro e sim manter seu meio de vida.

Peculiaridades na vida no semiárido são bem observadas com a convivência. É preciso estar atento para não admitir como único o discurso oficial que caracteriza toda a Região Nordeste a partir de adjetivos como atraso, fome, seca, isolamento e diáspora e que impedem que a vida aconteça (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 78-93; SOUZA, 2013, p. 2-5; 2017, p. 64). Se isso for aceito e incorporado torna-se impossível perceber características da materialidade e do cotidiano da vida que enriquecem as abordagens da arqueologia (SOUZA, 2017, p. 67-69).

Não enxerguei em Parnamirim o atraso tão reforçado no discurso da história oficial, em que a vida dos sertanejos está sintetizada à seca e às suas consequências. Encontrei e vivenciei um lugar relacionado com o mundo. Em um dos momentos em que estive com o Paulo Zanettini ouvi-o falar sobre a visão que tinha das janelas da Pousada do Bode Assado, do Bob II, localizada na BR 232, em Parnamirim. Ele ressaltou que era possível ver inúmeras antenas parabólicas em todas as casas. Nos sítios e fazendas mais distantes lá estavam televisores e outros aparelhos convivendo harmoniosamente com o fogão de lenha, cabaças, potes ou panelas de barro e roupas de vaqueiros. Pessoas procuravam se matricular em cursos universitários à distância ou em municípios vizinhos. E as redes sociais já faziam parte do cotidiano dos jovens e adultos. Da mesma forma, consumiam as novidades da indústria fonográfica, por exemplo, o *sertanejo universitário*.

E como parte desse contexto lá está o Povoado do Barro que é conhecido na região devido ao *ramo da cal* (denominação êmica para a produção da cal). Esse povoado está localizado a aproximadamente 10 km, à direita da rodovia BR 316, em acesso distante, cerca de 30 km, da sede do município de Parnamirim, seguindo em direção ao município de Ouricuri.

O povoado em questão é rico em jazidas de calcário que estão distribuídas em grande extensão territorial. Os solos da região, em geral, são muitos rasos, o que facilita o aparecimento de afloramentos rochosos de calcário conhecidos como *lajedos* (ANDRADE, 2011, p. 52). Por esse motivo, em alguns casos, não é necessário cavar muito para encontrar a matéria prima para a produção.

Tem várias jazidas. Tem daqui a um quilômetro, daqui a dois, daqui a dez. [...] Eu sei que o solo daqui é rico, onde perfurar aqui tem. [...], Agora assim, eu sei que essa [terra] daqui minha é rica porque a pedra é no solo, em qualquer lugar que perfurar tem, agora ninguém sabe a profundidade. [...] Ali no povoado tem umas fossas que a gente cava pros banheiro. Ali quando você cava dois metros já toca nela e aqui já em cima no solo

mesmo e o Açude dos Cachimbos é daqui a cinco quilômetros, não dá mais de seis. Lá é um baixio que a gente nem sonhava em dar esta pedra. Ai a Queiroz quando foi construir o açude cavou oitocentos metros para fazer o alicerce. [...] Com vinte e cinco metros de profundidade deu nela. Até oitocentos metros de profundidade deu nela, uma rocha só. (APÊNDICE A).

É dessa forma que o Senhor Juscelino da Costa Miranda (13.06.1965), conhecido como *Galego do Cal*, descreveu com detalhe as fontes de captação de matéria prima para a produção da cal. Ao falar das jazidas de calcário é perceptível que seu conhecimento sobre a cal vai além da forma de fazer, comercializar e usar. Percebe-se que essa produção não garante apenas o sustento de algumas gerações de sua família, e sim faz parte de uma interação dos caieiristas com a paisagem onde vivem.

Voltando a falar do Povoado do Barro este possui pouco menos de 600 habitantes e é afamado por ter riqueza, ser um lugar de fartura, devido à reconhecida prosperidade que a produção da cal gerou na região. É também conhecido pelo alto número de casamentos entre primos. Possui algumas ruas de paralelepípedos e casas geminadas, com igreja matriz, mercearias e pequenos bares. Não possui escolas ou creches e as crianças se deslocam em transporte escolar até a sede de Parnamirim. De acordo com os relatos dos caieiristas, nos últimos 30 anos esse povoado apresentou um crescimento populacional, o que também levou ao aumento do número de residências.

Na primeira visita que fiz ao povoado e aos lugares de produção da cal, eu não estava sozinha. Porém tive bastante restrição no que podia conhecer, o que a princípio tornou limitada minha percepção da paisagem. Fazia poucos dias que tinha me instalado no município e a adaptação ao lugar e costumes locais ainda estava em seu curso. Senti menosprezo, em meio aos primeiros olhares de estranheza e algumas perguntas que fiz foram ignoradas. Então já percebia o domínio masculino na produção da cal.

Constance Classen (1997, p. 402), adverte que os sentidos humanos não são unicamente biológicos, são também regulados pelas sociedades. Códigos sociais determinam quais comportamentos sensoriais são aceitáveis. Pelo que vivenciei no primeiro dia no Povoado do Barro, o fato de uma mulher trabalhar em uma obra, se vestir de um jeito considerado por alguns como masculino (ouvi muitas mulheres

comentar isso sobre mim) e fazer perguntas a alguns homens, pode ser considerado como a quebra de um comportamento na sociedade de Parnamirim. Isso indica como em uma mesma paisagem e tempo pessoas diferentes (eu e colegas de trabalho) podem ter experiências distintas, não só pelo que cada pessoa é, mas também pelas regras presentes na sociedade que ditam normas de comportamento.

A primeira impressão não me bastou e ficar apenas com ela me distanciaria de importantes elementos da paisagem. Realizei muitas visitas que permitiram fazer outros contatos com trabalhadores nos lugares de trabalho e dentro do próprio Povoado do Barro. Assim, pude ampliar minha percepção da paisagem caieirista no cotidiano das atividades desenvolvidas para a produção da cal.

Algumas situações mostram detalhes ligados aos aspectos culturais sobre a produção que ocorreram em um tempo longo. Circulam noções ligadas à produção que mostram a permanência, não apenas de saberes e fazeres, mas também de ideias sobre como eles enxergam o mundo.

Por outro lado, a produção permitiu que pessoas continuassem fixadas onde afirmam ter sua origem. É evidente o orgulho de muitos dos trabalhadores com isso, o que rompe um pouco com o estereótipo da total diáspora qualificada para todo o semiárido nordestino.

### **1.1. Breves considerações da cal**

Cabe aqui falar um pouco acerca do produto, pois é devido à sua produção que existe a manipulação e a construção do significado da paisagem caieirista. Como discuto diretamente sobre um espécime comercial, proveniente da transformação de um mineral, é interessante tratar da sua exploração. Estão discriminadas informações da natureza e exploração do calcário, que para os caieiristas é constantemente chamado de *mineral* ou *minério*. Seguem informações da história da obtenção da substância, mostram sua destinação, principalmente para a construção civil, como argamassa ou na caiação (a aplicação de cal em revestimentos e pinturas) e no preparo do solo destinado às plantações.

O mineral é formado principalmente por uma substância, o carbonato de cálcio, que existe de duas formas na natureza. Uma delas está presente na rocha calcária. A outra, a orgânica (GUERRA; GUERRA, 2006, p. 102), é existente em



conchas oriundas de baías, lagunas, enseadas e lagoas litorâneas (PARAYBA; CAVALCANTI; PERLATTI, 2009, p. 44).

Rochas carbonáticas, como o calcário, estão distribuídas em toda a extensão do semiárido nordestino, com idade geológica desde o período Pré-Cambriano até o Recente e podem ser caracterizadas em quatro tipos de depósitos. As jazidas de calcário existentes no semiárido pernambucano são provenientes do depósito tipo II, formado por lentes intercaladas com rochas gnáissicas pré-cambrianas, com teores de cálcio e magnésio variáveis de baixo teor magnesiano (PARAYBA; CAVALCANTI; PERLATTI, 2009, p. 43).

O calcário encontrado em Parnamirim é utilizado na produção da cal é geologicamente caracterizado entre os minerais industriais. Esses minerais englobam todas as rochas e minerais não metálicos e que podem ser usados em processos industriais em múltiplas funções (CIMEELLI, 2003, p. 505). Dessa forma, a riquíssima utilidade da cal, possível de ser fabricada em Parnamirim, está associada à aplicação dessas rochas e minerais não-metálicos em produtos ou em parte de processos como matérias-primas, aditivos ou insumos e servem para a fabricação de cerâmicas, tintas, fertilizantes, papel, indústria farmacêutica, vidro, abrasivos, borrachas, cimento e construção civil (FERNANDES, 1997 APUD PARAYBA; CAVALCANTI; PERLATTI, 2009, p. 43).

A cal, enquanto produto comercial tem algumas denominações relativas aos processos que envolvem seu acabamento. No jargão geológico/geomorfológico o produto resultante da queima do calcário é chamado de cal ou cal virgem ou cal viva. A adição de água, após a queima da rocha, tratamento específico da obtenção de outro produto, o leva a ser chamado de cal hidratada ou cal extinta (GUERRA; GUERRA, 2006, p. 100; SANTIAGO, 2007, p. 67 e 68). É sobre características desse último produto que estudo. E aqui escolhi chamá-lo simplesmente de cal.

Diferentes sociedades recorreram a processos de fabricação semelhantes na quais utilizavam da combustão de variadas matérias-primas como o próprio calcário, mármore, corais e conchas (SANTIAGO, 2007, p. 63). Por exemplo, os egípcios já produziam cal há mais de três mil anos antes da era cristã para fazer argamassa (DELGADO; ARMAS, 2010, p. 15). Outros são os chineses, maias, incas, gregos e romanos que também recorriam a cal, tanto virgem como já hidratada, há aproximadamente 1.000 a.C. (SCHORCHT, F.; Et al., 2013, p. 171).

Existem muitos registros históricos e arqueológicos sobre o uso da cal como base para a construção de habitações, monumentos e uma variedade de estruturas construídas. Podemos encontrar estudos e referências do seu uso em várias partes do mundo, como relatado em diversos trabalhos arqueológicos e de outras disciplinas. Sabe-se, por exemplo, que a cal já estava presente em construções dos antigos egípcios, gregos, romanos e dos nativos pré-colombianas da Mesoamérica (SANTIAGO, 2007, p. 68; PALMER; NEVELL; SISSONS, 2012, p. 111 e 116).

Existem muitas notícias relativas à produção e aproveitamento da cal na Península Ibérica (MENDES, 2013, p. 89) e territórios colonizados. Em meados do século XVI, o calcário era reconhecido como matéria-prima de alta qualidade para a produção da cal, conforme indicação em textos históricos espanhóis, italianos, franceses, portugueses e brasileiros. E a menção mais antiga do recurso do calcário encontra-se no tratado do arquiteto romano Vitrúvio (SANTIAGO, 2007, p. 9-12 e 69).

Em Portugal é farta a literatura que discute a produção da cal, seus usos, bem como a preservação de antigos fornos abandonados. Existem fábricas modernas e artesanais dessa produção. Um exemplo é o de Alvaiázere, uma vila portuguesa do distrito de Lira, que tem como patrimônios arquitetônicos registrados algumas estruturas de fornos de cal, que até a década de 1970 ainda eram usadas por pequenos produtores, em uma escala de produção familiar e distribuição local (DUARTE, 2008, p. 2).

A comercialização da cal foi intensa em outros lugares da Europa durante séculos. Por exemplo, tornou-se muito importante economicamente nos arquipélagos do Oceano Atlântico desde antes do século XVI (RIBEIRO, 1998, p. 2030-2034).

Na Ilha de Lanzarote, no arquipélago das Canárias, existem fontes riquíssimas para a obtenção do calcário. Ali, a produção da cal foi disseminada entre os séculos XV e XX (DELGADO; ARMAS, 2010, p. 15-18).

Um uso recorrente da cal na Ilha de Lanzarote é no isolamento térmico, para reduzir o frio e evitar a ação da umidade, quando é inserida na base de muros e em pisos (DELGADO; ARMAS, 2010, p. 16). Na Vila de Alviazère o costume da caiação do interior e na parte externa de imóveis era muito comum (DUARTE, 2008, p. 3). A

aplicação da cal na construção civil também é forte na região central de Portugal, que foi abastecida pela produção do polo industrial e mineiro de Cabo Modengo (MENDES, 2013, p. 89).

Em Cabo Verde a produção ainda é existente. As descrições nos textos mostram a grande semelhança de muitos dos fornos utilizados em Parnamirim com aqueles em atividade no arquipélago caboverdiano (MARQUES; SOUZA; VELOSA, 2016, p. 88 e 90). Estas semelhanças permitem indicar, junto às informações do período de início da produção da cal no Brasil, a relação de origem com um saber fazer situado na Europa. A produção da cal fez parte de importante demanda comercial no Brasil colonial e em alguns lugares era necessária enquanto meio de estruturação em momentos de intensa crise econômica, caso da Ilha de Itamaracá (OLIVEIRA, 2014, p. 94).

Existem notícias da produção da cal desde o período colonial, através da leitura de relatos de viajantes europeus. Em suas crônicas eles citam também a cal obtida pela combustão de conchas. Como é o caso do viajante português Gabriel Soares de Sousa (1851), que relatou a produção artesanal da cal obtida através da combustão de ostras na Bahia.

Cybèle Celestino Santiago (2007, p. 70 e 71) afirma que no início da colonização portuguesa no Brasil, em específico na cidade de São Salvador e Recôncavo Baiano, a produção da cal se deu a partir dos depósitos de conchas marinhas e corais, pois as jazidas de pedras calcárias ainda não teriam sido descobertas. Já no século XVIII, de acordo com o relato de Gabriel Soares de Sousa, existem outras causas para o uso dos recursos marinhos, como a facilidade de obter o produto final diante da queima desses últimos ser feita com menor quantidade de lenha. Os referidos motivos são perceptíveis em sua breve descrição da produção que segue abaixo:

A maior parte da cal que se faz na Bahia é das cascas das ostras, de que há tanta quantidade que se faz dela muita cal, a que é alvíssima, e lisa também, como a de Alcântara; e fazem-se dela guarnições de estuque mui alvas e primas; e a cal que se faz das ostras é mais fácil de fazer que a de pedras; porque gasta pouca lenha e com lhe fazerem fogo que dure dez, doze horas, fica muito bem cozida, e é tão forte que se quer caldeada, e ao caldear ferve em pulos como a cal de pedra de Lisboa. [...] a cal que se faz das ostras e de outro qualquer marisco, [...] se faz muito alva e boa para todas as obras... (SOUSA, 1851, p. 343 e 344).

Os relatos apresentam mais do que os estímulos econômicos para a escolha da matéria-prima da combustão. Poucas são as descrições da produção através da queima do calcário, dentre elas a do viajante naturalista e botânico Auguste de Saint Hilaire.

De volta à Praia do Anjo, eu ia ver um forno de cal que foi construído na extremidade da vila. No Rio de Janeiro e por toda a costa até o Cabo Frio, faz-se cal com as conchas que se recolhem na borda do mar, mas, perto da Vila de Cabo Frio, na Praia do Anjo, enfim, asseguraram-me, em São Pedro dos Índios, encontra-se a pedra calcária que se dá preferência no lugar das conchas, e, em cada um desses três lugares, existe um forno onde é queimada exclusivamente... [A pedra calcária] é encontrada sob uma camada de terra de cerca de um palmo e meio, e é retirada em pedaços com picaretas. O forno onde é queimada [a pedra] é circular e aberto em um lado até o topo. Colocam-se no forno camadas alternadas de pedras e madeira, e se arruma no centro uma pilha de madeira, em que se põe fogo por cima. Para isto é utilizada a tingoassuiba, espécie de árvore da família das Rutáceas, que queima com extrema facilidade... (SANIT-HILAIRE, 1833, APUD VITA; LUNA, 2007, p. 1382).

A continuidade do saber fazer cal no Brasil fica evidente com a semelhança da aquisição da matéria prima, tipo do forno e forma de queima.

Existem também notícias da fabricação da cal na Ilha de Itamaracá (situada no litoral norte do estado de Pernambuco), quando seu território ainda estava subordinado ao sistema de Capitânicas Hereditárias de Portugal. Essa Ilha, durante o período colonial, foi uma grande produtora da cal.

Há um aspecto diferenciado na antiga produção da Ilha de Itamaracá. A produção da cal tinha relação com as salinas devido ao uso do sal no processo de calcinação. O cloreto de sódio (NaCl) era utilizado no processo de calcinação das pedras calcárias antes e durante as queimas. Inclusive, a localização dos fornos, próximo das salinas conduz ao entendimento dessa relação (OLIVEIRA, 2014, p. 31 e 32).

Já com relação às destinações da cal, muitos de seus usos ao longo da história são evidentes no Brasil. No entanto, o principal uso, já desde o período colonial, é mesmo na construção civil, em acabamento de paredes, revestimento e argamassas (SANTIAGO, 2007, p. 67).

É grande a recorrência do uso da cal na construção civil na Ilha de Itamaracá, mas também ocorreu o uso na produção açucareira como insumo para tratamento do solo (OLIVEIRA, 2014, p. 31), por isso a aproximação da produção nesta ilha

com as salinas. A explicação dessa destinação é que seus atributos físico-químicos, em associação com outras substâncias, ajudam a equilibrar o pH do solo exaurido por intensos plantios (CIMELLI, 2003, p. 506; PARAYBA; CAVALCANTI; PERLATTI, 2009, p. 43).

Um interessante registro de outro uso da cal foi verificado aqui no Brasil durante o século XIX. Assim como na Europa, as preocupações com a limpeza das cidades requisitou em demasia a cal. No discurso sanitarista brasileiro foi presente a tentativa de orientar a população para propor medidas de higiene e saúde pública, dentre as quais a calagem das casas (nas paredes internas e externas) era recomendada devido às propriedades adstringentes da cal (DAVID, 1996, p. 82), que, se também disseminadas nas igrejas e cemitérios, causariam a redução demasiada da umidade e dos odores pútridos nos ambientes domésticos e públicos (REIS, 1991, p. 252-289).

Esse contexto associado às tentativas de salubridade foi identificado no centro histórico de Salvador, nas escavações do Programa Monumenta. Em uma das etapas da pesquisa foram encontrados sepultamentos envolvidos por cal em camadas estratigráficas datadas do século XIX. Trata-se de vestígios de sepultamentos da extinta Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, onde ossos humanos desarticulados foram encontrados envelopados em uma camada de cal. (RUBIM; SILVA; GARCIA, 2010, p. 111).

Na atualidade, a cal ainda é bastante utilizada na indústria siderúrgica (para aquisição do ferro) e metalurgia extrativa, mas principalmente na construção civil como insumo da preparação de argamassas e fabricação de tintas. Também é muito frequente seu uso na indústria cerâmica e farmacêutica (como componente branqueador ou desodorizador). O emprego atual dela também é recorrente na agricultura, no controle da acidez dos solos (SANTIAGO, 2007, p. 62).

Quanto à produção em larga escala existem oscilações relativas ao consumo que afetaram a produção artesanal da cal em Parnamirim e que são relativas aos alcances do processo de modernização nacional, que entendo terem sido empreendidas como imposição para a formação de mercados consumidores. Este é o caso dos minerais metálicos e raros *commodities* não-metálicos como cimentos e insumos de fertilizantes, que entre os anos 1960 e 1980 receberam investimentos por parte de iniciativas governamentais e privadas. Já na década de 1960 começou

a haver variação na produção industrial brasileira com investimentos na área de energia, indústria petroquímica e, também, a abertura de rodovias (PARAYBA; CAVALCANTI; PERLATTI, 2009, p. 36 e 37).

As novidades levadas com a imposição da economia material para a Região Nordeste se associam fortemente com os aspectos da industrialização do simbólico, empreendida a partir de meados do século XX (ALVES, 2011, p. 37-49). Elas foram acompanhadas pelo discurso regionalista, que desde a década de 1920 já instituiu verdades, reproduziu a seca e uma face impossível de vida no semiárido nordestino (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 60-64).

Com a expansão da indústria de bens não-duráveis e duráveis, entre as décadas de 1960 e 1980, ocorreu o aumento da produção de aço, ferro, cimento e petróleo (AZEVEDO, 2010, p. 17). Mas os insumos minerais para a construção civil não foram priorizados, tanto comercialmente como academicamente. Esse desinteresse ocasionou a multiplicação de operações de pequeno porte, com grau de informalidade e baixa capacitação (PARAYBA; CAVALCANTI; PERLATTI, 2009, p. 37), como observei na produção da cal em Parnamirim.

Esse cenário só começou a mudar a partir da década de 1990, com mudanças na exploração de minerais industriais, o que criou uma grande expectativa pelo potencial de novos negócios (CIMELLI, 2003, p. 504, 505, 509 e 510). Dentre as novidades, a demanda por mais cimento impactou a produção da cal. É exatamente o que os caieiristas relataram. Perceberam que as novas oportunidades de exploração mineral possibilitou o surgimento de negócios na região que intensificaram a concorrência e levou à substituição da cal pelo cimento na construção civil.

Estudos revelam que a produção mineral comercializada no semiárido pernambucano em 2007 foi de 45 milhões de reais, referente a 41% de toda a produção mineral distribuída no Estado. No caso do calcário, a produção é a menor entre o setor produtor de bens minerais (PARAYBA; CAVALCANTI; PERLATTI, 2009, p. 124).

## **1.2. O ramo da cal**

A produção da cal em Parnamirim, ou *ramo da cal* como é denominado pelos caieiristas, é oriunda da extração artesanal da rocha calcária seguida pela sua combustão em fornos e posterior hidratação. Esse enunciado da produção caieirista esconderia importantes significados se uma reflexão da atividade se restringisse apenas à primeira impressão obtida das práticas diárias dos caieiristas. As relações sociais destes sujeitos que são também materiais, apesar de bem situadas no Povoado do Barro, disseminaram-se junto ao produto que sempre buscaram comercializar e alcançaram pessoas de distantes lugares, que dessa forma compartilharam a paisagem à distância.

De forma abrangente, e sem reduzir a importância da cal, não há outro caminho para caracterizar as ações dos caieiristas senão como atividade que foi alternativa econômica de ganhos durante duas ou três gerações para muitas famílias, em especial para a família Costa Miranda. Seus membros oriundos do Povoado do Barro e proprietários das chamadas Fazenda Roncadeira e Fazenda Caieiras, onde existem jazidas de calcário, se tornaram mestres da produção e ensinaram a forma de fazer a cal no município.

A longa continuidade era uma característica da produção caieirista. Somente havia alguma interrupção, e parcialmente, quando as chuvas eram torrenciais. Isso ocorria durante a temporada chuvosa, entre os meses de verão e outono (de dezembro a março) quando incidem níveis altos de precipitação (ANDRADE, 2011, p. 57). Como na região sempre foram comuns longas estiagens, a produção da cal acontecia quase sem interrupção, o que garantiu os ganhos constantes das famílias que se voltaram para a atividade, as diferenciando um pouco das demais que só tinham a agricultura e a pecuária como vias de sustento.

A dedicação a estas três atividades econômicas foi comum à maioria dos caieiristas ao longo da vida. Por exemplo, o Senhor Eufrásio da Costa Miranda (04.04.1939) e o Sr. Francisco Miranda, em momentos antes de se inserirem no Povoado através de casamentos, já trabalharam com a agricultura e a criação de animais de pequeno porte como os caprinos, muito comuns na região. Já o Senhor Francisco Casimiro Cajarana (1945), que não era proprietário de fornos e jazidas, e que sempre trabalhou na produção como contratado, também conciliou permanentemente as tarefas da cal, agricultura e criação de animais.

Antes dos anos 1960, e até depois, era muito comum que quase todas as famílias do Povoado do Barro vivessem da produção caieirista. A participação de tantas pessoas é um dos fatores que condicionou longevidade à produção da cal ali.

Os eventos da seca até podiam afastar as pessoas de suas terras, interromper plantios ou o desenvolvimento e reprodução dos animais, mas não impediam a execução das tarefas para obter a cal. Com a renda da produção caieirista muitas famílias mantiveram os trabalhos da lavoura e pecuária nos meses de chuvas e o trabalho da cal durante os longos meses de estiagens, o que manteve por todo o ano seu sustento. Com isso é importante destacar que a produção da cal garantiu que muitos trabalhadores não precisassem migrar para a capital ou outros estados à procura de trabalho. E isto é motivo de orgulho para muitos caieiristas.

Caracterizada como um trabalho informal<sup>3</sup> esta produção foi mantida durante gerações em que os trabalhadores vivenciaram uma situação não regulamentada da atividade. Uma relação pautada em uma hierarquia entre os proprietários e contratados. Estes últimos empregavam sua força de trabalho e recebiam como pagamento um valor pré-determinado. Desta forma, a atividade caieirista aqui discutida sempre existiu sem qualquer controle por parte dos órgãos públicos. Inclusive com relação às leis trabalhistas que buscam assegurar um mínimo de segurança aos trabalhadores. A ausência de fiscalização permitiu a desvalorização e precariedade das condições de trabalho.

A informalidade fez com que os trabalhadores e proprietários mais velhos contribuíssem individualmente ou se aposentassem por idade na função de agricultores, para poderem garantir a aposentadoria com um salário-mínimo. Assim aconteceu com o Sr. Eufrásio, o Sr. Francisco Cajarana e o Sr. Francisco Miranda.

A segurança no trabalho foi um aspecto destacado pelo Sr. Francisco Cajarana. Ele informou que a atividade caieirista sempre foi muito danosa para a saúde e, em nenhum momento, as pessoas envolvidas com a produção tomaram medidas que lhes assegurassem um pouco de segurança. Afirmou também que tem problemas de respiração causados pelo pó da cal e que tem várias marcas de

---

<sup>3</sup> A OIT (Organização Internacional de Trabalho) entende como informais todas as unidades produtivas pertencentes aos empregadores com até cinco empregados, independentemente de possuírem constituição jurídica. Elas podem também apresentar outras características de informalidade, como baixa escala de produção, baixo nível de organização e quase nenhuma separação entre o capital e o trabalho (MEIRELES, p. 4, 2013).



queimaduras pelo corpo, causadas pela alta temperatura durante a etapa de queima do calcário.

Quando eu tinha doze anos. O pai de *Galego do Cal* me chamou. Eu botava lenha mais ele. Eu trabalhava mais ele. Aí depois nós passou a trabalhar lá no cal mesmo, quebrava a pedra no pé, botava a pedra o dia todo. Botava a cal na *paviola* [caminhão]. Dois homens, um na frente outro atrás. A gente botava o peso que a gente podia. Só Deus mesmo, eu fraturei três costela, quebrei isso aqui. De queda.[...] Só não estou na cadeira de roda. [...] Tem quatro mês que eu estou parado. Mas de vez em quando eu vou lá. Quando ele precisa eu vou. [...] Aí teve um época que eu parei de trabalhar com cal porque tava saindo muito sangue pelo nariz. [...] Ela entra, ela queima a pele do cabra. [...] Aquele pó que entra, aquilo cola na gente. (APÊNDICE F).

Com esse relato percebe-se que apesar de já aposentado como agricultor, o Francisco Cajarana sempre que pode volta a trabalhar com a cal. Ao me inserir um pouco no cotidiano desses caieiristas percebi que eles não se preocupavam muito com essas questões, até mesmo os mais novos ou contratados. Apenas queriam trabalhar e garantir o sustento, pois precisavam trabalhar. Ter trabalho era mais importante do que a saúde e isso os enchia de orgulho.

Ainda sobre o trabalho, um aspecto interessante de ser explicado é relativo à forma como os produtores interagiam com as condições de trabalho. Isso diz respeito não só aos contratados, como foi o caso visto acima, mas também aos proprietários de fornos e jazidas. Em duas oportunidades o *Galego do Cal* recebeu algumas propostas para aumentar os lucros. Uma foi a venda da cal para uma empresa de refinaria e a outra foi à compra de um maquinário para refinamento da cal. A máquina seria adquirida através de empréstimo bancário e lhe daria possibilidade de expandir a sua clientela que já estava restrita. A cal refinada ali seria vendida para fabricantes de tintas, o que implicaria em uma formalização da produção.

Eu fico do jeito que eu tô mesmo. [...] Aqui já veio um pessoal mesmo. Um pessoal de Farias Brito [município do estado do Ceará]. Ele ainda levou um bocado de cal daqui para moer lá, pra fazer cal de pintura. Que lá vai processado. Aí vai fazer cal de pintura. Aí ele queria muito. Ele interessado queria que eu trabalhasse para ele. Aí eu disse não. Eu fico do jeito que eu tou mesmo. Já recebi oferta de banco também. Eu tenho medo de dever. Para mim montar um moinho. Pra fazer o processo para empacotar ele pra fazer cal de pintura. Aí eu não quis não. Tenho medo de dever. (APÊNDICE A).

Ocorreu que ele não aceitou as propostas e preferiu continuar com a produção artesanal, trabalhando para si com o intuito de manter o padrão de vida que já tinha. Alegou também que não gostava de pegar empréstimos e que contava apenas com o que possuía. Reitero, para momentos como este, a atenção dada às escolhas e ações das pessoas na paisagem. Quais impactos haveria com a introdução de mecanização e com o eventual aumento da produção? Ao refletir sobre a paisagem, através da forma de pensar e agir, ao dar voz às pessoas que com ela e nela vivem é que podemos entendê-la melhor (BENDER, 2002, p. 105-107).

### **1.2.1. O jeito de fazer e usar por uma abordagem etnoarqueológica**

Ao discutir a paisagem na arqueologia através da atividade caieirista é necessário refletir sobre as particularidades do processo da produção da cal e dos seus usos. Interessantes aspectos da paisagem surgem das tarefas desencadeadas na execução da atividade como um todo.

É comum que estudos arqueológicos dedicados a caracterizar saberes e fazeres estabeleçam descrições de sequências produtivas como parâmetro para evidenciar o conhecimento produzido sobre uma tecnologia. Propiciam interessantes resultados quando agregam noções do uso e descarte que podem ser relacionados às esferas diversas da vida (KOPYTOFF, 2008, p. 91-94). Sigo tais ideias para mostrar com a apresentação das etapas da produção e uso da cal é mais do que a sucessão de planejamentos, escolhas culturais e ações. Interessam-me os detalhes das ideias sobre a paisagem relativas à atividade econômica desenvolvida pelos caieiristas e o alcance disto na utilização da cal.

Ao discutir o saber fazer preciso refletir sobre circunstâncias da formação da paisagem enquanto se dissemina as fases de extração da matéria-prima e da obtenção do produto final, mas também os usos e descarte/abandono das coisas com cal. Enfatizarei sobre usos e a vida útil da cal em outras cores e formas ao longo do sertão.

Os dois recursos etnográficos utilizadas em campo, observação participante e entrevistas, se complementaram na coleta de informações. A origem dos registros se deu no forno identificado no eixo projetado da Ferrovia Transnordestina. No entanto, a documentação com a observação participante do saber fazer ocorreu apenas na produção que encontrei em atividade, a do *Galego do Cal* no Povoado do Barro. O

consumo, bem como descarte e abandono, teve um período maior de observação que se manteve durante todo o tempo em que habitei em Parnamirim.

As atividades desenvolvidas por *Galego do Cal* e seus contratados ocorridas na Fazenda Caieiras serviram de parâmetro para o entendimento de como as pessoas interagiram com a produção. O registro das informações da forma de fazer e usar a cal, obtidas através dos relatos orais e com base também na observação participante, seguiu uma forma de realizar o trabalho etnográfico por uma orientação de técnicas comuns à abordagem arqueológica (SILVA, 2009, p. 132). Ambos se auxiliaram e concederam qualidade na pesquisa ao abrir um campo de registro da socialização das pessoas no lugar em que vivem. Nesse ponto compartilho ideias da construção social da arqueologia com base na etnografia arqueológica (CASTAÑEDA; MATTHEWS, 2008, p. 2-7; HAMILAKIS, 2011, p. 401 e 402).

Esses procedimentos estiveram sempre presentes nos diálogos com os caieiristas e outras pessoas conhecedoras do ofício ou da utilização da cal. Contribuíram então para a realização da documentação das estruturas, dos equipamentos e da própria cal em diversas etapas de sua vida útil e dos rejeitos do calcário. São particularidades registradas que proporcionaram a percepção da paisagem surgida da materialização de experiências.

O reconhecimento das noções deram chances para interpretar as mudanças e permanências vividas. É uma abordagem associada à ideia de que

a etnoarqueologia (como um campo investigativo da arqueologia) não deve ser entendida como analogia, mas como uma abordagem que visa a trazer referenciais etnográficos que sirvam de subsídio às interpretações arqueológicas sobre o passado. (SILVA, 2009, p. 131).

O objetivo não é só apresentar a sequência de atividades, mas sim explorar as dimensões das relações culturais das pessoas envolvidas nas ações (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2003, p. 31), o que possibilita discutir as situações da materialização da paisagem.

Nos momentos de registros dos relatos orais e da observação participante, que aconteceram entre 2009 e 2010, aproximadamente 10 trabalhadores viviam da produção da cal naquela localidade. Número muito reduzido ao comparar com anos

anteriores. Este é um aspecto importante da atividade que envolve a persistência e a transmissão do saber fazer ao longo de várias gerações de caieiristas.

Com relação às tarefas do processo produtivo, algumas delas podem ocorrer durante todo o ano, mesmo que haja chuva como, por exemplo, a redução da matéria prima e a aquisição da madeira para a queima. Apesar de raro há períodos com uma concentração pluviométrica, que podem impossibilitar a queima e as etapas seguintes, anteriores à comercialização do produto. Por isso, algumas ações eram planejadas para serem executadas dentro do período de seca.

Uma possibilidade do quadro geral da produção era concentrar tarefas, que não envolviam a transformação final do produto, entre os meses de dezembro a março, em que é maior o índice de pluviosidade da região. A manutenção do forno e a comercialização eram alternativas de ocupação dos caieiristas nestes meses.

Se as chuvas não fossem muito fortes, como na maioria dos anos, era possível realizar até seis fornadas, haja vista o volume do trabalho em retirar o calcário da jazida e preencher o forno. Como os produtores possuem depósitos para a cal era possível guardar um excedente da produção e depois vender.

Para guardar a produção eram utilizadas edificações dentro do Povoado do Barro. Assim, não era somente os caieiristas que conviviam ininterruptamente com a cal, pois ela ficava ao alcance dos olhos de todos os moradores da localidade por vários meses.

As etapas de produção, desde a obtenção da matéria-prima, a modificação do mineral, a manutenção do forno, a queima, a transformação até a comercialização, eram predominantemente manuais. Exceção acontecia para a extração do mineral, etapa em que era incorporado o uso de explosivos para a retirada de grandes pedaços de calcário, que depois seriam diminuídos em diferentes tamanhos através do uso de ferramentas manuais (marretas e martelos).

A totalidade das etapas de produção da cal não desencadeava necessariamente uma única sucessão. A transformação do calcário podia até ocorrer junto com outras tarefas, conforme ocorria a demanda do produto. Encomendas podiam direcionar uma maior intensificação e/ou acontecimento mais numeroso de algumas fases sem que outras fossem prejudicadas, desde que existissem trabalhadores para atuar em todas elas. No entanto, muitas etapas

sucediam umas às outras, o que conferia sempre a dependência da realização de ações anteriores.

Levando em consideração a complexidade que envolve a vida social da cal, separei para fins de caracterização suas etapas de produção (pré-produção e transformação), distribuição (com a comercialização) e o momento posterior ao processo produtivo propriamente dito (com os usos e abandono/descarte das coisas com cal). Como já referenciado anteriormente levo em consideração a biografia das coisas, segundo Igor Kopytoff (2008, p. 91-94).

#### *2.2.1.1 Pré-produção*

##### a) Aquisição da matéria-prima e da fonte energética

A obtenção da matéria-prima vai além da extração, alcançando o transporte do calcário. Acontecia em um longo tempo porque a maior parte da aquisição era feita manualmente. A esta fase da pré-produção está relacionado também o provisionamento da madeira para a queima. Devido à longa duração do processo de queima havia a necessidade de utilização de farto combustível. As espécies arbustivas locais da caatinga eram as mais utilizadas. Com os constantes desmatamentos e diversidade de plantios uma espécie exógena conhecida como *algaroba* passou a ser também utilizada. A lenha podia ser adquirida principalmente de áreas muito próximas em terreno próprio do caieirista que dirigia a atividade. Os produtores se queixaram da dificuldade de encontrar lenha nos últimos anos. A fartura de lenha obtida em anos anteriores não era mais uma realidade e isso fez com que os caieiristas gastassem mais tempo na procura desse combustível na mata. Isto gerou o aumento da área de coleta ou então a compra de lenha em fazendas vizinhas, o que tornou mais cara a produção que já não oferecia um retorno financeiro mais tão lucrativo. Participavam desta etapa entre 03 a 05 trabalhadores, além do proprietário. Um turno de trabalho era destinado para provisionar a quantidade de lenha suficiente do processo de queima.



Figura 4 - Lenha: a) Lenha armazenada em frente ao forno de *Galego do Cal*; b) Lenha armazenada nos fundos do forno de *Galego do Cal*.

Observei que as lenhas armazenadas para a queima eram na maioria troncos de reduzida espessura e tamanho adequado para a dimensão da organização na câmara interna do forno (Figura 1). Na retirada, que ocorria na mata, já era alcançado o tamanho certo esperado. Apesar de distantes de um manejo do ecossistema da caatinga, os caieiristas responsáveis pela utilização do forno sempre que possível empregavam o uso de qualquer madeira útil à queima. *Galego do Cal* afirmou que “Deu o fogo pode pegar até o pó de madeira. O que for” (APÊNDICE H). Podiam ser utilizados rejeitos de madeira de construção, mourão, móveis destruídos, entre outros. A procura de outro tipo de fonte energética como restos de móveis e madeira de construção já era o resultado da dificuldade que eles tinham em encontrar lenha suficiente para a queima. Sabe-se que os desmatamentos intencionais para a criação, pastos e aquisição de madeira para fins de fonte energética (carvão e lenha) são causas da desertificação de grandes áreas do semiárido do nordeste (ANDRADE, 2005, p. 23). A produção da cal em Parnamirim contribuiu muito para a construção deste cenário porque sempre demandou desta degradação do meio ambiente, sem nenhuma fiscalização ou sistema de manejo de exploração de terras.

Quanto à matéria-prima da fabricação da cal, o calcário, a extração ocorria de um *arrancador*, denominação êmica da jazida, que nem sempre esteve localizado na mesma propriedade ou perto do forno. A grande distância é uma condição que dificultaria o encaminhamento da produção por gerar gastos e/ou perda de tempo com o transporte. Uma condição geológica deste mineral perto da localidade do Povoado do Barro, conhecida pelos caieiristas, é que quando ele quando não aflora

em superfície está em baixa profundidade, o que facilita a sua extração de forma manual. Em poucos casos o *arrancador* explorado encontrava-se a uma distância inadequada dos fornos, se levada em consideração à condição mais rentável da execução do serviço, o que demandava de mais tempo para transporte do calcário até o forno. Há uma condição que envolve o estabelecimento da estrutura do forno em distância segura do *arrancador*. A exploração causa um impacto que cria cavidades imensas na superfície, por isso existe uma relativa distância de segurança à estrutura do forno.

A exploração no *arrancador* ocorria com o auxílio de diversas ferramentas (Figura 2): marretas, talhadeiras, brocas, alavancas, pás, enxadas e carros de mão. Para extrair as parcelas maiores da rocha eram inseridos explosivos. Porém eram utilizadas ferramentas para furar a rocha e introduzir os explosivos.

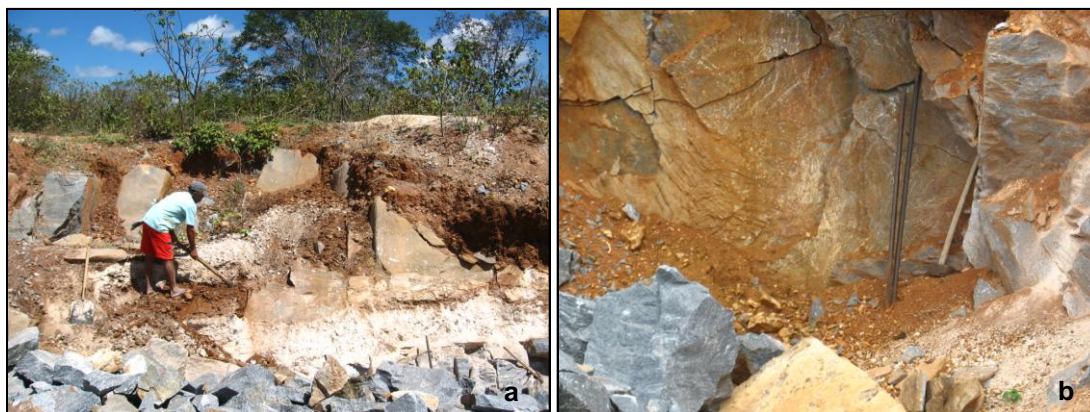


Figura 2 – Exploração do calcário: (a) caieirista em ação no *arrancador* de Galego do Cal; (b) Ferramentas usadas para o trabalho de extração no *arrancador*.

Pancadas de marreta na broca perfuravam o calcário num processo que durava até três horas para perfurar um metro, trabalho feito por dois caieiristas. O explosivo usado era a dinamite. Porém eles não gostavam muito de falar sobre a dinamite e como era usada.

A gente usa aço. Fura ele aí e explode para poder quebrar. Mas é tudo manual. Nós não tem máquina não. A gente segura... É um segurando outro batendo. É tudo manual. Por isso que ocupa muita gente. Aqui ocupa muita gente porque tudo é manual. Nós não tem máquina para facilitar. Tudo que é feito aqui é manual. Até para furar as explosão é tudo com a gente. [...] Eu não sei nem dizer qual é o nome daquilo ali. É um explosivo que a gente usa. Ela é quase assim como uma pólvora. Ele é em pó.[...] Tem um diâmetro e meio assim (furo) por aí assim. [...] Tem uns cinco centímetros



assim [indica uma forma circular, para descrever o diâmetro]. [...] Vai um batendo outro segurando, rodando. (APENDICE A).

Uma vez destacado da rocha matriz o mineral ainda na dimensão de um matacão ou em laje era acomodado na área do *arrancador* e depois transportado em carros de mão ou através de um caminhão (Figura 3). O pequeno trajeto até o forno rendia um gasto menor de tempo e esforço para colocar o calcário bem próximo ao forno. Se fossem pedaços com peso suportado para serem carregados por um trabalhador eles poderiam ser despejados na parte superior do forno. Em seguida era iniciado o processo de parcelamento da matéria-prima.



Figura 3 - Acomodação das lajes: (a) matacões e lajes no *arracandor* de *Galego do Cal*; (b) Matacões no *arracandor*.

Uma tarefa que se realizava durante a pré-produção, em especial a cada duas ou três queimas, ou sempre que necessária era a preparação do forno (Figuras 4 e 5). Esta manutenção era muito importante para manter uma boa condição da estrutura do forno.





Figura 4 - Preparação do forno: (a) Preparação da parede interna do forno. (b) Caieirista finaliza a inserção de argamassa na parte interna do forno.

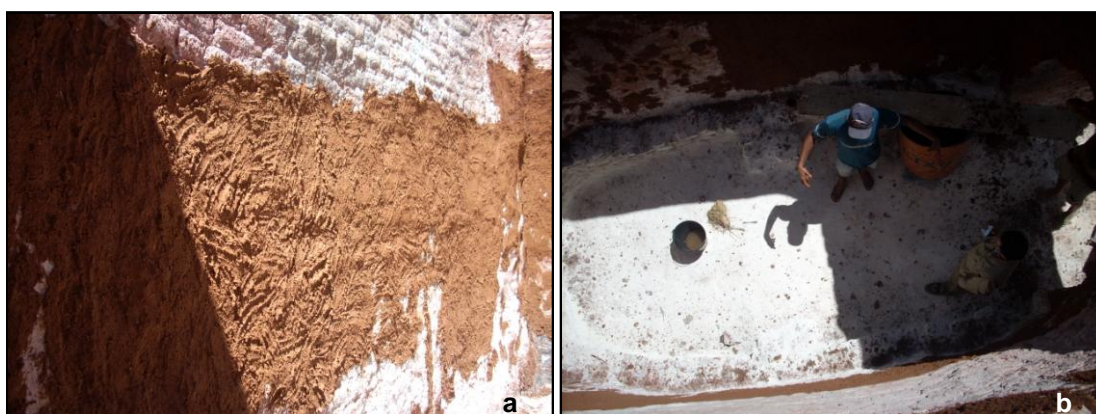


Figura 5 – Características dos fornos: (a) Parede interna do forno parcialmente coberta com argamassa; (b) Caieirista presta informações sobre a manutenção do forno.

A preparação do forno era feita antes da introdução dos pedaços do calcário na sua parte interna com suas paredes internas sendo revestidas com uma camada de argamassa de barro. Isto possibilitava um efeito refratário ao forno, o que garantia além da estabilidade e resistência das paredes, um maior aproveitamento da alta temperatura dentro da estrutura quando da queima.

A argamassa usada para o revestimento interno era feita com uma mistura de argila e areia. “Você prepara ele com areia pá poder ele não rachar. Porque você reboca ele com um barro forte ele fica todo trincado antes de secar” (APENDICE A). Era comum que a cada queima este revestimento fosse destruído devido às altas temperaturas. Em três dias de trabalho dois trabalhadores davam conta desta tarefa.

#### b) Transformação

As três tarefas específicas que ocorriam eram: a modificação da matéria-prima para a introdução no forno, o processo de queima e a hidratação após a queima.

Na primeira tarefa os pedaços do mineral retirados do *arrancador* eram fraturados em tamanhos variados. Esta ação tem relação com a forma em que eram posicionadas as parcelas do mineral dentro do forno, uma estruturação provisória conhecida pelo termo êmico *armação*. Desta forma, a redução do calcário era concebida como parte do empilhamento bem executado da matéria-prima.

A divisão em parcelas do mineral era realizada através de percussão. Para tanto se recorria a marretas e brocas. Os golpes eram diferidos diretamente nos lajes do mineral com o apoio das mãos. O chão ou partes da própria rocha arrancada eram os suportes (Figura 6).

Pude constatar que os caieiristas utilizavam as seguintes denominações para os diferentes pedaços do calcário quebrado por eles. A *laje* é a maior delas, com aproximadamente 30 x 15 cm; a de dimensão intermediária é a *racha* que tem aproximadamente 10 x 05 cm; duas de tamanho pequeno, a *pedra pequena*, com aproximadamente 07 x 05 cm e os pedaços residuais, oriundos das sobras dos cortes, que são chamados de *xerem*, muito miúdos e de variadas dimensões (Figura 7).



Figura 6 – Quebra do calcário: (a) Caieiristas quebrando o calcário em *lajes*, *rachas*, *pedra pequena* e *xerem*; (b) Vista do calcário antes da organização da *armação*.



Figura 7 - Diversidade de tamanhos do calcário reduzido e pronto para a queima; (b) Detalhe do calcário reduzido e pronto para a queima.

As *pedras pequenas* e o *xerem* não podiam ser desperdiçados porque preenchiam espaços vazios no interior do forno. Assim davam chances de obter um maior aproveitamento da quantidade da produção na etapa de queima.

A divisão do calcário ocorria com a média de 06 a 10 caieiristas, entre 20 a 30 dias.

A *armação* deve ser compreendida como a estrutura que compõe toda a inserção de calcário e da madeira. Ela representa a engenhosidade do arranjo do mineral dentro do forno e era um saber fazer de poucos trabalhadores. A habilidade, passada entre familiares, alcançava um número reduzido de caieiristas e requeria muito cuidado. A organização dos pedaços de calcário determinava uma boa queima e a certeza da obtenção de um produto final de extrema qualidade e sem impurezas.

A primeira quebra é aquela ali. [...] A gente tira daí de dentro (arrancador). Na *paviola*. Tira [de forma] manual. Coloca aqui encima do caminhão para poder levar pra lá [para o forno]. [...] Tem elas quebrada ali. Já ali ela já vai quebrada na marreta miúda prá puder fazer mais miudinha. Aí tem as pedras da armação que a gente chama de laje. Que é que faz a abóboda que a gente chama também. Que é igual a um tipo um forno de assar bolo. Aí a gente tem que ajeitar as pedra todinha para fazer a armação.[...] Para você fazer a armação. Que é para sustentar, pra fazer o lugar ali de botar o fogo. [...] Que tem que ter a armação para ter o lugar de colocar o fogo. (APENDICE A).

Está claro que o empilhamento do mineral no forno não era aleatório. O princípio com a redução é evidência do grande planejamento para formar uma estrutura resistente, destinada a garantir o aproveitamento da maior parte da câmara



interna do forno preenchida com calcário, além de manter um espaço interno para a alimentação do combustível da queima.

A *armação* era estruturada solidamente por uma *abóbada*, conforme denominada por *Galego do Cal*. Para ilustrar como é o desenho final ele comparou com um forno tradicional de assar bolo, conformado por uma cúpula no teto ou terminação superior, conforme observadas em muitas moradias no sertão nordestino (um forno de cúpula, Figura 8).



Figura 8 - Forno com o formato de abóbada próximo do forno de *Galego do Cal* usado como referência da forma da *armação* construída dentro da câmara do seu forno.

A *abóbada* era construída através da técnica de junta seca e requeria desde a base uma junção bastante rígida e resistente para suportar o peso de todo o calcário colocado na câmara interna do forno. Na base, da largura do forno, eram inseridas as *lajes*. Em seguida vinham às *rachas* até alcançar a curvatura final.

Tal como na base somente o calcário era utilizado no arranjo da edificação das duas *abóbadas*. Na parte externa eram colocados os outros pedaços do calcário (*pedras pequenas* e *xerem*), porém de forma organizada sem forçar a estrutura do arranjo e destruí-lo. Dessa forma, com exceção da parte interna das *abóbadas*, todo o interior do forno era preenchido com o mineral.

A base do forno tinha dupla função: propiciava o arranjo do mineral e criava a área da alimentação do fogo (Figura 9). A divisão interna, obtida com a base, facilitava a adição da lenha no momento da queima, através dos *cachimbos*, aberturas também provisórias situadas nas portas e em formato quadrangular que serviam para a colocação dos feixes de lenha, bem como para manter a ventilação

durante a queima. O próprio calcário era utilizado para fechar a *armação* nas portas (Figura 10).



Figura 9 - Base do Forno: (a) Base da *armação* vista acima do forno; (b) Base da *armação* vista da frente do forno.



Figura 5 Armação: Estruturação externa da *armação*, chamada de *cachimbo*; (b) Detalhe da lenha inserida no meio da *armação*.

Quando o arranjo da *abóboda* estava consolidado a lenha já podia ser introduzida. Neste momento, após a introdução dos primeiros feixes de lenha, a *armação* já servia como um andaime, ou base de apoio, para a movimentação dos trabalhadores que continuavam a realizar estruturação do empilhamento do *mineral* até a altura da abertura superior do forno (Figura 11).



Figura 11 - Vista da parte superior do forno após a finalização da *armação*.

Após a organização do mineral, desde a base até a boca, a parte superior do forno era fechada com barro e pedaços do próprio mineral que circundam a boca do forno. A organização bem planejada do mineral propiciava o seu contato com as chamas produzidas pela combustão da madeira. Assim garantia o máximo aproveitamento do processo de queima.

A cada processo de queima o calcário era estruturado em forma de abóbada. A frequente construção da *armação* a cada queima ocorria porque a destruição dela era certa, devido a sua própria transformação em cal. Assim sua dupla condição é notória: a temporária porque passava do estado sólido para o pó; e a resistente, mas não permanente, que assegurava a existência do espaço interno destinado à introdução da lenha na base do forno (Figura 12).



Figura 12 - *Armação* após a queima.

A queima é basicamente o momento da transformação do calcário para o pó, também conhecido como calcinação. Esta etapa era iniciada com o aquecimento do

forno durante 24 horas e finalizada após 03 ou 04 dias. Para o aquecimento do forno o fogo era ateado bem vagarosamente, de forma a não atingir de imediato uma alta temperatura e prejudicar a produção. Observei a prática de aquecimento também na fabricação de vasilhames cerâmicos da região. Não estive presente durante a realização da queima. Os caieiristas não sabiam informar a que temperatura uma fornada poderia alcançar. Porém em outros estudos foi verificado que a temperatura de um forno pode atingir até 898° C (ANDRADE, 2005, p. 87).

O fogo era ateado pelas duas bocas do forno que eram utilizadas de forma independente e sem uma regra para a inserção da madeira, desde que o forno suportasse a quantidade de fogo. Os trabalhadores se revezavam para controlar a temperatura com o suprimento da lenha e todo o tipo de madeira reunida para o processo. Ao menos dois trabalhadores atuavam nesta etapa. Ocorria participação de outros quando a tarefa estava num momento de maior esforço.

Aconteciam pelo menos seis queimas no ano. Este era o número de vezes possível para fazer a produção devido ao tempo gasto na extração do calcário da jazida e demais tarefas de preenchimento do forno.

Na calcinação o calcário passa de seu estado sólido para outro de menor densidade, frágil e quase em pó. Este é um estado temporário em que o produto é chamado de cal viva ou virgem. O estado final é a cal hidratada (ANDRADE, 2005, p. 87 e 88).

Eis que enfim chegamos à *aguação*, a assim chamada última etapa da obtenção da cal, que ocorria ao jogar água na cal viva retirada de dentro do forno. Neste processo se realizava a mudança final com o choque térmico, uma transformação química da cal virgem em cal hidratada (ANDRADE, 2005, p. 88).

Para iniciar o processo final da obtenção da cal era necessário aguardar um tempo de esfriamento do forno para retirar a cal viva e então colocá-la em uma área plana, onde ocorria seu beneficiamento com água. Geralmente, a área destinada à execução do processo de *aguação* da cal virgem era em frente do próprio forno (assim observei na produção de *Galego do Cal*).

A retirada da cal viva do forno ocorria com a participação de 03 ou 04 trabalhadores. A princípio a produção era puxada através de uma enxada. Após obter espaço de movimentação, na parte interna do forno, dois caieiristas



adentravam com pá e enxada e continuavam a manipulação. Outros 02 trabalhadores faziam o transporte com carros de mão até a área de transformação final (Figura 13).

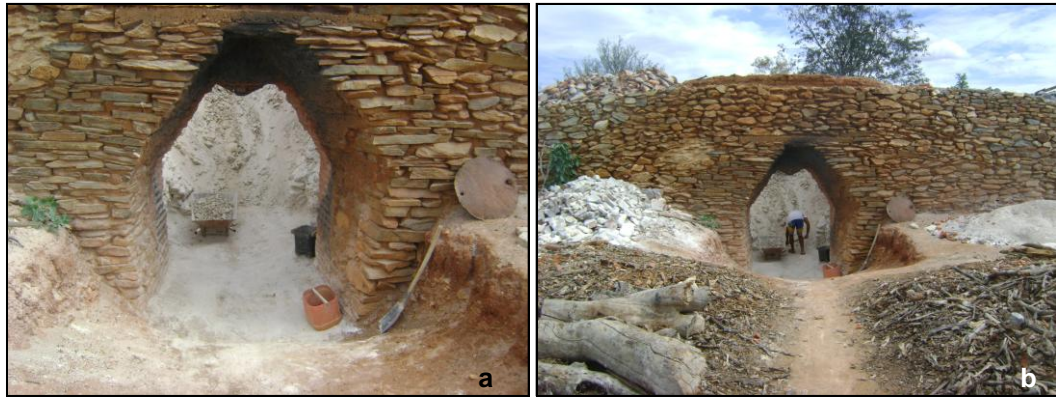


Figura 13 - Cal virgem: (a) Cal virgem ou viva ainda no forno após a queima; (b) Cal virgem sendo retirada do forno.

Ali a cal viva recebia quantidades de água jogadas por um carro de mão ou mangueira que saía diretamente da *paviola* (caminhão) (Figura 14). Esta etapa requeria experiência por ser perigosa. Por muitos dias (muito além do período de esfriamento do forno), a substância modificada pelo processo de combustão continuava com a temperatura alta. O contato com a pele dos trabalhadores envolvidos podia provocar queimaduras. Por isso, em alguns casos, era necessário esperar até uma semana para a cal viva poder esfriar dentro do forno.



Figura 14 - *Aguação*: (a) Demonstração da *aguação* da cal virgem; (b) Transformação da cal virgem em cal hidratada.

É importante apontar que o esforço para obter água no processo produtivo, imprescindível na transformação final do calcário, era condição crucial da paisagem



caieirista. A dificuldade de acesso à água, causada pelas estiagens, fez com que os produtores construíssem açudes ou tanques, utilizassem tonéis ou se deslocassem para outras fontes d'água distantes. Assim, eles tornaram-se profundos conhecedores dos mananciais d'água do território em que atuaram e criadores de estruturas antes inexistentes nos locais destinados à produção da cal.

Os rejeitos de calcário que não eram completamente queimados poderiam ser aproveitados em nova queima. Após o processo de hidratação, que ocorria com o uso de um carro pipa, não ocorria trituração, apenas um peneiramento da cal (Figura 15).

Em seguida a cal obtida era amontoada em pequenos montes e ensacada para o transporte em sacos de 25 quilos reaproveitados de outros produtos. A cada fornada eram ensacados até 2500 sacos de cal (Figura 16).

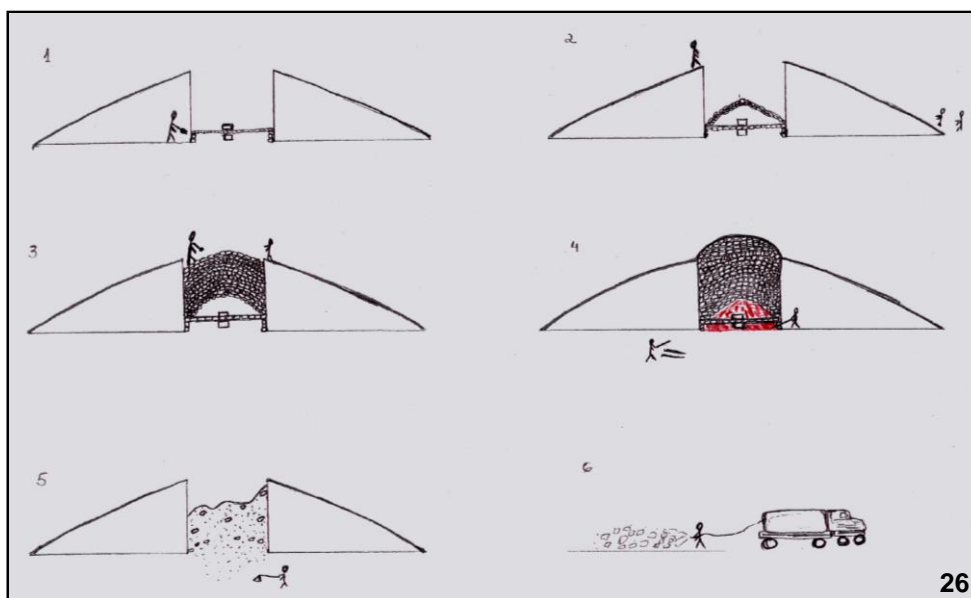


Figura 15 - Desenho esquemático das etapas produtivas desde a *armação* até a *aguação*.



Figura 16 - Ensacamento da produção: (a) detalhe; (b) plano geral.

O ensacamento podia levar um tempo maior para ser iniciado. Era comum que a produção ficasse por um longo tempo a espera do comprador, ali mesmo na frente do forno. Para garantir a conservação da produção, os trabalhadores colocavam uma cobertura com uma lona diretamente sobre a cal.

Na produção do Povoado do Barro, após a introdução dos fornos de alvenaria, o transporte da produção passou a ser feito em caminhões que pertenciam aos próprios donos dos fornos. Esta etapa do trabalho era realizada por 05 caeiristas, sendo 01 motorista e 04 carregadores (Figura 17).



Figura 17 – Transporte: (a) Organização da produção na *paviola*; (b) transporte da produção.

### c) Comercialização

Mesmo com as dificuldades advindas da redução da produção e da comercialização, por um longo período a atividade caeirista também garantiu o abastecimento de um mercado consumidor do produto nos municípios vizinhos do

oeste pernambucano, leste piauiense e no sul do Ceará (Figura 18). E a popularidade da cal, também longe de Parnamirim e do sertão central pernambucano, fez surgir significados distintos daqueles conhecidos pelos caieiristas. Com o término da atividade, a cal se manteve na paisagem através das memórias e narrativas, bem como nas edificações e práticas de fazer e usar as coisas em que ela se integra.



Figura 18 – Rota de comercialização da cal produzida em Parnamirim.

A figura acima mostra, através das setas pretas, menos espessas, os municípios que ainda compravam a cal produzida em Parnamirim. Esses municípios eram Araripina, Trindade, Orocó, Ouricuri, Salgueiro, Cabrobó, Santa Maria da Boa Vista, Terra Nova, Granito, Morelândia e Exu. Em específico, nos últimos anos da pesquisa, só era vendida a cal fabricada pelo *Galego do Cal*.

As setas verdes, mais largas, representam o município de Petrolina e as regiões do leste do Piauí e sul do Ceará. Estes locais, em tempos anteriores, compravam a cal de Parnamirim não somente produzida pelo *Galego do Cal*, mas de todos os produtores ativos. Com a figura pode-se perceber o quanto foi reduzido o mercado consumidor do produto na região.

Alguns dos caieiristas observam que abandonou este saber fazer por causa da concorrência com o cimento, produto que revolucionou a história da engenharia com suas propriedades aglomerantes e de enrijecimento permanente com o uso de água. Os atributos sofisticados do cimento como aglutinante, que proporcionava melhor desempenho na construção civil, dada à alta resistência e aplicabilidade em diversos elementos construtivos, posicionaram-no em um patamar inalcançável para

a cal. Apesar da flexibilidade da utilidade da cal, a maior diminuição da sua comercialização, devido à substituição na construção civil pelo cimento, ressalta um forte significado de obsolescência não somente da atividade para os próprios caieiristas, mas também do produto que obtinham.

Como disputariam espaço no mercado consumidor diante do estabelecimento de um produto que facilitava tanto a construção de edificações? Até o valor no mercado tornou-se bem menor (em 2010 um saco de cimento custava R\$16,00, enquanto um saco de cal custava R\$4,00). Isto encareceu a produção e inviabilizou para alguns caieiristas a continuidade da atividade. Fato é que os proprietários, além de sustentar a família, ainda empregavam mais de 10 trabalhadores que viviam desta atividade.

É notório que vários motivos levaram ao declínio do consumo da cal na região e a consequente decadência da produção em Parnamirim. Porém há um peso maior dos efeitos comuns ao processo de industrialização ocorrido no Brasil, que potencializou o uso do cimento na construção civil. Este processo se intensificou e culminou com o surgimento de indústrias de pequeno e médio porte voltadas ao mercado regional e local (ANDRADE, 2011, p. 281 a 282).

Apesar de diferentes motivos que influenciaram o declínio das vendas, os caieiristas atribuem à indústria de cimento o principal papel. Durante a década de 1960 a produção em Parnamirim estava atingindo seu ápice. É o mesmo período da massiva difusão do cimento na indústria, inclusive mundo afora. A predominância do cimento na construção civil, observado no Brasil no período da expansão da industrialização (AZEVEDO, 2010, p. 17), é também o motivo apontado em outros estudos que levou ao declínio ou abandono da produção da cal, após meados do século XX em Portugal e nos arquipélagos colonizados pelas nações Ibéricas. Em Parnamirim a relação da queda da produção da cal com a popularidade do cimento também se tornou evidente, pois é após esse período que a produção começou a declinar.

Aí o cal acabou-se. Agora não tem ninguém nem trabalhando. [...] Não é queimado nem mais um forno por ano. [...] Aí foi que se acabou-se o movimento. Não tem mais. Não tem mais movimento nenhum. Porque que acabou com o movimento do cal foi... Já era fraco... Foi o cimento. [...] Não compensa mais trabalhar não. Tá parado. Um saco de cal é 4 real, pra você entregar fora. [...] Parou. (APENDICE D).

Esse relato demonstra um pouco do desanimo que tomou conta dos produtores em Parnamirim; e apesar deles só citarem o cimento observo que a produção de gesso, a partir da transformação da gipsita é abundante no extremo oeste pernambucano e também atingiu diretamente a produção caieirista de Parnamirim, porém em período mais recente, a partir da década de 1990. Então para a última década do século XX e durante a primeira do século XXI, a influência do gesso na construção civil é também um dos fatores do declínio da produção da cal.

O gesso pode ser utilizado como componente de fabricação de cimento e como revestimento de aplicação manual dos rebocos ou massas de acabamento, atividade na qual a cal tem uso intenso. O gesso também é usado na confecção de tijolos, assim como na produção de pré-moldados ou placas. A produção de gesso em Pernambuco se destaca no Brasil e atinge 89% da produção nacional (BALTAR; BASTOS; LUZ, 2005, p. 466-468).

Alguns dos municípios que eram os principais consumidores da cal tornaram-se grandes produtores de gesso. Dentre eles destacam-se Araripina, Bodocó, Ouricuri e Trindade, todos da região do sertão central pernambucano. Porém, em Parnamirim, já existem pessoas trabalhando com o gesso, inclusive um grupo de caieiristas se envolveu recentemente com esse *ramo* e construiu no Povoado do Barro uma oficina de placas de gesso. Esses antigos caieiristas compram nas cidades vizinhas o gesso e fabricam as inúmeras placas que são vendidas na região.

#### d) O uso

Importantes indicações dos relatos orais são referentes aos usos da cal. Duas destinações foram mais comuns em Parnamirim.

O mais difundido uso da cal era na construção civil para a edificação de muros, barragens e de casas populares de taipa ou alvenaria. Era recorrente seu uso nas casas rurais dos povoados e das sedes municipais, tanto como base da caiação e/ou como componente aglutinante de argamassas (Figuras 19 a 21).



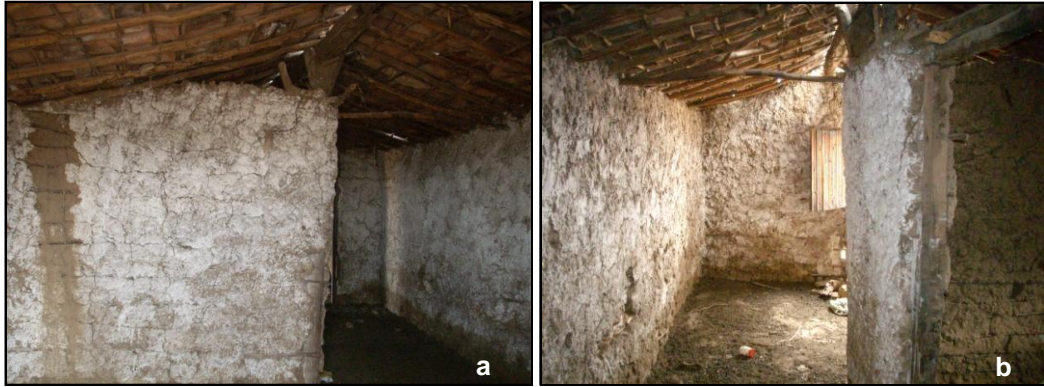


Figura 19 – Uso da cal: (a) Casa de taipa em Terra Nova, com paredes internas caiadas; (b) Detalhe de paredes caiadas e sem a adição de cal em casa de taipa em Terra Nova.



Figura 20 – Revestimento com cal: (a) Casa de taipa em Parnamirim com caiação externa; (b) Casa de taipa em Parnamirim com resquícios de caiação externa.



Figura 21 – Revestimento com uso da cal: (a) Casa de taipa em Parnamirim com caiação externa e reboco de cimento externo; (b) Casa de taipa em Ouricuri com caiação externa e ampliação com tijolos de gesso.

É nas habitações que a cal tem seu maior uso na região: nas inúmeras casas de taipa com paredes caiadas ainda habitadas e/ou usadas. Digo usadas porque as casas dessa arquitetura vernacular ainda são feitas não somente para a moradia,

mas também para servir como lugar de descanso e para guardar equipamentos, nas propriedades agrícolas e com criação de animais. E a caiação era maneira pouco custosa e habitual de acabamento de paredes, principalmente internamente.

Outro uso era em curtumes da região. Essa utilização se mantém no processo de retirada dos pelos das peles de animais em uma das etapas da fabricação das *solas de couro* (Figura 22). Esses pedaços de couro chamados de *solas* são usados pelos seleiros para a confecção de toda a indumentária dos vaqueiros, bem como demais objetos de uso comum da população, tais como bornais, sandálias, sapatos, cintos, chapéus e selas (Figura 23).

No sertão central pernambucano é muito comum o uso de acessórios de couro não somente pelos vaqueiros. Os demais habitantes também têm o costume de portar facões, facas e punhais dentro de bainhas e de usar calçados feitos de couro, principalmente os trabalhadores rurais. Assim, quer saibam ou não como ocorre o tratamento do couro, os consumidores e comerciantes de produtos feitos da pele do gado carregam consigo um momento da vida útil da cal.

Devido ao processo de industrialização de meados do século XX observado no Brasil, algumas mudanças ocorreram no sertão central nordestino. Antes de propiciar a criação de indústrias de menor escala, este processo fez surgir indústrias modernas com maior capacidade de produção, como é o caso das indústrias têxteis e de vestuário em polos como Caruaru-PE e Juazeiro do Norte-CE. Isto levou à substituição dos produtos produzidos de forma artesanal em couro (roupas, sapatos e chapéus) por produtos industrializados confeccionados com o emprego de materiais sintéticos. São novidades que levaram novos hábitos de consumo ao sertão.

Com a experiência de quase quatro anos como habitante do sertão nordestino percebi estas intensas mudanças nos costumes e uso de produtos regionais. Por exemplo, os produtos feitos de plástico (garrafas, bacias, vasos de plantas e copos) substituíram os utensílios fabricados pelas famosas *loiceiras* em suas olarias (ver também AMARAL, 2012; QUEIROZ, 2015, e SOUZA, 2017 para menções aos objetos industrializados na paisagem). Mas as roupas, calçados e demais objetos de couro ainda continuam sendo consumidos enquanto objetos de uso diário no sertão, porém em menor escala.

Um seleiro, Senhor Antônio Napoleão da Cruz (23.08.1938) e dois curtumistas, Senhor Zequinha, José Alves da Silva (29.09.1936), e seu filho, o Senhor Francisco José da Silva (08.09.1963), todos do município de Salgueiro, destacaram em seus testemunhos orais (APENDICES J e K) a dificuldade de manter suas atividades produtivas diante da mudança de hábitos. São estas circunstâncias que me levaram a relacionar na minha pesquisa o uso do couro.

O município de Salgueiro era o principal cliente dos produtores da cal de Parnamirim. O curtumista Sr. Zequinha afirmou que neste município existiam mais de 28 curtumes até os anos 1980 E que tinham como clientes os seleiros (especialistas em confeccionar roupas de vaqueiro, selas e demais acessórios de couro). Em 2012 existia apenas um curtume em funcionamento, onde pude registrar o uso da cal na fabricação das solas.

No mesmo ano na feira livre em Salgueiro observei a intensidade da comercialização do couro. Os seleiros ressaltaram que apesar de ainda haver intensas trocas na feira é acentuada a queda do uso de objetos feitos em couro.



Figura 22 – Produção do couro: Peles de animais antes do tratamento nas mãos do curtumista Sr. Zequinha; (b) Local onde as peles são tratadas com cal para retirada dos pelos no curtume de Salgueiro.





Figura 23 – Produtos de couro: (a) Exemplo de uso de chapéu de couro; (b) O seleiro Sr. Antônio em atividade em seu ateliê em Salgueiro.

Apenas um pequeno espaço da feira atualmente é reservado para a comercialização dos artefatos de couro. Em tempos anteriores esses eram vendidos por toda a feira. E apesar da baixa das vendas, os curtumistas são presenteados com diversas peles de animais (Figura 24). Essas peles, que antes eram mercadorias caras, agora são desprezadas. E os curtumistas, por falta de clientela, não estão dando conta de aproveitá-las.



Figura 24 – Venda de couro: (a) Peles descartadas pelos feirantes em Salgueiro; (b) Venda de solas e objetos de couro na feira em Salgueiro.

### 1.2.2. Fornos

Entendo os fornos de alvenaria como uma estrutura muito importante para a produção. Foram eles que primeiramente me atraíram para o tema e me levaram a explorá-los através da arqueologia da paisagem.

A atenção aos fornos, que são conhecidos pelos nomes dos proprietários ou pela fazenda em que foi construído, ressaltou onde ocorre o desenvolvimento diário do contato corporal, a compreensão de suas atividades através da experiência sensorial. Os locais de trabalho dos caieiristas se tornam conhecidos por meio dos eventos do cotidiano, sejam de forma física ou imaginativa, conforme pensa Barbara Bender sobre a produção de paisagens através das práticas sociais (BENDER, 2006, p. 305 e 306). É o que resalta também Christopher Tilley (1994, p. 16) sobre essa prática cotidiana: “Through time-space routines of movement a person knows where she or he is in relation to familiar places and objects and ‘how to go on’ in the world”<sup>4</sup>.

Apesar das dificuldades, os produtores da cal em Parnamirim sempre buscaram alternativas para driblar as imposições do mercado e melhorar a qualidade do seu produto. Constatei que a partir dos anos 1960 a queima do calcário começou a ser realizada em fornos construídos de alvenaria de pedras e tijolos. Essa nova forma de se fazer cal foi introduzida em Parnamirim pelo Sr. Eufrásio, após trabalhar por um período curto, em outros lugares de produção da cal na cidade de Juazeiro/BA, em propriedades que não eram de sua família. Neste período em que trabalhou na Bahia, o Sr. Eufrásio pôde observar uma diferente forma de produzir a cal, com a combustão do calcário em outra estrutura e como eram construídos os fornos de alvenaria. A partir desse aprendizado ele pôs em prática sua experiência, dando início a mudança na produção da cal em Parnamirim.

Isto ocorreu depois de 1960, pois antes, em Parnamirim, o calcário era queimado em estruturas escavadas no chão. Ou melhor eram queimados em *caieiras*, que poderiam até ter alvenaria rasa de tijolos, como afirma o Sr. Francisco Miranda ao descrever como era produzida a cal: “De primeiro como foi começado [...] o pessoal fazia era umas *caieirinhas*... era feita umas *caieiras* de tijolo” (APENDICE D).

Essas *caieiras* poderiam ser cavadas até nas próprias jazidas. Como explica *Galego do Cal*, em diversos momentos de seus relatos:

...a *caieira* era construída no chão mesmo, e nas próprias lajes do próprio calcário fazia a armação [...] e [...] meus avôs, meus pais já queimavam era em outro tipo de coisa. Eles faziam uma *caieira*. Era no meio do tempo.

<sup>4</sup> Tradução livre: “Através de rotinas de tempo-espço e movimento uma pessoa sabe onde está em relação a lugares e objetos familiares e como continuar com suas ações no mundo.”

Amontoavam as pedra no meio do tempo. Não tinha esses forno não. Na época era meio atrasado. (APENDICE H).

Não localizei nenhum vestígio dessas antigas *caieiras*. Segundo informações orais elas eram gradativamente abandonadas, já que eram facilmente feitas em profundidade muito rasa. Ao longo de minha estadia na região encontrei inúmeras estruturas parecidas e utilizadas para outro fim (Figuras 25 a 26).



Figura 25 – Caieira: (a) para a produção de carvão em Parnamirim; (b) Dimensões da *caieira*.



Figura 26 – Estrutura da caieira: (a) *Caieira* para a produção de carvão em Salgueiro; (b) dimensões.

As estruturas são semelhantes com cavidades abertas diretamente na superfície. Atualmente essas estruturas são usadas para queima de madeira na aquisição de carvão para o consumo doméstico em fogões artesanais. Verifiquei uma semelhança das suas medidas (1,50 m a 3,00 m de comprimento com 0,60 m a 1,50 m de largura, com no máximo 0,70 m de profundidade). Seu formato e profundidade são bem parecidos com aquelas descritas pelos caieiristas.

Para a memória coletiva é evidente a adoção do termo *caieira* em Parnamirim (e demais municípios do sertão central pernambucano) para a designação atual dos fornos escavados no chão, utilizados na obtenção do carvão. No entanto, a designação não era recorrente apenas na aquisição desse produto. Conforme percebi nas lembranças das práticas diárias mencionadas nos relatos do *Galego do Cal* e do Sr. Francisco Miranda, existe uma intensidade dos discursos relativos à *caieira* para a denominação das estruturas de fornos artesanais anteriores à década de 1960 na fabricação da cal.

O termo *caieira* tornou-se relevante na memória coletiva não apenas por ser elemento essencial da produção da cal, estando em uso até a mudança na produção com a construção dos fornos de alvenaria. Sua (re)significação contemporânea na produção artesanal de carvão mostra como foi marcante a construção dos significados referentes a produção da cal.

Com relação às memórias referentes às *caieiras* de antes da década de 1960, os caieiristas afirmam que a queima nesses fornos provisórios consumia mais lenha do que nos fornos de alvenaria. Isso ocorria porque as *caieiras* antigas não eram fechadas, o que fazia com que a ação do vento queimasse o combustível mais rápido. É o que diz o *Galego do Cal* :

Não, a gente tinha as *caieiras* primeiro. O forno economiza mais lenha para queimar. *Caieira* de primeiro ela levava lenha demais. Nós fazia caieira mesmo, cavadas no chão. Eu tenho lá na escritura, Fazenda Caieira, devido ser da época que nós produzia nas *caieiras*, mas tá com mais de anos que a gente deixou de fazer *caieira*. A gente só faz forno mesmo. (APENDICE H).

A denominação dada em Parnamirim aos fornos de alvenaria, bem como aos antigos fornos escavados no chão (*caieiras*) difere de outros lugares. No município de Frecheirinha, no Ceará, o nome dado aos fornos de alvenaria é *caieira* (ANDRADE, 2005, p. 106). Este aspecto deve ser levado em consideração, uma vez que os caieiristas em Parnamirim sempre se referem às *caieiras* como um termo que caiu em desuso.

Os fornos de alvenaria evidenciados durante o trabalho de campo possuem atributos arquitetônicos já encontrados em outros estudos na Região Nordeste, principalmente os fornos de formato circular (ANDRADE, 2005, p. 96 e 97 e SANTIAGO, 2007, p. 68). Contudo, os encontrados em Parnamirim possuem



características próprias e foram construídos com elementos naturais e artificiais utilizados pelos produtores locais. “Os fornos... Tem deles de várias estruturas, tem redondo, outros feito nesse modelo aí...” (APENDICE A) (Figuras 27 e 28).

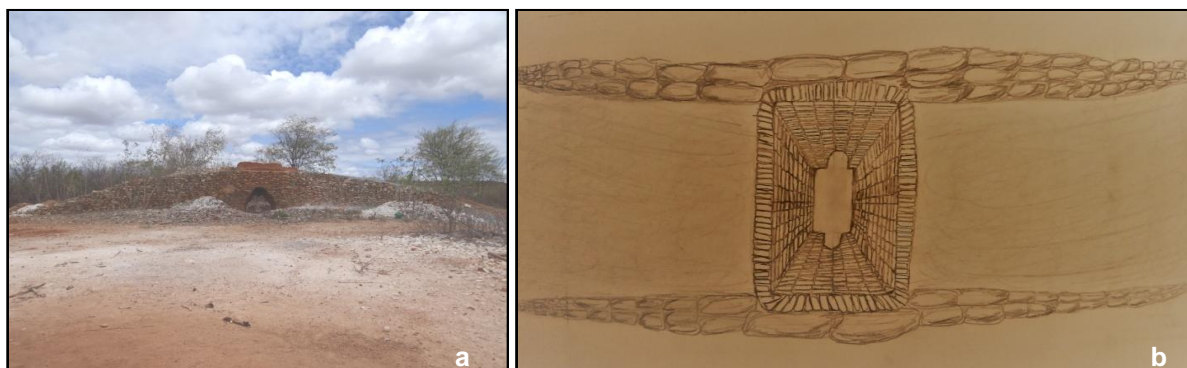


Figura 27. Forno retangular: (a) Foto; (b) Desenho esquemático do forno retangular.

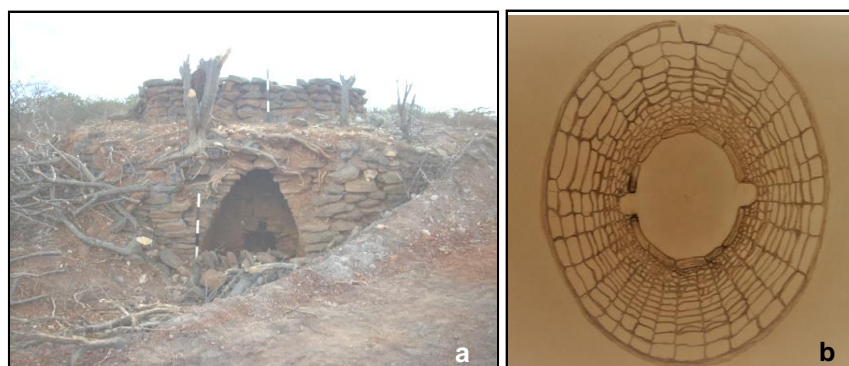


Figura 28 - Forno circular: (a) Foto; (b) Desenho esquemático do forno circular.

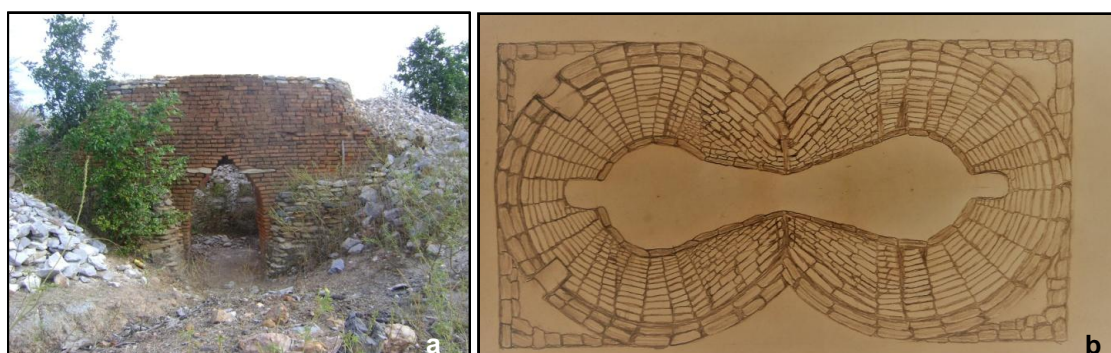


Figura 29 - Forno circular duplo: (a) Foto; (b) Desenho esquemático do forno circular duplo.

Outro aspecto diz respeito à qualidade da cal produzida antes da introdução dos fornos feitos de alvenaria. Os caieiristas informaram que a cal fabricada nas

antigas *caieiras* era de uma qualidade ruim, mais grossa e muito misturada com pedaços pequenos de carvão oriundos da lenha queimada.

Dos nove fornos localizados no município constatei que quatro deles possuem a forma circular, quatro são retangulares e um é circular duplo.

Dois dos fornos se destacam pelo tamanho e formato em que foram construídos. Um é o forno do Sr. Eufrásio pai do *Galego do Cal*. Esse forno é circular duplo e sua planta baixa tem o formato de um “8” (ver figura 29). O mesmo foi construído com tijolos, com dimensões e formato fora do padrão encontrado na região. A ideia era produzir mais cal em uma fornada. Porém este forno foi abandonado devido ao fracasso do experimento.

Devido a esse fracasso o *Galego do Cal* construiu outro forno em dimensões também fora dos padrões da região. Esse é o forno que observei a produção. Ele possui formato retangular e, assim como o primeiro, precisou de uma grande quantidade de aterro nas laterais para sustentar suas estruturas (ver figura 27). Segundo o *Galego do Cal*, o seu forno de formato retangular foi o que melhor apresentou rendimento na produção, devido a boa combustão. Não só ele, mas outros caieiristas também afirmam isso. O próprio Galego diz que o que difere os atuais fornos das antigas *caieiras* é o fato desses não deixarem o vento interferir tanto na queima, proporcionando uma vedação em sua câmara. Por isso aprendeu, com a experiência, como aproveitar de maneira correta os ventos (melhor posição dos fornos) e como escolher o formato dos fornos.

Em relação à localização, os locais escolhidos para a construção dos fornos dependem da posse ou autorização do uso das terras e da localização dos açudes e jazidas.

Quadro 1. Discriminação dos fornos evidenciados.

DENOMINAÇÃO ÊMICA DOS FORNOS	FORMATO DO FORNO	SITUAÇÃO EM QUE FOI DOCUMENTADO	ACESSO	FONTE ORAL	LOCALIDADE
Forno da Fazenda Solimões	Circular	Abandonado	Sim	Sim	Fazenda Solimões
Forno do Galego do Cal	Retangular	Em uso	Sim	Sim	Povoado do Barro
Forno do Sr. Francisco	Retangular	Abandonado	Sim	Sim	Povoado do Barro
Não encontrada - Forno 4	Circular	Abandonado	Sim	Não	Povoado do Barro
Não encontrada - Forno 5	Retangular	Abandonado e arruinado	Sim	Não	Povoado do Barro
Não encontrada - Forno 2	Circular	Abandonado	Sim	Não	Povoado do Barro
Não encontrada - Forno 3	Circular	Abandonado	Sim	Não	Povoado do Barro
Forno do Sr. Eufrásio	Circular Duplo	Abandonado	Sim	Sim	Povoado do Barro
Forno do Sr. Geraldo	Retangular	Abandonado e arruinado	Sim	Não	Povoado da Quixaba

Todos esses fornos apresentados no quadro acima foram construídos em alvenaria, com tijolos, fabricados em Parnamirim, e rochas graníticas encontradas na

região. A argamassa utilizada para a edificação das estruturas, chamada pelos caieiristas de *liga*, era na maioria das vezes de cor alaranjada e possuía em sua pasta argila, areia e a própria cal.

A maioria os fornos possui altura das câmaras entre 2 a 3,5 m, sejam elas cilíndricas ou retangulares. Todos são abertos na sua parte superior, como observado em algumas partes do mundo.

A atenção dada aos relatos dos caieiristas me fez notar que existem denominações diferentes para as estruturas fixas e móveis desses fornos. Como estruturas fixas, todos têm, no mínimo, duas *bocas*, denominação êmica para as aberturas que servem para a ventilação, abastecimento do *mineral* e entrada e saída de pessoas, durante as reformas e após na retirada da cal viva (Figuras 30 a 57).

Nos fornos circulares e no forno circular duplo, nas partes superiores estão também outras aberturas fixas, chamadas de *ouvidos*, que servem para abastecimento do calcário. Elas são utilizadas durante a montagem da *armação*.

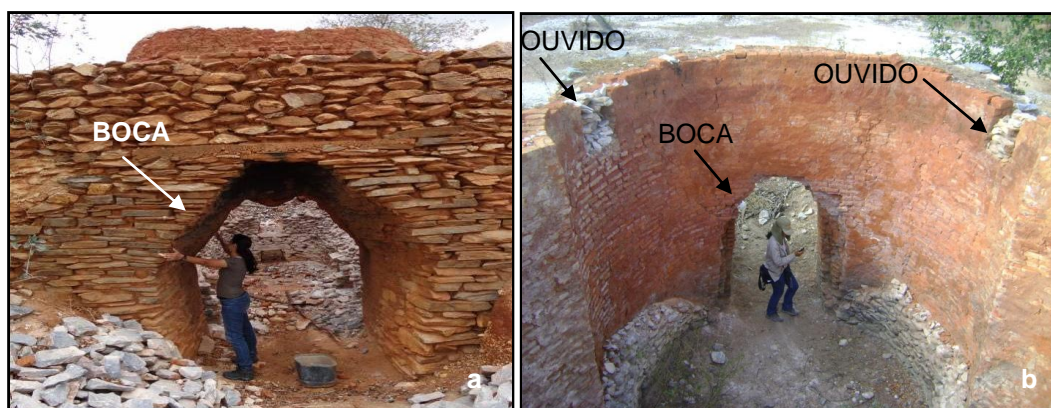


Figura 30 – Partes dos fornos: (a) Boca do forno do *Galego do Cal*; (b) Boca e ouvidos do forno circular duplo do Sr. Eufrásio.



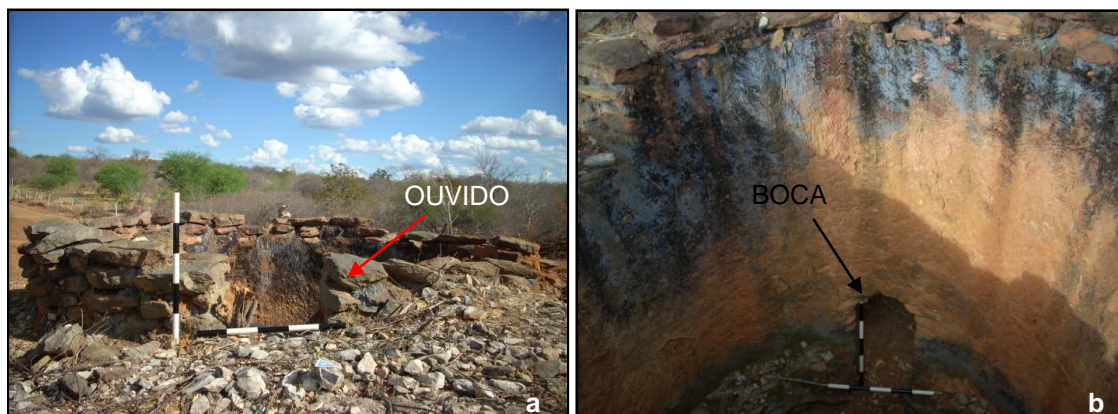


Figura 31 – Partes dos fornos: (a) Ouvido do forno circular da Fazenda Solimões; (b) Boca do forno circular da Fazenda Solimões.

Vários elementos dos fornos podem ser observados através do registro visual e da oralidade desenvolvidas na pesquisa. As características de suas estruturas e as escolhas e experiências dos caieiristas nas construções faz entender que o forno de formato retangular foi o que mais deu rendimento para a produção (ver figura 26). Porém, outros aspectos físicos garantem o bom resultado. É o que o Sr. Eufrásio acrescenta ao falar de características do primeiro forno circular construído por ele. Ele observa que as aberturas para ventilação (*bocas*) são muito importantes. “A fornaria dele era diferente, né. É do tipo fechado. Por isso ele não era bom queimador. Ele era fechado embaixo” (APENDICE I).

Muito além da cal e dos fornos, a paisagem aqui estudada é abrangida por noções compartilhadas pelos habitantes de Parnamirim e por aqueles de fora do município que conviveram com esta atividade e/ou produto.



## CAPÍTULO 2 - A PAISAGEM DELES POR MIM

Os lugares onde ocorria a produção caieiristas têm recorrentes relatos com a denominação por forno.

A forte alusão êmica apresenta tais espaços sociais pelo reconhecimento que as pessoas têm da propriedade ou do dono das terras. É assim que conheci os fornos da Fazenda Caieiras, Fazenda Solimões e Fazenda Roncadeira.

É importante compreender o espaço destinado à produção com todos os seus elementos. Os fornos estão relacionados a outras estruturas que tornaram a paisagem caieirista singular em Parnamirim. Abaixo apresento descrições com as informações orais dos fornos e demais elementos de produção localizados nas fazendas. Antes, destaco as descrições comuns dos lugares destinados à produção:

- a) Forno: estrutura de alvenaria de tijolos e/ou rochas graníticas de formatos variados introduzidos no município a partir da década de 1960.
- b) *Arrancador* (jazida): local de retirada do calcário, da matéria-prima utilizada para a fabricação da cal.
- c) Fonte d'água: áreas naturais de acúmulo d'água, cursos d'água intermitentes, açudes e/ou barragens.
- d) *Mato*: Mata circundante de caatinga utilizada para a aquisição de lenha que é usada durante o processo de queima.
- e) *Rodagens* (estradas) e *carreiros* (caminhos): vias de acesso, caminhos existentes dentro da vegetação e trilhas, usados para acessos aos locais de aquisição de água, jazidas ou lenha e escoamento da produção.
- f) *Barracas* (acampamentos): estruturas provisórias para o abrigo do sol e chuva, habitualmente utilizados para a realização de refeições e em diversos momentos de descanso.
- g) *Estoque* (depósitos): muitas vezes a produção é depositada próximo ao forno. Em caso de excedente a cal já ensacada é guardada nos depósitos ou até mesmo nas residências dos proprietários.

Estas estruturas que propiciaram o trabalho com a cal estavam no cotidiano dos caieiristas, e suas relações ocorriam a partir de um amplo conhecimento do meio físico. Isto é perceptível na maneira que planejaram e atuaram para manter seus afazeres. Considerando as longas estiagens, mantiveram a produção quase ininterrupta, por longos meses e, até mesmo, por mais de um ano. Em contrapartida, por ser imprescindível em uma das etapas da produção, a necessidade da abundância de água levou os caieiristas a construírem açudes ou outras estruturas perto de suas jazidas e fornos. Em casos extremos todos os caieiristas do Povoado do Barro, da Fazenda Solimões e Quixaba também recorriam à Barragem do Cachimbo para obter água.

As *rodagens* para a passagem de carroças no meio do *mato*, o aproveitamento de carreiros de gado e a abertura de rodovias foram recursos que permitiram o abastecimento nos locais de trabalho (Figura 32). Ao interpretar a organização do espaço produtivo, por exemplo, com a criação dessas mencionadas vias essenciais para a execução da produção, é perceptível a importância da proximidade com o *arrancador* e a normalidade com que era vivida a escassez da água no cotidiano.

Apesar da importância da água na produção, constatei que a implantação dos espaços de produção era definida pela localização do *arrancador*. Os proprietários buscaram ter jazidas com adequadas condições para edificar seu forno e demais estruturas.

Para a análise e o entendimento da paisagem estudada e de toda a sua materialidade foi muito importante o conhecimento adquirido nas visitas ao Povoado do Barro. Nesse povoado foi obtida a maior parte das informações orais.



Figura 32 – Vias de acesso: (a) Via de entrada do Povoado do Barro; (b) Residências no Povoado do Barro.

O Povoado do Barro é central para a percepção da paisagem caierista e das suas distâncias. Sua localização deve servir para detalhar as conexões com estradas e rodovias. No povoado encontram-se as famílias que dominaram durante quase três gerações a produção no município e região, além de ter a maior concentração de fornos de produção da cal. Estes locais são as terras do Povoado do Barro, Povoado Quixaba e a Fazenda Solimões. Pode-se também visualizar a sede do município de Parnamirim, e as principais vias de acesso (BR-316 e PE-555) que ligam esses pontos (Figura 33).

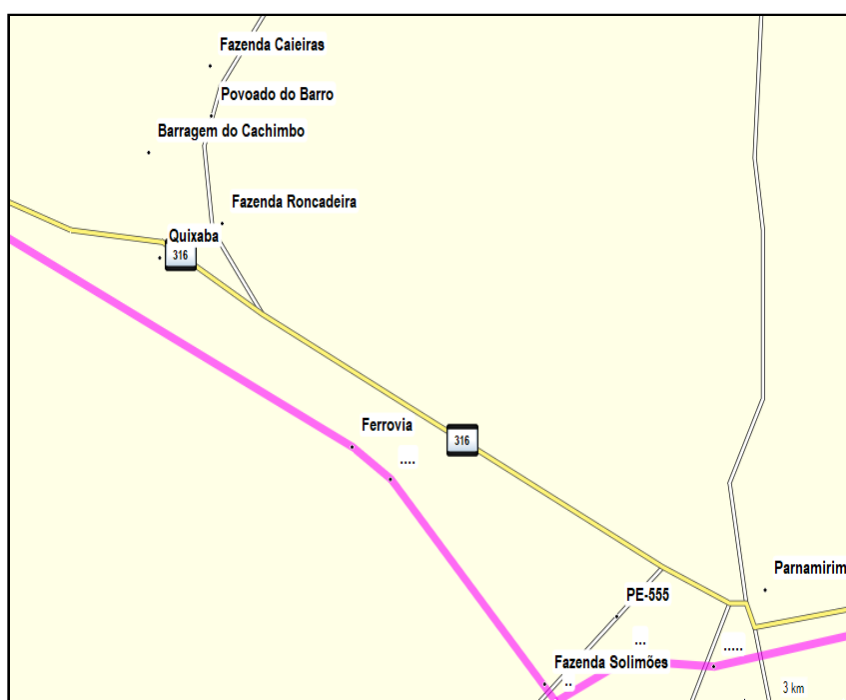


Figura 33 - Implantação do Povoado do Barro, demais localidades e principais vias de acesso.

Dentro do cenário mostrado acima é importante destacar os espaços destinados à produção que deram chances de analisar as informações. De forma mais ampla eles estão localizados na Fazenda Solimões, Fazenda Caieiras e Fazenda Roncadeira.

Como mencionado anteriormente, as propriedades onde foram disseminadas as atividades produtivas do Povoado do Barro são centrais para o entendimento da produção. A Figura 34 mostra o detalhe dessas terras, com destaque para duas das fazendas escolhidas (Caieiras e Roncadeira) para a discussão e outros fornos encontrados. É importante salientar que os produtores não chamam os locais

destinados ao trabalho de *caieiras* ou por outro nome. Eles se referem a eles a partir do nome dos proprietários dos fornos ou do nome da propriedade em que o forno foi construído. Por esse motivo e para melhor compreensão uso esses nomes emicamente conhecidos na discussão.

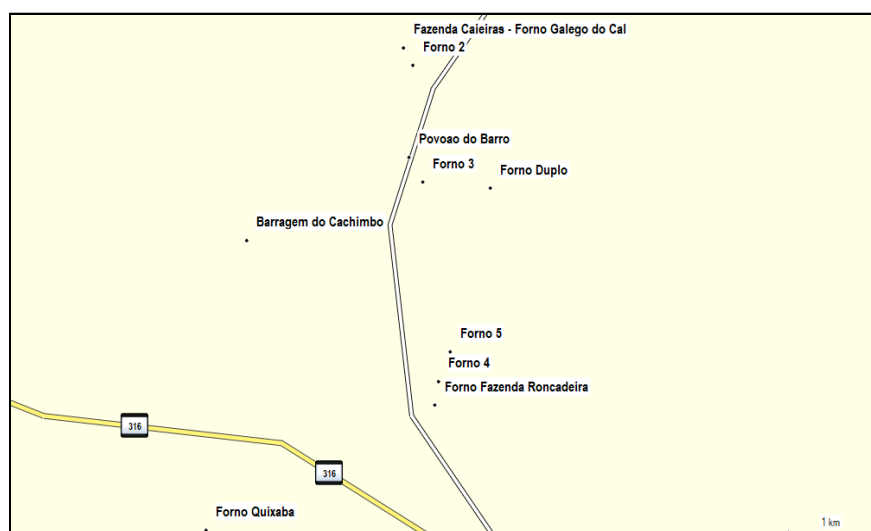


Figura 34 - Localização do Povoado do Barro e demais estruturas de fornos.

Os relatos orais ressaltaram as limitações de território dentro das demarcações de terras das fazendas dos proprietários. Em quase todos os casos foi verificado que uma segunda fonte de abastecimento de água como a Barragem do Cachimbo, e foi utilizada fora dos limites territoriais de cada proprietário por causa das estiagens. Para essa pesquisa as fontes secundárias de água também estão nos limites da produção da cal, já que foram usadas por vários proprietários em períodos diferentes ou ao mesmo tempo.

## 2.1 Fazenda Solimões

As características físicas do lugar destinado à produção e as memórias relativas ao uso do forno identificado na Fazenda Solimões foram as primeiras registradas em Parnamirim. Sua documentação ocorreu durante as atividades vinculadas ao Programa Arqueológico de Gestão da Ferrovia Transnordestiva, em 2009 (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2018).

O forno da Fazenda Solimões é o mais próximo da sede do município. Ali a área foi explorada por pessoas que não detinham a posse das terras da fazenda. As

informações orais cedidas pelo proprietário da fazenda é que deram conta de muitas das imprescindíveis referências dali. O proprietário, Senhor Antônio Enes de Alencar, nunca trabalhou com a produção e conhecia pouco sobre a prática *caieirista*. Ele informou que antes da chegada das obras da ferrovia tinha o interesse em investir na produção da localidade, contratando pessoas para o serviço.

A condição em que as evidências materiais foram encontradas contrasta com as demais porque a estrutura do forno e os elementos a ele associados foram localizados no eixo projetado da Ferrovia Transnordestina durante a supressão da vegetação (Figura 35). As atividades preliminares da referida obra levaram a modificação da área, também com o revolvimento da cota superficial. Apesar dos serviços executados antes da documentação, aconteceu plenamente o registro da materialidade ali existente.

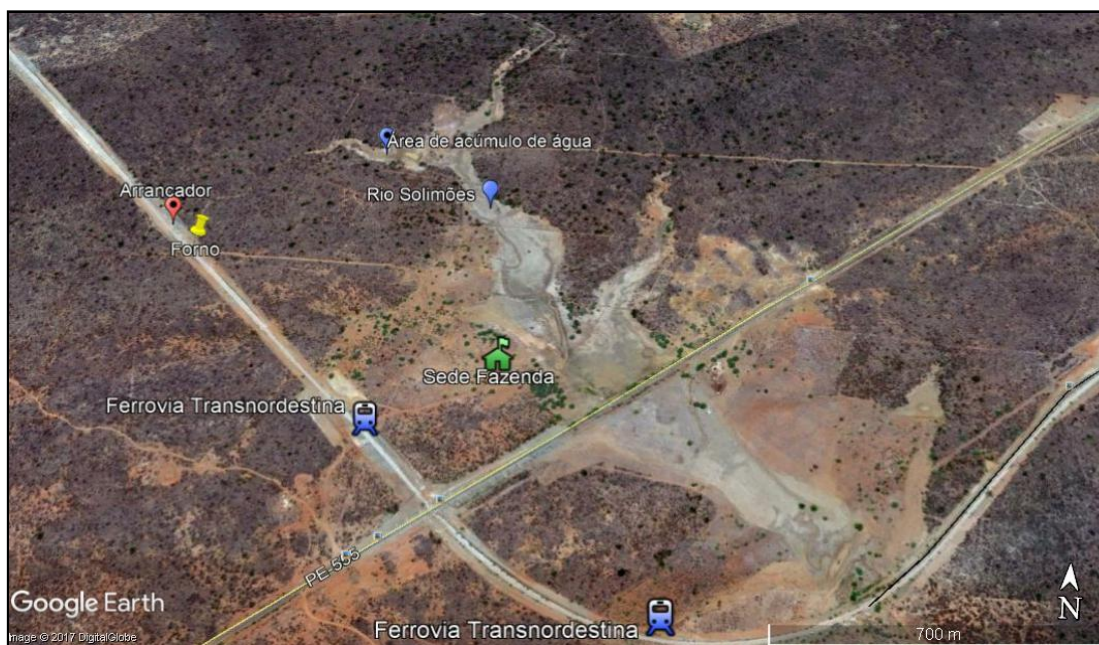


Figura 35 - Implantação da Ferrovia Transnordestina na Fazenda Solimões.

O abandono da estrutura do forno logo ficou evidente diante da primeira observação. Mesmo com a cobertura vegetal, que o tomou densamente, o forno estava em bom estado de conservação. Ali também estavam presentes escórias da produção, calcário em tamanho reduzido e um *arrancador* adjacente ao forno (Figura 37). As evidências materiais enriqueceram a documentação e deu sinal do trabalho ali realizado e como a paisagem era construída pelos caieiristas.



Não foi encontrado mais nenhum vestígio de outras estruturas associadas como *barracas*, nem o local para o depósito da cal. É bem provável que a produção fosse armazenada no próprio local. Também não foi localizado nenhum instrumento de trabalho como picaretas, marretas, pás, peneiras, dentre outros.

De acordo com as informações orais o forno foi construído nos anos de 1960. Foi implantado em média encosta, numa depressão escavada em um local de relevo ondulado e com inclinação suave. A escolha do lugar e da forma de construção do forno provavelmente ocorreu com a intenção de proteger e fortalecer a estrutura através do aproveitamento da declividade. A construção de fornos em média encosta é comum na região, pois existe um efeito de degradação intensa de suas paredes com arruinamentos ou abaulamentos causados depois de constantes queimas. A utilização de encostas era um meio de aproveitar uma parede natural para uma edificação bastante consolidada do forno.



Figura 36 – Forno: (a) Estado do forno da Fazenda Solimões ao ser identificado; (b) Vista do forno da Fazenda Solimões durante obras da Ferrovia Transnordestina.



Figura 37 – Rejeitos: (a) Rejeitos da produção descartados próximo ao forno da Fazenda Solimões; (b) Detalhe de rejeitos da produção.

Como quase toda a extensão do forno era conformada pelo talude, não houve visualização de toda a sua dimensão pela face externa. E outra parte da porção posterior externa não pôde ser detalhada devido ao seu soterramento (Figura 38). Isso ocorreu devido a fatores de ordem natural, ao abandono do processo produtivo e à atividade de supressão da vegetação, que deixaram adjacentes à estrutura obstáculos à documentação tais como galhos de árvores nativas espinhosas e/ou urticantes, sedimento e matacões deslocados.



Figura 38 – Ao fundo o forno da Fazenda Solimões.

A construção do forno se deu verticalmente, em forma de um cilindro aberto na *boca* superior. De parede única, teve desde a base o recurso da técnica de alvenaria. Os principais elementos construtivos escolhidos para erguê-lo foram blocos de rochas graníticas. O aglutinante foi feito com uma *liga* (argamassa) de cor alaranjada feita de argila, areia e cal (Figura 39).



Figura 39 – Forno: (a) Vista externa do forno da Fazenda Solimões; (b) Vista interna do forno da Fazenda Solimões.

A base estava conformada diretamente numa camada de sedimento, composto por porção significativa de areia fina e pouca presença de argila. A extrema dureza, associada a calhaus que também estavam presentes, deve ter facilitado à construção. Apesar de não verificado, os caieiristas podem ter buscado alcançar a rocha matriz (calcária), ali não muito profunda, para conformar a base do forno.

A estrutura do forno possuía diferenças na altura, com o mínimo de 3,70 metros, e o máximo de 4,70 metros. A circunferência apresentava o diâmetro externo maior do que 3,50 metros e aproximadamente 3,10 metros de diâmetro interno. Caracterizava sua forma 03 *bocas* (duas na base e uma no topo) e 01 *ouvido*. Como já descrito, esses componentes tinham funções relacionadas à alimentação da fonte energética (lenha) com o aproveitamento do vento no processo de combustão, abastecimento e retirada de materiais.

Sabe-se que para a produção caieirista é imprescindível o uso de água. As evidências materiais da Fazenda Solimões (forno e jazida) estavam associadas aos pontos de abastecimento intermitentes que poderia ser um córrego sazonal tributário do rio Solimões. Esse córrego estava a alguns metros da estrutura do forno e pouco deve ter sido usado, por ser bem pequeno e ficar a maior parte do ano sem água.

A Figura 40 mostra a Fazenda Solimões e suas estruturas antes do impacto com as obras da Ferrovia Transnordestina. Nela estão situadas a sede e os elementos materiais da produção da cal, a uma distância que não permitia o contato visual entre eles.



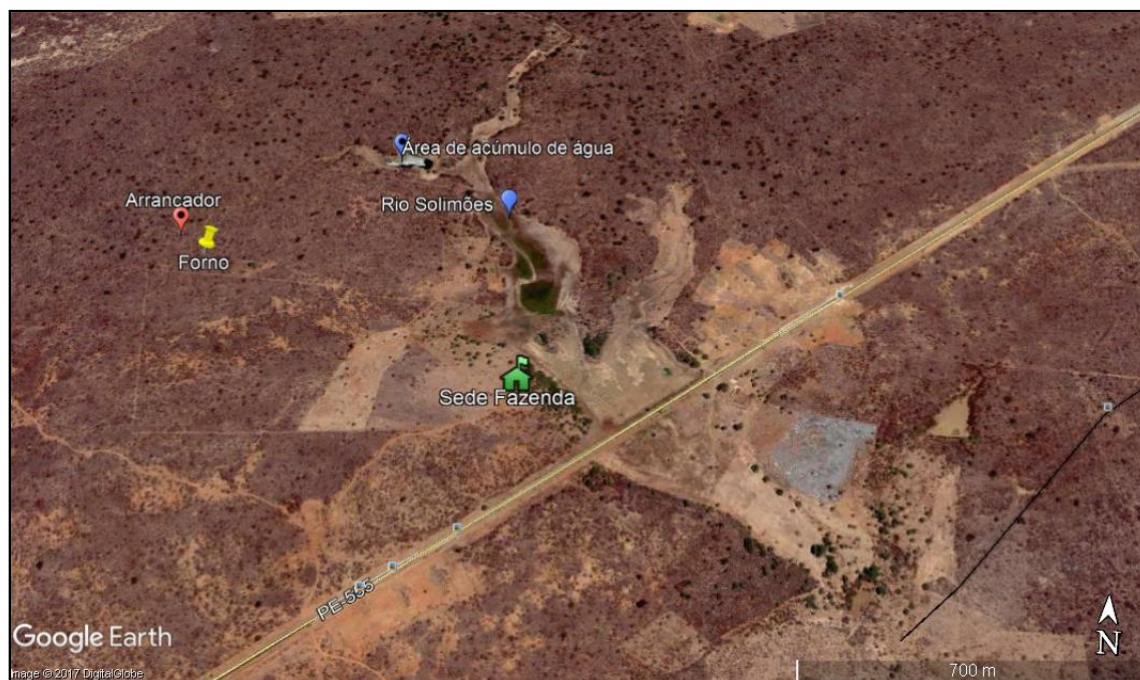


Figura 40 - Fazenda Solimões antes da construção da Ferrovia Transnordestina.

Ainda com atenção para a Figura 40, é tênue a visibilidade de caminhos carroçáveis. Percebi durante a pesquisa de campo a existência de alguns deles. O relevo dali é ondulado, com algumas colinas de pouca elevação e baixa inclinação, o que não dificultava o trânsito de carroças.

Entre a área do forno e onde se obtinha água (área de acúmulo d'água compartilhada com os ocupantes da fazenda), um caminho em meio ao *mato* foi aberto pelos caieiristas. A distância que eles percorriam para adquirir água era próxima a 650 metros. É também importante mencionar a proximidade com a rodovia PE-555, via de ligação com caminhos de escoamento do produto. No período de atividades caieiristas ali desenvolvidas esta rodovia, que conecta a BR-314 (iniciada perto da sede municipal de Parnamirim) à Petrolina, não era asfaltada.

A uma distância de aproximadamente 390 metros desse lugar existe a estrutura doméstica da Fazenda Solimões com moradia e área para criação de animais. O dono da propriedade, o Sr. Antônio Enes, informou que há 20 anos a atividade caieirista era extremamente ativa ali. A atividade durou alguns anos e ocorria distintamente do cotidiano da sede da Fazenda. O local foi cedido para que um grupo de caieiristas realizasse a extração do calcário, coleta de lenha, queima e

comercialização da cal sem nenhuma taxa de cobrança por utilizarem as terras da Fazenda.

Dos caieiristas que trabalhavam com a cal ali apenas um estava vivo quando do testemunho oral do Sr. Antônio Enes. Devido à idade avançada ele abandonou o ofício. Esse último é conhecido pelo apelido de *Zé Freire* e na ocasião das pesquisas morava no município de Petrolina/PE e não foi localizado.

A Fazenda Solimões está distante do Povoado do Barro cerca de vinte e cinco quilômetros, sendo o mais próximo da sede do município de Parnamirim, cerca de oito quilômetros; e está localizado a uma distância de aproximadamente um quilômetro da rodovia PE-555. A cal era retirada do local de produção até a PE-555 onde era escoada para o mercado consumidor.

O Sr. Antônio Enes informou que a cal fabricada ali era predominantemente vendida na região de Parnamirim e nos municípios mais próximos. Houve ocasiões em que a produção foi comercializada em lugares mais distantes como Petrolina ou até mesmo em municípios dos Estados do Piauí (Curral Novo) e Ceará (Barbalha).

## **2.2 Fazenda Caieiras**

A Fazenda Caieiras está localizada no Povoado do Barro e é o local de trabalho do *Galego do Cal*, um *caieirista* que trabalhou desde a infância com o pai e o avô e detém conhecimento de todas as etapas da produção. Na época da pesquisa de campo este lugar estava em pleno funcionamento e o *Galego do Cal* sempre esteve disposto a fornecer informações. Essa área começou a ser explorada durante os fins dos anos 1990 e assim foi usada por pouco mais de dez anos.

Conhecer o *Galego do Cal*, seu forno e demais equipamentos de trabalho foi muito importante para entender uma produção ativa. Esse encontro ocorreu por intermédio do Sr. Enes, proprietário da Fazenda Solimões. Ali foi possível registrar as etapas da produção artesanal da cal em diversos momentos dos anos de 2009, 2010 e 2012.

O local de trabalho de *Galego do Cal*, construído próximo ao Povoado do Barro, se destaca das demais estruturas encontradas pelo tamanho e características do seu forno. A implantação ocorreu em compartimento topográfico plano (Figura

41). Uma estrada de barro o conectou ao povoado, a BR 316, a sul e a outras localidades, ao norte.

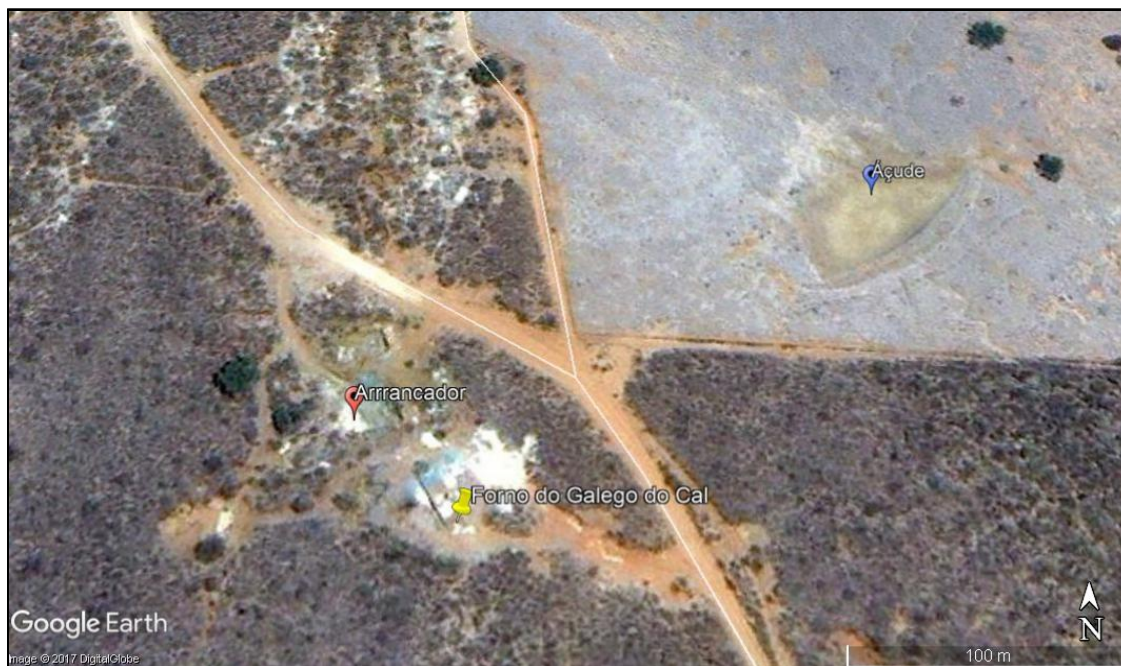


Figura 41 - Destaque dos elementos de produção de *Galego do Cal*.

Associado ao forno do *Galego do Cal* existe um *arrancador* que vinha sendo usado há aproximadamente dez anos antes do momento da pesquisa. Segundo informações do proprietário, o período de exploração do *arrancador* é o mesmo de uso do forno.

No local também foram evidenciados instrumentos de trabalho (picaretas, pás, baldes, peneiras, carrinho de mão dentre outros), dispostos na jazida e próximo ao forno.

Próximo ao forno e ao *arrancador* foi encontrada uma *barraca* feita de galhos de espécies da mata nativa e lona plástica que servia para o descanso e abrigo dos trabalhadores em momentos de refeições (Figura 42). Ao redor dessa *barraca* existiam alguns vestígios materiais bem recentes referentes a restos de alimentação, como latas de sardinha e óleo. Esses materiais estavam em estado avançado de deterioração por causa da constante exposição ao sol intenso e ao pisoteio de animais.



Figura 42 - Vista da barraca usada como área de descanso próximo ao forno.

Também foram encontrados depósitos de fardos de lenha e pedaços do calcário quebrado e separado em *lajes*, *rachas*, *pedra pequena* e *xerém*.

Até o momento final da pesquisa em campo não existia nenhuma estrutura de casa residencial próxima do local destinado à produção do *Galego do Cal*. Assim, havia seu isolamento das residências do Povoado do Barro, local de moradia de alguns trabalhadores e do proprietário.

O forno foi construído no início dos anos 1990 pelo próprio *Galego do Cal*. A construção é de alvenaria de tijolos maciços e pedras, ambos assentados com *liga* de argila. Uma ressalva para as paredes e a sua câmara, duas partes importantes edificadas com um tipo de material e com um tipo de finalidade.

Como o forno foi implantado em terreno plano existiu um trabalho extremo para a construção de paredes que serviram de sustentação para a sua câmara. Essas paredes foram feitas de rochas graníticas assentadas com *liga* alaranjada feita de areia, argila e cal. Estas paredes, construídas na frente e no fundo da câmara foram, ainda, preenchidas nas laterais com sedimento do próprio local. A sua parede frontal tem 1,10 metros de largura, e a posterior tem 0,50 metros.

A câmara deste forno, que está disposta no centro e entre as paredes descritas acima, possui o formato retangular aberto na parte superior. Foi construída com tijolos de barro cozido e assentados com a mesma *liga* usada nas paredes de rocha granítica. Ela foi erguida através de uma base construída diretamente na rocha matriz. Essa base foi feita com a abertura de uma cavidade na superfície. A implantação desse alicerce também ocorreu através da técnica de alvenaria, tendo



entre os elementos construtivos pedra e *liga* feita de argila. Segundo informações orais foi necessário escavar 1,5 metros para encontrar a rocha matriz e começar a construção da base.

Com o seu formato retangular, essa câmara tem as paredes internas revestidas por argila (de cor alaranjada a avermelhada). Observei que era necessária à manutenção do revestimento com a inserção de nova camada de argila. A técnica de revestimento é utilizada para dar um efeito refratário ao forno. A manutenção é feita a cada duas ou três queimas, e serve para conservar as paredes da câmara de rachaduras provenientes das altas temperaturas durante o processo de queima.

Esse forno possui dimensões muito grandes se comparado aos demais. A sua fachada frontal possui 36,50 metros e a fachada posterior 29,50 metros. Mas a câmara, apesar de bastante menor do que a fachada, se destaca das outras evidenciadas, possuindo 4,60 de comprimento, 5,70 metros de largura e 4,15 metros de altura (Figura 43). A largura maior observada através das medidas das paredes é de 4,80 metros.



Figura 43 - Vista panorâmica do *arrancador* e forno.

Além da *boca* superior da câmara, esse forno possui mais duas *bocas* (portas) na frente e fundo e que foram construídas tanto nas suas paredes como na câmara.

A principal fonte de água está localizada a mais de quatrocentos metros a nordeste das estruturas de forno e *arrancador*, e no lado oposto da *rodagem*. Se caracteriza como um açude escavado do lado oposto da estrada de barro que dá acesso ao Povoado do Barro. Como se trata de um açude e sempre esteve sujeito às constantes estiagens que o deixavam seco, os produtores sempre buscavam

outra fonte de água. A Barragem do Cachimbo é a segunda fonte de água e está distante mais de três quilômetros (Figura 44).

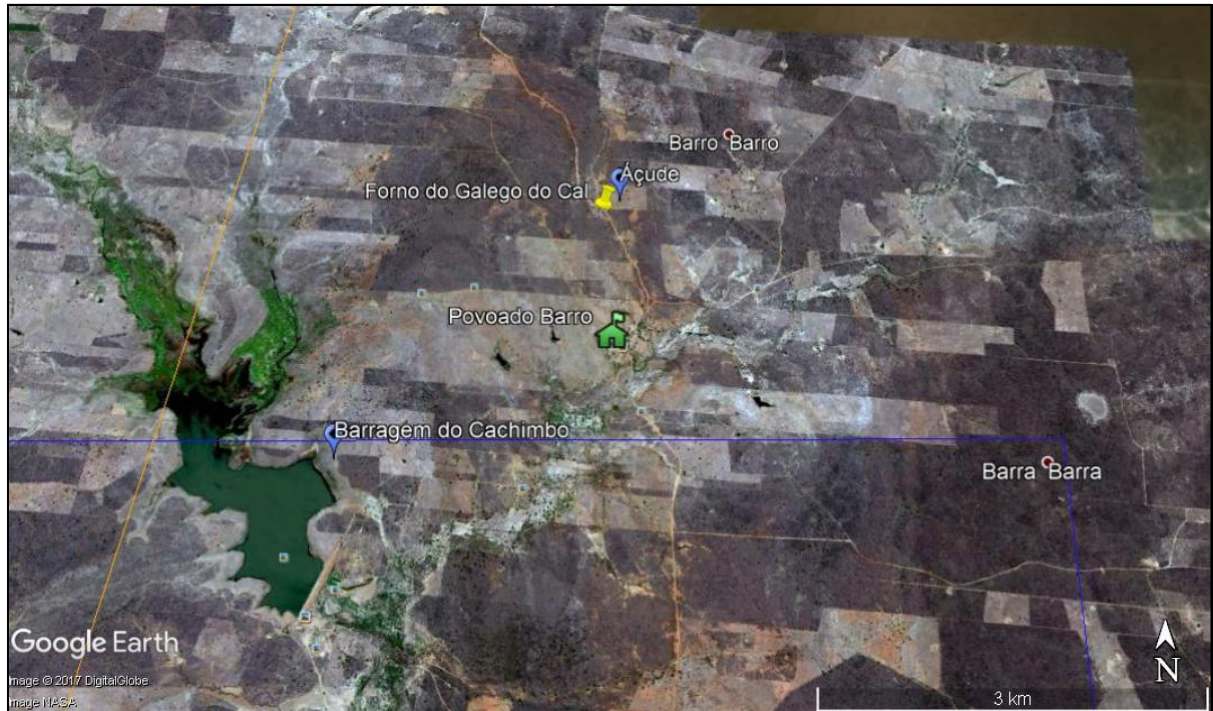


Figura 44 - Estruturas produtivas da Fazenda Caieiras.

Como já mencionado o local destinado à produção da Fazenda Caieiras é acessado pela BR-316 em uma *rodagem* (estrada de chão) que dá acesso ao Povoado do Barro e a algumas fazendas da região. Através dessa estrada de chão a produção sempre foi escoada para a sede do município de Parnamirim e outros municípios vizinhos como Araripina, Trindade, Ouricuri, Bodocó, Orocó, Salgueiro, Terra Nova, Granito, Moreilândia, Cabrobó, Exu e Santa Maria da Boa Vista.

Para distribuição da produção, o proprietário dispõe de uma *paviola*. Observei esse veículo ser utilizado durante seu carregamento com a cal. Além da *paviola* também possui um *carro pipa* que é usado para transporte de água. O conjunto de equipamentos e instrumentos destaca dentre os caieiristas o *Galego do Cal* como o que possuía a melhor estrutura para lidar com o desenvolvimento da produção.

### 2.3 Fazenda Roncadeira

A documentação dessa fazenda foi registrada a partir do testemunho do Sr. Francisco Miranda, proprietário atual de parte das terras da antiga Fazenda Roncadeira. A documentação dali foi realizada em poucos momentos do ano de 2010.

O Sr. Francisco Miranda é casado com uma tia do *Galego do Cal*. Ele começou a trabalhar na produção ainda muito jovem e antes da introdução dos fornos de alvenaria na região.

Uma das diferenças dos equipamentos estabelecidos nessa fazenda é que existem três fornos edificadas. A reunião das estruturas em área muito próxima é devida principalmente a grande área destinada ao *arrancador*. Os fornos não foram utilizados de forma concomitante, conforme referem às informações orais, inclusive com indicações do uso dessa área antes da introdução da tecnologia dos fornos em alvenaria.

O espaço de trabalho do Sr. Francisco Miranda está implantado em média encosta aplainada e estava aparentemente abandonado. Possui parcelas de um lado e do outro da *rodagem* que liga a BR-316 ao Povoado do Barro. Em uma porção encontra-se o forno do Sr. Francisco Miranda e do outro lado da *rodagem* encontram-se outros dois fornos mais antigos, fora dos limites da atual Fazenda Roncadeira, uma grande área destinada ao *arrancador* e dois pequenos açudes (Figura 45).





Figura 45 - Destaque dos elementos de produção de Sr. Francisco.

Com já citado, esse lugar apresenta diferentes momentos da paisagem caieirista. Existem três fornos edificadas que foram usados em momentos diferentes com o recurso de um mesmo *arrancador*. Isso foi possível devido à dimensão da Fazenda Roncadeira, que em tempos anteriores era maior mas que com as constantes divisões de terras oriundas de casamentos, herança ou vendas a propriedade foi dividida. O que percebi é que o forno do Sr. Francisco Miranda, também conhecido como forno da *Roncadeira*, compartilhou com os fornos 4 e 5, em períodos diferentes, uma grande área destinada ao *arrancador*.

O forno do Sr. Francisco Miranda estava abandonado há alguns meses. Havia associado a ele duas cisternas vazias e alguns materiais como peneiras, baldes, pás e alavanca. No lugar existia também uma grande quantidade de lenha acumulada, um monte de tijolos maciços de barro, calcário queimado e na forma bruta, assim como um amontoado de cal da última produção que foi ali deixada por causa das baixas nas vendas (Figura 46).



Figura 46 – Fazenda Rocandeira: (a) Calcário queimado e peneiras; (b) Diversas estruturas usadas para o acúmulo d'água.

O forno foi construído por alvenaria de tijolos maciços e pedras, todos aglutinados com a mesma *liga* dos outros fornos. Assim como o forno da unidade descrita anteriormente, esse tem duas partes importantes que foram construídas cada uma com um tipo de material e finalidade (Figura 47).



Figura 47 – Forno: (a) Forno do Sr. Francisco Miranda; (b) Forno, lenha abandonada e área de água da Fazenda Rocandeira.

Como também foi implantado em terreno plano fez-se necessária a construção de paredes de contenções que serviram de sustentação para a câmara. As paredes possuem rochas graníticas assentadas com *liga* de cor laranja feita de areia, barro e cal. As laterais foram preenchidas com sedimento retirado do local. A câmara foi disposta no centro das paredes. Possui o formato retangular aberto na parte superior e foi construída com tijolos de barro cozido. A sua base foi feita no próprio embasamento rochoso do *mineral*.



Esse forno possui as seguintes dimensões: Fachada frontal e posterior com 14 metros; A câmara possui 5,55 x 2,35 metros e 4,10 metros de altura. A largura maior observada através das medidas das paredes é de 5,90 metros.

Os outros dois fornos encontrados estavam arruinados. Esses estão localizados em outra porção da propriedade, separados do forno do Sr. Francisco Miranda pela *rodagem* e mais próximos a grande área destinada ao *arrancador* e ao açude. Um deles é redondo e o outro é retangular. É possível que o forno redondo seja o mais antigo e que o retangular tenha sido construído em período bem próximo. Consegui fazer imagens e uma breve descrição desses dois fornos mais antigos, porém não consegui contatar com o atual proprietário para maiores informações.

O forno 4 é o redondo construído de alvenaria de rochas graníticas, aberto e muito parecido com o forno da Fazenda Solimões, porém só possui uma porta de entrada. Por essas características e pelas informações obtidas em entrevista acredito que esse seja o primeiro forno a ser construído no povoado pelo Sr. Eufrásio na década de 1970. O forno 5 encontrava-se parcialmente arruinado e tinha o formato retangular (Figura 48).



Figura 48 – Fornos: (a) Forno 4 redondo abandonado na Fazenda Roncadeira; (b) Forno 5 retangular e abandonado na Fazenda Roncadeira.

O Sr. Eufrásio mencionou a recorrência da atuação dos caieiristas naquele lugar desde a época das *caieiras* escavadas no chão. Assim, essa é provavelmente a área de maior intensidade da exploração caieirista nas terras do Povoado do Barro.

A água utilizada era proveniente de dois açudes. Um deles provavelmente era utilizado em tempos anteriores e mais relacionado com os fornos 4 e 5, distante desses cerca de duzentos metros. O segundo relacionado ao forno mais recente, o forno do Sr. Francisco, distante desse cerca de trezentos metros.

A *rodagem* utilizada para escoamento da produção é a mesma que liga a BR-316 ao Povoado do Barro, e segundo informações dos entrevistados, a produção era vendida para Parnamirim e municípios vizinhos.

### CAPÍTULO 3 - A PAISAGEM POR NÓS

Na paisagem caieirista estão integradas evidências materiais, memórias e narrativas da produção da cal. Estão reunidos elementos visíveis e documentados na própria paisagem, mas também o que já desapareceu e se mantém vivo na memória das pessoas. A paisagem abrange este conjunto de evidências das manifestações culturais dos sujeitos sociais, não apenas como elementos materiais, o que limitaria a discussão aos aspectos físicos de uma paisagem estática e externa às pessoas, mas tendo a memória e os significados como seus principais componentes.

As concepções da paisagem ainda são elaboradas nos caminhos percebidos por Ashmore (2006, p. 199) há mais de dez anos atrás:

... the proliferation of recent work defines landscape in three principal ways: (1) as a measurable, physical world independent of human signification; (2) as a painterly representation of the world; and (3) as meaningful, socially constructed places involving bodily and cognitive experience.<sup>5</sup>

Escolho a última delas por fornecer um caminho substancial para desenvolver os estudos com base na forma em que os indivíduos organizam sua vida prática onde vivem.

A condição subjetiva da paisagem caieirista é essencial no caminho de interpretação adotado neste estudo. A partir desta perspectiva, a atuação dos produtores e de seus conterrâneos é discutida como forma compreender suas ideias, que materializaram relações, no contexto da trajetória da cal no sertão central pernambucano, após meados do século XX e primeira década do século XXI.

Já mencionei que os caieiristas pararam de produzir a cal no ano de 2010 e só um deles manifestou o interesse de voltar caso haja oportunidade. Mas a cal não sumiu, ainda está presente na paisagem de Parnamirim. As marcas estão tanto nos lugares em que ocorria a produção, quanto nas paredes das antigas casas de taipa ou alvenaria, nos utensílios de couro usados cotidianamente e na memória coletiva.

---

<sup>5</sup> Tradução livre: "... a proliferação de recentes trabalhos define a paisagem de três maneiras principais: (1) como um mundo físico independente da significação humana; (2) como uma representação pictórica do mundo; e (3) como lugares significativos, socialmente construídos envolvendo experiência corporal e cognitiva.

Com isso partilho de uma visão que agrega pensamentos como fonte para o conhecimento da materialidade da paisagem. É uma perspectiva que se tornou comum na arqueologia como um importante avanço vindo de outras disciplinas, mas de forma comum, abrangente muitos campos de estudos das ciências humanas e sociais (BEUDRY; COOK; MROZOWSKI, 2007, p. 74-77). Trata-se de outra forma de perceber a paisagem, e no caso de meu estudo, também está na apreensão de onde se fabricava a cal. Esta localização chamou atenção não só pelas características físicas, mas também como entidade que permitiu entender como a utilização da cal remete à sociabilidade das pessoas envolvidas na produção e consumo do produto.

A subjetividade que caracteriza a paisagem constituída pelas memórias e narrativas das pessoas envolvidas com a produção é adicionada por minhas impressões. Por isso, de forma relevante, detalhei apenas os locais que permitiram a discussão por meio dos testemunhos orais e/ou de minha perspectiva devido às visitas que fiz.

É perceptível como as mudanças ocorridas, a partir do uso dos fornos de alvenaria, levaram a outra concepção do espaço produtivo. É pertinente envolver os argumentos com os aspectos que fizeram cair à produção da cal, fundamentais para entender o uso e desuso de imensas áreas de trabalho e como aconteciam as tarefas produtivas. Os exemplos não se restringem somente ao abandono dos fornos escavados no chão e a introdução dos fornos de alvenaria. A água é importante nas etapas finais da produção e o seu uso deve ser incorporado às interpretações dessa paisagem.

Como já discutido, um elemento peculiar de onde era realizada a produção são as estruturas de queima, sejam as antigas *caieiras* ou os fornos de alvenaria. É bastante marcante o saber fazer das estruturas de fornos pertencente a poucos indivíduos, principalmente aos proprietários das terras onde ocorre a produção.

Através dos relatos orais ficou evidente a introdução da tecnologia dos fornos de alvenaria pelo Sr. Eufrásio. O mesmo já trabalhava em Parnamirim com sua família no mesmo ofício utilizando *caieiras* escavadas no chão para a queima do calcário. Com a experiência obtida no interior da Bahia, o Sr. Eufrásio, gradativamente, entre erros e acertos, conseguiu implantar esta novidade no Povoado do Barro. Durante os anos passou o conhecimento para seu filho e poucos

parentes, proprietários das terras no Povoado do Barro o que resultou no predomínio da nova tecnologia e de sua disseminação para outros lugares de produção como a Fazenda Solimões e o Povoado Quixaba.

Nos discursos dos entrevistados, um destaque foi dado para a forma de convívio que a comunidade do Povoado do Barro tinha com a produção, que com a introdução dos fornos de alvenaria e de caminhões na produção se tornou diferente do que acontecia antes da década de 1960. Isto é uma evidência da mudança cultural relativa à perda de sociabilidade com as influências da industrialização na região. A escolha de aprimorar a produção com o uso dos fornos manteve a produção ativa e também deslocou as pessoas que conviviam com os caieiristas, ou melhor, afastou-as. Antigos frequentadores dos locais de trabalho dos caieiristas perderam contato com a produção. E as novas gerações somente podem ter noção da importância da cal na região a partir das narrativas e dos usos.

O afastamento que a comunidade passou a ter com o momento de trabalho dos caieiristas também é bastante evidente ao analisar o uso da água na produção, que proporcionou momentos intensos do processo produtivo em singularidades da paisagem. É perceptível a importância disto para compreender os períodos de grande visibilidade das áreas utilizadas na produção da cal. É um aspecto da discussão que remete a visualizar como era próxima a relação dos habitantes do Povoado do Barro com os elementos de produção, pois havia momentos de participação coletiva em algumas tarefas. Isto era comum quando ainda ocorria o uso das *caieiras* para as queimas, bem como dos animais para transportar a água utilizada no processo da *aguação*. A comunidade e as famílias dos produtores participavam nesta etapa final ao ajudar no transporte de água.

A partir dos anos que seguiram à introdução dos fornos de alvenaria, e com a aquisição de veículos que eram utilizados no transporte da água, a produção começou a ser limitada aos proprietários e seus contratados. Alguns dos lugares onde ocorria o acúmulo de água deixaram de ser compartilhados com outras pessoas da comunidade. Isto também foi resultado da construção de cisternas de cimento para uso doméstico, tanto no povoado como em toda Parnamirim.

É possível dizer que as estruturas para o acúmulo d'água, próximas de onde a produção era realizada, por algum tempo, aproximou a comunidade do Povoado do



Barro aos lugares de produção. Inclusive, momentos mais descontraídos foram recordados pelos testemunhantes.

Um bom exemplo dos momentos agradáveis dos moradores locais com a produção caeirista está no relato oral da Senhora Maria das Dores, natural do Povoado do Barro: “Pois aqui antes era assim, no tempo daquelas *caieiras* era como uma rua. Eles acendiam fogo em quatro e cinco *caieiras* de uma vez. Aí enchia lá de gente” (APENDICE E). A paisagem que é relatada pela Sra. Maria das Dores é marcada pela descontração daqueles que não estavam ali interessados na atividade econômica, mas sim na festa que faziam ao se reunir. Desta forma, este espaço social se tornou restrito e perdeu os momentos agradáveis com as novidades introduzidas pelo Sr. Eufrásio e com a influência da industrialização em curso no país. Isto mostra, também, como o conhecimento da paisagem caeirista está disseminado na sociedade pelas lembranças.

Outras situações sociais interpretadas a partir da relação com a água são relativas ao uso comum dos locais de abastecimento. Se isto fosse analisado apenas pela condição de adaptação restringiria a discussão às formas de resistência ao meio ambiente e até indicaria que o domínio sobre os recursos naturais se fez presente no saber fazer cal. O que me interessa mesmo é reconhecer que os caeiristas e seus conterrâneos escolheram manter sua forma de vida onde se formaram enquanto sujeitos sociais e onde sabiam da possibilidade de usar os recursos de sua localidade para desenvolver suas práticas diárias de vida. Assim, interpreto como algo comum a sua sociabilidade, mas dentro de parâmetros de seu pertencimento, do conhecimento que desenvolveram através da experiência adquirida socialmente, tanto na região como fora dali e com distintas condições para produtores e outros envolvidos com a produção da cal.

A formação da identidade social do caeirista, consumidor de tanta água (dada à quantidade exigida na etapa final do processo produtivo), um bem essencial escasso, mas comum do dia a dia, exigiu planejamento e criatividade para ter os recursos necessários ao acúmulo d'água próximo dos fornos e *arrancadores*. Por outro lado, como já mencionado, os seus conterrâneos foram levados a ter mais contato com os proprietários das estruturas de abastecimento e a uma aproximação da produção no período do uso das *caieiras* e dos animais no transporte. Depois

ocorreu o afastamento, com a mudança da forma de *aguação* com uso de veículos, bem como com a construção de cisternas.

Compreendo a trajetória da cal na paisagem dentro das relações sociais que as pessoas desenvolvem em suas práticas diárias de vida. A compreensão da paisagem aqui difundida é como um espaço social onde as pessoas são os principais agentes e interagem com o meio físico definindo seus papéis. Desta forma, a sociabilidade, a cultura e os espaços de produção estão associados mutuamente. Assim, compreendo que é algo fundamental a mediação entre o meio ambiente e as formas como as pessoas se apropriam dele:

Existe, na verdade, uma estreita relação entre o espaço natural e cósmico, o espaço social, enquanto espaço construído, e o espaço percebido e representado. É a sociedade que produz o espaço social, através da apropriação da natureza, da divisão de trabalho e da diferenciação. O próprio espaço físico é também construção do imaginário individual e coletivo. Pode-se dizer que a relação com o meio ambiente é mediatizada por representações. Existe aqui uma circularidade: constrói-se como se representa e representa-se como se constrói (FERNANDES, 1992, p. 62).

Por isso, uma descrição da realidade física não é suficiente para discutir a paisagem em questão (JOHNSON, 2007, p. 4). No entendimento da paisagem estão contidas as ideias dos trabalhadores que encontrei em atividade, bem como de outros que já haviam abandonado o ofício. Incluo também percepções de outras pessoas que têm menor relação com a produção da cal.

As implicações de suas práticas envolvem perceber as articulações das relações sociais, inclusive de gênero, nos lugares em que são desenvolvidas as ações. No contexto da arqueologia da paisagem é importante reconhecer que a sociabilidade também é construída pelas noções espaciais (SMITH, 2010, p. 4). Assim, as relações sociais influenciam e são influenciadas pela maneira na qual a paisagem é manipulada, de forma que sua discussão implica em perceber as barreiras e oportunidades espaciais que existem fisicamente, socialmente e ideologicamente.

A discussão, inclusive por conta do viés das práticas sociais, tem a dimensão política porque o campo das relações sociais é sempre influenciado pelas decisões que envolvem a organização das ideias de muitos sujeitos sociais (BENDER, 2002, p. 104-106). Assim, ao escolher se dedicar a atividades específicas, os caieiristas tomaram decisões que afetaram seu cotidiano e o das pessoas de seu convívio.

É através das percepções, que estão enraizadas nos espaços sociais, que surgem importantes juízos da paisagem.

A noção de gênero na paisagem tem seu direcionamento através da terceira via identificada por Ashmore (2006, p. 199). Refiro-me a uma das formas de manifestação da paisagem caieirista em que há a afirmação do esforço masculino e negação da atuação feminina. De forma alternativa, os discursos sociais mostram, mesmo com espaço muito reduzido, a presença das mulheres.

Pelas considerações de Ruth Tringham (1994, p. 181-183), sobre como buscar uma visualização inclusiva de ambos, homens e mulheres, é necessário pesquisar através de aspectos que ressaltam outras formas de atuação, pois não é apenas diretamente que os papéis sociais se consolidam. Há aí a restrição ou imposição de perspectivas através do poder social.

O limite existente indicado aqui é o da participação direta das mulheres na produção da cal, mas que não impediu que no cotidiano algumas delas exercessem importante papel ao interagir com a produção indiretamente (HARDESTY, 2010, p. 302, 303 e 305, mostra como o contexto social das mulheres pode ser afetado pela dominação dos homens na paisagem). Isso ocorre quando algumas delas em suas residências ficam responsáveis em realizar os contatos com clientes. O *Galego do Cal* enfatiza, em vários trechos, que sua esposa nunca trabalhou em campo com a produção, porém o ajuda em casa:

O negócio aqui é meio pesado. Deixa só eu sofrendo. Aí é herança do meu pai e avôs [...] Ela trabalha em casa só mesmo. Esse trabalho aqui não dá pra mulher não, aqui é pesado. Só homem mesmo [...] Eu tenho os telefone de todos os cliente. Eles liga. Já fica lá minha mulher e atende. (APENDICE A).

Apesar da concepção mais comum na região de que as mulheres são frágeis, e por isso não devem desempenhar algumas atividades (criticado por BENDER, 2006, p. 307, como efeito do “olhar ocidental”), observei que indiretamente elas são muito influentes, mesmo com uma participação não presencial. A dimensão ativa delas na formação da paisagem caieirista se aproxima do que Suzanne M. Spencer-Wood (2010, p. 343-345) ressalta como imprescindível para perceber as paisagens manifestadas pela dinâmica do poder social, através das formas de atuação na sociedade.

Há diferenças na forma de perceber a paisagem quando o acesso é restrito devido à questão de gênero. Até mesmo o tempo em que isso acontece é diverso. Uma coisa é percebida pelo homem que está em campo desenvolvendo as atividades práticas. E outras são percebidas pelas mulheres da geração do *Galego da Cal*, que tiveram uma relação distante e sempre com a certeza de que não poderiam ou não queriam participar das atividades produtivas. Isto é diferente para os homens do Povoado do Barro, que dependeriam apenas de alguma possibilidade de acesso para participar da produção. Para aqueles que não observaram o processo produtivo o conhecimento sobre a paisagem caieirista é mais relativo ao tempo em que são realizados os discursos sociais com as falas das pessoas e suas lembranças.

Amanda Kearney (2008, p. 248 e 252) destaca que pela observação do gênero são perceptíveis as formas como as pessoas se engajam no tempo e paisagem. Na paisagem caieirista existem noções provenientes da aceitação dos papéis sociais que são relativos à forma como as pessoas se identificam ou à maneira como se posicionam na sociedade diante das oportunidades que têm de se relacionar com os outros. Tais aspectos são manifestados nas práticas diárias de vida.

Em Parnamirim, o poder que afasta fisicamente as mulheres da produção é reproduzido nos discursos que tornam mais frequentes as lembranças dos feitos dos homens. Mas as recordações que ressaltam a socialização mais comum de todos, inclui mulheres para além da participação na produção, pois havia momentos de envolvimento no trabalho em que as pessoas ficavam por lá reunidas, principalmente durante as queimas. Isto também ocorria quando queimavam o calcário nas antigas *caieiras* e no momento da *aguação*. É o que relata a Sra. Maria das Dores:

A gente ia pra lá. Ficava até tarde vendo eles queimar. Só os homens trabalhavam. A gente ia mais pra farra. Tudo mocinha. Tinha os rapaz, aí nos dobrava pra lá. Nós botava até água pros queimador, para eles lá. Era na cabeça que nós levava. Tinha um velhinho que butava a água na carroça, seu Antonio Pedro. A gente levava os balde na cabeça. (APENDICE E).

O cenário da participação das mulheres na etapa final após a queima é recorrente nos relatos orais. É perceptível já na fala de Maria das Dores que nem

todos compreendiam a atuação delas como importante. É possível que a falta de reconhecimento esteja ligada a ausência da participação nas etapas de pré-produção e transformação. O Sr. Eufrásio dá importante noção sobre isto no contexto da mudança da tecnologia de queima, nos anos 1960 com a substituição da antiga forma de fabricar a cal:

As mulher andava por lá e tudo. Mas num trabalhava, mulher nunca trabalhou por lá não. A num ser, se tinha um trabalho para mulher era quando tava butando fogo lá nas *caierinhas*. Tinha umas que butava água na cabeça. Nessa época tinha os jumento e as mulher saía com as latinha na cabeça. Mas depois do carro, não teve mais. As comida nós fazia lá mesmo. (APENDICE I).

Vale lembrar que no momento em que as mulheres e outras pessoas da comunidade interagiam nas etapas finais da produção, as tarefas aconteciam ainda com a queima nas antigas *caieiras* e mais próximo da localidade do Povoado do Barro. O uso de caminhões e dos fornos feitos com alvenaria deu condições de um incremento da produção, sendo responsável também por levar os caieiristas a produzir em áreas mais distantes das residências. Desta forma, o afastamento da produção da cal deve servir aqui para a discussão da visibilidade das mulheres na paisagem. Assim é possível associar a redução da sociabilidade com a mudança da tecnologia de queima e outros elementos.

A paisagem caieirista tem a característica de ser conhecida pelo trabalho que delimitou espaços e convivência social. Isto é observável no âmbito dos detalhes relativos ao incremento da produção que levou a necessidade do uso de maior força física, porque o aumento da escala demandou um aceleração do preenchimento da estrutura do forno, que passou assim a exigir maior energia manual na produção. Por outro lado, o aumento da demanda levou à introdução de condições de trabalho mais leves, por exemplo, com o recurso de explosivos para a retirada do calcário do *arrancador* e o uso de veículos para o transporte de água e do *mineral*. Ainda assim, é nesse momento da década de 1960 que as mulheres se distanciam (ou foram distanciadas) da produção.

Em Parnamirim é bastante comum à crença que mulheres não entendem de tecnologia, não são capazes de dirigir bem um automóvel e são incapazes de construir fornos ou outras coisas. Há uma sutileza em como os papéis sociais são

situados na sociedade parnamirinese, que envolve aceitar ou se acomodar com as tarefas designadas para os homens, mulheres e crianças.

No município é evidente o acesso das crianças, desde cedo, às bebidas alcoólicas e à direção de veículos. Porém, somente os garotos tinham sua iniciação tão cedo. Para as mulheres, a liberdade para beber aparece somente mais tarde, principalmente na idade adulta ou adolescência.

Todos os caieiristas relatam que começaram a trabalhar com a produção da cal ainda muito jovem. Alguns aos seis anos de idade. Porém nenhuma mulher era incentivada a carregar água para as antigas *caieiras* antes da adolescência ou fase adulta. Nos últimos oito anos que antecederam a pesquisa de campo, os meninos, foram excluídos totalmente da produção por causa da ajuda das políticas públicas de incentivo a extinção do trabalho infantil.

A influência dessas noções nos lugares de produção da cal é muito marcante, de forma que, como ressalta Kerney (2008, p. 252), é impossível separar o conhecer e ser (do gênero) da materialidade. Os caieiristas não entendiam o meu interesse de compreender aspectos sobre a produção. E as próprias mulheres reproduziam o discurso que as afastavam de realizar certas atividades. Assim, a mulher em Parnamirim desempenha decisivo papel na transmissão da ideologia, que conforme indica Donald Hardesty (2010, p. 306), pode ser muito abrangente na formação de paisagens quando são relacionadas suas atividades na consolidação do meio social.

É comum em atividades extrativistas o domínio masculino, salvo raras exceções, especialmente quando se trata do trabalho em áreas que as pessoas consideram perigosas para a atuação de mulheres. É o que destaca Spencer-Wood, para o aspecto da dominação masculina em situações de paisagem que envolve perigo físico:

Today mining remains a heavily male-dominated occupation and culture of machismo in physically dangerous landscape situations, despite the development of machinery that makes it physically possible for women to be miners (SPENCER-WOOD, 2010, p. 340).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Tradução livre: Hoje, a mineração continua a ser uma ocupação e cultura machista em situações de paisagem fisicamente perigosa, apesar do uso de máquinas que tornam fisicamente possível que as mulheres sejam mineiras.

E a materialidade tem um papel na sociedade que é bem destacado: propõe a visibilidade de identidades sociais formadas pelas capacidades impostas aos sujeitos, através da representação deles por considerações de gênero. Neste sentido, existe na relação com a paisagem caieirista aproximações e afastamentos por via de normas que limitam e/ou dão a liberdade para exercer o comportamento, principalmente para o espaço da produção.

O que percebi logo após residir por alguns meses em Parnamirim, e que posso trazer para a discussão da paisagem caieiristas, é que os espaços dos homens e das mulheres dentro da sociedade são bem definidos e representados na forma das rotinas em que eles concebem a paisagem. É certa a recorrência da interação entre ambos, porém o lugar de cada qual é bem determinado.

Estas questões que envolvem os pensamentos sobre os papéis da mulher, do homem e das crianças na sociedade parnamirinese ajudam bastante a compreender a paisagem caieirista aqui discutida. Assim, meu ponto de vista sobre a paisagem abrange as dimensões da materialidade intrínsecas ao pensamento das pessoas, e que conforme bastante discutido ao longo deste texto, não é referência isolada dos aspectos físicos dos elementos da produção caieirista e sim de sua interação com outras situações do cotidiano.

A perspectiva da interação é relacionada aos pensamentos, ações e significados a partir da concepção dos indivíduos que se articulam no processo de produção. Suas formas de pensar mostram como ocorreu a apropriação da paisagem. São aspectos de uma paisagem social complementada por minha experiência enquanto pesquisadora.

Observei que alguns dos lugares de trabalho situavam-se a pouca distância das residências onde moram as famílias dos *caieiristas* e outras pessoas. Estes são exemplos válidos para o Povoado Quixaba (onde encontramos as ruínas de um forno), uma área muito perto das residências do Povoado do Barro (forno 3) e do forno da Fazenda Solimões.

Percepções como estas nem sempre são reconhecidas por distâncias medidas em certa quantidade de quilômetros, e sim por condições específicas da região estudada, relacionadas às maneiras cotidianas de agir. Reconhecer essa dimensão das práticas sociais permite interpretações do conhecimento de mundo



que o estudioso vivenciou e que passaram a ser inseridas nas pesquisas arqueológicas da paisagem com o viés humanista (LAYTON; UCKO, 2005, p. 3 e 4). Quando me refiro a distâncias das residências e os lugares onde a cal era produzida, devo esclarecer que para as pessoas que lidavam com a produção ou que conviviam de alguma forma com ela, tanto nos tempos das *caieiras* ou dos fornos de alvenaria, essas distâncias poderiam ter outro sentido.

No Povoado do Barro ressalto o abandono de alguns caminhos criados a partir do deslocamento das pessoas que transportavam a água no lombo de animais. Com uma nova maneira de organizar os espaços produtivos, a forma de obtenção da água mudou o que acarretou otimização do tempo de produção.

É importante refletir sobre o assunto porque está inteiramente presente na paisagem caieirista a interferência das distâncias nas diferentes maneiras de produção. Percepções da sociabilidade e da comercialização podem ser discutidas.

A maioria dos trabalhadores acessava os fornos e *arrancadores* a pé, mas alguns usavam motocicletas ou animais. Estes últimos mais frequentes até fins da década de 1990. No entanto, o momento que escolhiam para realizar suas tarefas e o intervalo de tempo que tinham para exercê-las são fatores que os pressionavam dentro de situações do seu cotidiano, diferentes para os costumes dos pesquisadores que acessavam com o interesse de conhecer a materialidade da paisagem. Então não existem aqui possibilidades de comparar nossa forma de deslocamento e noções de distância com a deles.

O cuidado com concepções trazidas de fora da região estudada e a aceitação da interpretação arqueológica, a partir dos saberes locais, se inserem na pesquisa enquanto aspectos reflexivos fundamentais para mostrar o respeito que devemos ter com as opiniões das pessoas envolvidas na pesquisa. Esta maneira de relacionar o conhecimento da materialidade têm sido dominante nos estudos da arqueologia da paisagem (KEANEY, 2008, p. 247 e 248).

A aproximação ou o afastamento de algumas convicções sobre a paisagem faz parte de um exercício saudável e interessante aos diversos objetos de estudo. Neste sentido, as ideias seguidas e o posicionamento do pesquisador são fundamentais para mostrar suas escolhas e propícias para o enriquecimento do estudo na arqueologia.

Com relação à produção, se separarmos as etapas do processo produtivo da cal poderíamos visualizar que alguns trabalhadores atuam de forma específica. Cada tarefa tem seu significado dentro do todo das ações realizadas, concomitante ou sequencialmente por várias pessoas que trabalham juntas. Desta forma, as atividades envolvem espaço e tempo, como parte de um conjunto de movimentos compartilhados socialmente na ocupação. A condição temporal da paisagem é fixada quando há a referência da ocupação. Recorrer a essa abordagem é como incorporar um princípio eficaz para a pesquisa por localizar as pessoas e o espaço social (BARRET, 2005, p. 24).

Este direcionamento permite situar como ocorre a participação dos agentes sociais ao pensar na relação da paisagem com os conjuntos de tarefas e a temporalidade. As ações guardam os componentes da percepção e a paisagem, apreendida como algo possível de ser generalizado, mas também deve ser admitida dentro da possibilidade de formas individuais de percepção.

Alguns detalhes permitem visualizar a limitação imposta na paisagem pela condição de superioridade obtida por meio das propriedades das terras (BENDER, 2006, p. 306 e 307). Quando indagado sobre a transmissão do conhecimento o Senhor Francisco da Silva (31.12.1975) destaca em seu relato oral: “Ele mesmo é quem sabe enfornar. É ele quem levanta. A gente não sabe não. Não aprendemo não.” (APENDICE B). Sua resposta remete às considerações da abrangência de sua atuação no processo produtivo. Ele deixa clara a restrição de sua participação independente em todas as tarefas.

A menção à *armação* mostra o aspecto da aceitação da condição individual referente às posses materiais. Apesar da prática diária, os caieiristas dependiam da presença do *Galego do Cal* para executar a tarefa após a redução do calcário. Esta dependência era uma imposição deste último. Assim, a manifestação da acomodação dos trabalhadores deste proprietário está associada com as estratégias de conservação do saber fazer entre poucas pessoas, o que impediu a dispersão coletiva do conhecimento.

As direções que escolhi para a interpretação da paisagem me levaram a aceitar como as pessoas envolvidas pensam a respeito de suas atividades e modo de vida. Daí surgiram contradições porque na prática, mesmo que trabalhadores estivessem

agindo sobre as mesmas ideias eles podiam pensar na paisagem que atuam de forma diferente.

Na teoria da agência existe um longo debate sobre a visibilidade das pessoas em processos de restrição na paisagem. Marcia-Anne Dobres e John E. Robb (2000, p. 13) ressaltam que este é um caminho frutífero de discussão que deve estar na perspectiva de pesquisas que buscam alcançar concepções sociais relativas à construção da identidade por meio da paisagem.

Os elementos evidenciados, como este da *armação*, mostram significados diversos, não apenas da paisagem vista pelos olhos de observadores. São essenciais na discussão, porque as decisões tomadas para a manutenção da atividade, e as maneiras de fazer, são componentes dos contornos da paisagem pesquisada, reveladas pelos discursos das pessoas entrevistadas. E nem todas são frequentadoras dos locais de produção.

Na discussão é importante perceber que apesar das práticas cotidianas terem sua percepção primeira pela observação, o envolvimento do pesquisador e das pessoas voltadas às suas atividades agrega mais sensações vindas da interação com a paisagem e de maneiras diferentes da observação. É algo muito útil quando da necessidade de reportar características da percepção e da memória.

A situação de participação dos sujeitos sociais em diversas atividades que acontecem ao mesmo tempo ou em períodos diversos mostra como a passagem do tempo pode ser convocada para apresentar os contornos da paisagem. Há algo de elementar nisso porque sem as pessoas essa paisagem não existiria. É mesmo a presença delas que a faz ter conteúdo.

Ao estudar a paisagem através do pensamento das pessoas, maneiras sempre renovadas de relacionamento com seus contornos surgem na documentação. É uma forma de admitir sua persistente construção, através do trabalho e da presença permanente da cal além da produção, já que ela é tão difundida nas edificações e no couro. O modelar sem fim da paisagem ressalta uma feição dinâmica da história local, cuja composição subjetiva é traçada de muitas maneiras, algo que se situa na mentalidade e que não deve ser negligenciado.

Nesse sentido, a paisagem não é um todo possível de ser observado, e sim é o mundo em que são inseridos significados com nossos pontos de vista. É desta forma

que a cal tem sua animação pelas pessoas que trabalharam com ela e que a usam, mesmo sem perceber.

É interessante tratar de outras formas de discutir a paisagem dentro da perspectiva do pensamento das pessoas. Uma delas aprofunda a relação da paisagem com os sentidos humanos. A abordagem sensorial de José Roberto Pellini (2014) possibilita alcançar essa compreensão de paisagem. Pellini, da mesma forma que Ingold (1993), fala diretamente em temporalidade e trabalho, mas avança de forma muito abrangente ao discutir prática cotidiana, com atividades e tempo através do *habitus*, incorporado de Pierre Bourdieu. O que resulta da visão das rotinas para Pellini (2014, p. 125) é a paisagem a partir de três aspectos interligados que são a prática, a memória e a narrativa. E conforme construí aqui, a abordagem da prática é fundamental. Mas a paisagem deve ser compreendida além de uma prática de atividades cotidianas.

É interessante verificar na paisagem as manifestações cotidianas por caminhos que facilitam entender as maneiras de produzir adquiridas socialmente, viés direcionado pelo *habitus* postulado por Bourdieu (MARTINS, 2002, p. 173 e 174). Este direcionamento é relacionado por arqueólogos que estudam a paisagem dentro de parâmetros da agência (DOBRES; ROBB, 2000, p. 6 e 7). A utilidade das abordagens das atividades rotineiras está em abranger detalhes de concepções das relações diárias da sociedade com a materialidade.

É útil relacioná-las às características do pertencimento das pessoas envolvidas nas atividades produtivas e abrangentes onde são usados e comercializados seus produtos. Assim, a atenção aos eventos rotineiros na pesquisa permitiu perceber como a observação aos eventos cotidianos que se repetem fornecem maneiras de compreender a expressividade da paisagem vinculada às identidades sociais.

A concentração nesse foco torna a paisagem preenchida com as pessoas que atuam nela, o que é uma opção interessante para discutir dos eventos relativos à produção e uso da cal. Bender (2006, p. 305) mostra que esse caminho é amplamente oportunizado pelo *habitus* e contribui no entendimento da paisagem através da reprodução das práticas sociais que mediam a experimentação e, assim, a compreensão do mundo vivido.

Seguindo a direção dessas propostas Marcos André Torres de Souza reflete sobre espaço e temporalidade em diferentes abordagens sobre a socialização em Goiás, nos séculos XVIII e XIX. Em seu estudo de um engenho do início do século XIX, ressalta a possibilidade de discutir a paisagem ao mostrar aspectos pertinentes da vida, evidente no seguinte trecho:

“Os modos como vivenciamos o ambiente físico em nosso cotidiano é uma dimensão intrínseca de como vivenciamos a própria sociedade. Colocando essa questão em outros termos, nós ‘lemos’ o espaço e antecipamos estilos de vida” (SOUZA, 2007, p. 62).

Mais um ponto de vista de Marcos Souza, proveniente de outro estudo do contexto goiano no século XVIII, dá importante contribuição às maneiras de entender as relações das pessoas com a paisagem. Ao usar procedimentos analíticos das práticas sociais, o autor mostra que a influência da cultura material nos lugares em que é utilizada e o desenvolvimento da afirmação social, a partir de estratégias diversas e alternativas ao poder dominante exercido, permite situar a posição relativa dos agentes sociais aos lugares em que eles desempenham suas atividades diárias (SOUZA, 2002, p. 64, 65, 72 e 73).

A tarefa de entender e discorrer sobre específicas paisagens, principalmente pelos pensamentos de trabalhadores e consumidores, também se ligam às noções de paisagem pelo entendimento da diversidade da percepção. As maneiras de pensar, falar, estar, sentir, olhar e perceber são propícias nessa abordagem. Elas se tornam imprescindíveis especialmente por admitir que a construção da paisagem se dá pelos sentidos e na prática do dia a dia.

Concepções relativas à paisagem, como a de Graham Fairclough, são interessantes para recorrer à dimensão de interação através da percepção (FAIRCLOUGH, 2005, p. 122). É importante avaliar onde se situam as maneiras de entender a paisagem pelas pessoas em seu contexto. John Barret (2005, p. 22) segue esta linha de raciocínio e ressalta a necessidade de compreender como as pessoas se envolvem com o seu mundo, seu tempo, suas histórias, gênero, idade e religião.

Essas noções permitem uma ampla observação das ações porque a percepção é, sobretudo, o que realizamos na prática, no cotidiano e não meros acontecimentos isolados. No cotidiano são desenvolvidos aprendizados, chamados de senso-motor,

adquiridos através de prática de habilidades senso-motoras, que mudam conforme nos movemos e como as coisas se movem, onde práticas corporais específicas irão produzir percepções específicas. Incorporei ao meu trabalho essas ideias por acreditar que minhas percepções da paisagem caieirista enquanto pesquisadora e moradora que fui de Parnamirim diferem das percepções que aqueles trabalhadores têm da mesma paisagem, uma vez que o mesmo espaço social pode ser sentido de diferentes formas por diferentes indivíduos em suas diferentes tarefas (PELLINI, 2014, p.131-133).

A busca pelos significados é uma tarefa subjetiva diferente entre os indivíduos, tempo ou espaço. Isso se agrega à afirmação de que o resultado desta pesquisa é uma interpretação surgida do meu ponto de vista (subjetivo por natureza) acerca do que pensam os caieiristas sobre a paisagem que vivenciaram.

Os significados podem ser captados pelo entendimento das tradições culturais da região. Há algo que une os pensamentos e decisões de tratar o espaço social que tem referência no pertencimento do grupo de caieiristas e nas práticas existentes no Povoado do Barro. Por isto enfatizei a concepção da produção dos significados no âmbito da maneira em que as pessoas conhecem seu mundo, bem como a partir de sua interpretação (BARRET, 2005, p. 27).

A materialidade da produção caieirista permitiu um campo interessante nesta tendência interpretativa, pois foi discutida tanto nos aspectos mnemônicos quanto físicos. Os instrumentos de trabalho e demais equipamentos de uso cotidiano se materializaram pelas formas, cores, aspectos táteis e demais características sensoriais manifestadas na documentação e com muita propriedade constantes nos relatos orais.

A localização e instantes passageiros ou permanentes, conforme acima referidos, levaram os significados a se perpetuarem na paisagem. Mesmo com as modificações dos aspectos da produção e uso da cal, pertinentes à paisagem, ainda são reconhecidos por percepções localizadas em épocas passadas.

Os conhecimentos locais mostraram o seguimento das recordações tão fundamentais no reconhecimento das especificidades e permanentes na paisagem. Para María Nieves Zedeño (2008, p. 2015), os aspectos que relacionam as pessoas ao território, como pertencimento, memórias, história e práticas individuais e de

grupos são substanciais para tratar das paisagens, de forma que: “Thus, landscape formation cannot be fully understood without explicit reference to territory”<sup>7</sup>. Isso é bastante presente nos relatos orais, que mostram como as peculiaridades do jeito de viver em Parnamirim ressaltam uma maneira muito própria da paisagem.

Volto com a referência da recorrência dos fornos edificadas em alvenaria, interessante para tratar a questão. A nova tecnologia propiciou maneiras de relação com o espaço social antes inexistente, acarretando outra condição de tempo na produção da cal. Assim, com base na história de vida dos sujeitos sociais envolvidos, a concepção da paisagem em condição constante e de diversidade de existência deve ser levada em conta.

Isso pode ser também ilustrado com a atenção voltada aos fornos em ruínas. A Fazenda Roncadeira, inúmeras vezes destacada nos relatos orais, possui o primeiro dos fornos de alvenaria, porém ele não está mais ativo. A situação dali para as lembranças é destacada por ser o local original do experimento do Sr. Eufrásio, quando ele decidiu implantar a primeira estrutura de forno de alvenaria na localidade. É através da característica de originalidade que as pessoas fizeram permanecer a distinção do primeiro forno de alvenaria, graças ao processo mnemônico de sua constituição.

Anne E. Yentsch (1996, p. xxxvi) ressalta esse entendimento ao mostrar que “they call to mind past events and individuals long gone”<sup>8</sup>. A apreensão dos significados pode estar associada com concepções da mentalidade coletiva, porque, por exemplo, para o caso em questão, como o forno da *Roncadeira* foi o primeiro em alvenaria construído no Povoado do Barro, a ideia disseminada pela maioria dos testemunhos, ao mesmo tempo que dá ao espaço produtivo a importância por ter sido ali o início dessa forma de produção, limita outras noções da paisagem local.

As recordações ao revelarem novas sensações criam realidades diversas. Deve ser também analisada a possibilidade de formas contraditórias de perceber as dimensões, contornos, formas, tempos e demais características da paisagem.

---

<sup>7</sup> Tradução livre: Assim, a formação da paisagem não pode ser plenamente compreendida sem referência explícita ao território.

<sup>8</sup> Tradução livre: Eles recordam os acontecimentos passados e os individuais há muito desaparecidos.



O que se destaca diante da força dos aspectos da memória para a pesquisa é a incidência das ideias dos sujeitos sociais como fundamental para a exposição dos seus sentidos que indicam formas distintas de percepção da paisagem. Assim ao buscar interpretar a partir do pensamento das pessoas fiz a escolha de recorrer a critérios que aproximam pesquisador e pesquisados, pois a paisagem é feita com as pessoas.

As relações sensoriais com seu próprio espaço e os fatores simbólicos se incrementam no conteúdo da paisagem. Aí está a substância do caminho do estudo, com base nas noções dos habitantes do Povoado do Barro que interpretei na assimilação da paisagem caieirista. Entendo que a paisagem caieirista se caracteriza por meio da visão multiplural das pessoas, através das apropriações que cada um faz do que existe materializado, narrado, substanciado na história local, disponível na mentalidade individual e/ou coletiva.

Por fim, nesta discussão um assunto que foi presente na paisagem não poderia deixar de ser mencionado: a desapareição da produção. É importante saber que a decadência da produção da cal se deu por uma reunião de fatores ligados à dificuldade de manter a intensidade da atividade produtiva e comercialização. Havia prejuízos com o transporte e ausência de trabalhadores para desenvolver as atividades de exploração das jazidas. Tornou-se demasiada a dificuldade de conseguir mão de obra para as tarefas *caieiristas*. As oportunidades de trabalho hoje existentes contribuem para a saída dos habitantes locais, que se voltam a estudos e aos aprendizados de outros ofícios nos grandes centros. Isto conferiu uma acentuada perda do valor simbólico da produção.

No testemunho oral de *Galego do Cal* é perceptível a tentativa de destinar seus descendentes a outras atividades econômicas que demandaram em investimentos em estudos fora da região.

Tenho dois filhos. Um eu mandei para Recife. Eu quero... eu quero eles estudando. O ramo aqui é muito pesado. Melhor o estudo. Estou botando eles pros estudo. O negocio aqui é pesado, deixa só eu mesmo sofrendo que é herança dos meus avôs e pai. Meus filhos eu quero que siga outro ramo... (APENDICE A).

A escolha do próprio *caieirista* atesta a quebra de uma tradição familiar e fica evidente a descrença da potencialidade e permanência da atividade produtiva diante de tantos entraves.

Todavia, a maior responsável pela reviravolta da produção é a paulatina substituição da cal como ingrediente da elaboração de argamassas e como aglutinante de tintas. A cal não pôde concorrer com a oferta de outros produtos de baixo preço, alta sofisticação e utilidade na construção civil. Todos os produtores afirmam que a redução das vendas começou a acontecer depois que o cimento foi introduzido na construção.

O mesmo motivo também é disseminado na queda da produção em outros lugares do mundo – exemplo das ilhas colonizadas pelo Império português no Oceano Atlântico. Por exemplo, na Ilha de Lanzarote, durante a década de 1960, o surgimento do cimento e das tintas sintéticas levou à substituição da cal na construção civil (DELGADO; ARMAS, 2010, p. 18). A mesma situação se reproduziu na Vila de Alviàzère (DUARTE, 2008, p. 2).

Afirmo, então, que os desafios encontrados na comercialização pelos caieiristas tiveram como principal vilão o cimento. A condição que alcançou esse tipo de aglomerante da construção civil é oportuna para indicar a agência das coisas (conforme ressalta MILLER, 2010, p. 138, ao caracterizar o desapontamento de que sua casa teve com ele diante das tentativas de decorá-la).

Houve um aumento do consumo do cimento a partir de meados do século XX, mesmo período em que algumas rodovias começaram a ser construídas e ajudaram a escoá-lo para novos mercados. Justamente, a partir de então, a tecnologia da queima em fornos de alvenaria foi introduzida na região. É provável que houvesse a esperança de que a nova forma de se produzir com mais qualidade e em maior escala renovasse as vendas.

Na primeira década do século XXI as expectativas não foram alcançadas. As escolhas dos produtores devem ser interpretadas diante da importância que tiveram neste contexto. Por exemplo, *Galego do Cal* recebeu uma proposta para a compra de máquinas que refinariam a cal. Haveria com isto um alcance de outros clientes devido à possibilidade do uso da cal pelos fabricantes de tintas. O foco mais amplo aumentaria a produção. No entanto, as implicações para obter a organização para

comprar e usar os equipamentos implicaria em uma eventual formalização dos empregados e um empréstimo em uma instituição financeira. Todas essas implicações o fizeram desistir, pois afirmou que não gostava de pegar empréstimo *por medo de dever e ficar com o nome sujo*. Também gostava de viver em sua realidade e não *dar um passo maior que a perna*. Preferia continuar com o pouco que garantia algum sustento do que arriscar perder tudo.

O que ressalto com essa informação é a atenção às escolhas como importantes para o estudo da paisagem caieirista. Não houve somente fatores externos que finalizaram a produção. A opção de parar de produzir foi no momento oportuno para cada um. No caso do *Galego do Cal* quando surgiu a oportunidade de trabalhar com o gesso. No caso dos outros mais velhos, no momento da aposentadoria. Já me fiz essa pergunta anteriormente. Como se encontraria a paisagem caso o *Galego do Cal* resolvesse aprimorar sua produção? Os caieiristas também tiveram escolhas, porém optaram parar a produção e isto implica na leitura que faço da paisagem. O que tento também mostrar nesse trabalho é que a paisagem em questão influenciou muito a forma de fazer e se produzir a cal. Eles interagiram com essa paisagem, em uma troca tornaram-se parte dela e a desenharam, através de seu trabalho e da forma como pensam.

## **CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As influências dos teóricos me levam a assumir uma posição dentro da arqueologia que admite a integração das pessoas com suas criações diárias. Dessa forma, penso a paisagem a partir do envolvimento das pessoas como personagens principais que atuam como criadoras.

Quanto à forma natural em que os habitantes do lugar vivem e se envolvem com o trabalho, a persistência em manter a produção caieirista é evidência de sua capacidade de atuar ali. Provas de um saber fazer que ressalta maneiras regionais bastante corriqueiras do sertanejo nordestino lidar com as oportunidades de desenvolver suas habilidades.

Na paisagem onde os caieiristas conviveram com seus conterrâneos, apesar de tantas transformações, a cal é relevante devido aos alcances nas atividades das pessoas que lidam com o campo, construções que adotam materiais locais e confecção de vestimentas e acessórios de couro. Ao analisar as memórias e narrativas, e no tempo em que vivi no sertão central pernambucano, percebi que o costume de usar a cal tem diminuído com a influência das mudanças que desde meados do século XX têm levado a desaparecimento de modos tradicionais de fazer e usar.

Estas mudanças são frutos de uma bem organizada rede de produção cultural imposta por uma estrutura de homogeneização do simbólico que em cadeia nacional rumou para tornar serviços e produtos consumíveis. Se por um lado este processo fortaleceu aspectos culturais regionais, que contribuíram para a permanência, ainda que em menor frequência, da visibilidade de produtos locais, no âmago da sociedade tornou-os menos corriqueiros, com as novas formas de fazer e usar ao ajudar a adentrar no sertão produtos novos para a região.

Para aqueles que adequadamente criticam a abertura destas vias que surgiram com a estruturação “imagético-discursiva do Nordeste” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 88) ou “industrialização do simbólico” (ALVES, 2011, p. 121 e 122), as bases estão na concepção do processo de industrialização material, do qual a produção simbólico-cultural contemporânea é complementar. Seguiram-no alcances

e efeitos do processo industrial com o predomínio do cimento na construção civil e de materiais sintéticos na fabricação de vestimentas e acessórios.

Seguindo o que pensam os sujeitos sociais envolvidos, o direcionamento de minha pesquisa demandou reunir, além das informações dos materiais do saber fazer cal, as memórias e narrativas (presentes nas fontes orais), a experiência de campo e minha interpretação dos estudiosos que discutem a paisagem como meio social. Este é um aspecto comum em pesquisas da paisagem (ASHMORE, 2007, p. 258 e 259).

Muitos dos argumentos para a interpretação da paisagem em estudo são provenientes das circunstâncias do trabalho que aconteceram nos lugares pesquisados, pois o que analiso tem relação com o espaço utilizado para o fim de produção. E relacionada à paisagem do trabalho dos caieiristas estão associados modos diversos de perceber, sentir e rememorar outras situações.

Na discussão das percepções, os aspectos da agência coletiva e individual forneceram um interessante caminho de interpretação vinculado à reprodução dos saberes e fazeres da produção da cal que também estão no alcance da problemática de gênero. De forma coletiva foram ressaltados os conhecimentos da produção relativos à magnitude das estruturas de forno, duração da queima, profundidade do *arrancador* e demais maneiras de desenvolver criações e realizar tarefas.

A visibilidade da mulher na paisagem caieirista é muito pequena, quando as referências são do período posterior à implantação dos fornos de alvenaria, pois é por meio das ideias da paisagem como dimensão do trabalho que seu afastamento é evidente. Quando sua participação foi considerada esteve relacionada, ainda, a negação de sua importância ou sua vinculação à esfera doméstica – referências destes aspectos foram discutidas através das falas do Sr. Eufrásio, Sra. Maria das Dores e *Galego do Cal*.

De forma relevante, a percepção da paisagem caieirista ressaltou detalhes do modo de vida coletivo e individual através da consideração do domínio do conhecimento da edificação dos fornos e da *armação* (a estrutura temporária de organização do calcário para a queima). A transmissão entre gerações do saber fazer cal levou a um conservadorismo desta tradição que não foi combatido e como

imposição duradoura na região, consolidada pelas formas de direcionamento dos conhecimentos de técnicas, restringiu o conhecimento entre os proprietários/produtores.

Os locais destinados à fabricação da cal são incorporados pelos donos das propriedades, assim como seus contratados, como algo além de seu sustento e das suas famílias. Um local de trabalho, motivo de orgulho, construído e modificado pela força e o significado do trabalho para o homem provedor sertanejo.

Ao voltar à atenção para o planejamento, gasto de tempo e participação dos caieiristas na totalidade do processo produtivo foi possível perceber o maior engajamento nas etapas do trabalho daqueles que dominavam o saber fazer. No Povoado do Barro e na Fazenda Caieiras algumas atividades poderiam ser feitas na ausência de *Galego do Cal*, mas todo o planejamento estava condicionado ao seu pensamento e muitas das etapas não aconteceriam sem ele estar presente.

A experiência do proprietário daquele forno mostrou como a eficácia de associar as práticas diárias com o lugar em que elas ocorriam e com a forma de ocupação. A organização do processo produtivo indicou o envolvimento de muitos trabalhadores que nem sempre se viam no dia a dia. Enquanto alguns lascavam pedras, outros retiravam a madeira para a queima e outros transportavam/comercializavam a cal.

As perspectivas dos entrevistados e da pesquisadora são diferentes quanto à manipulação do meio ambiente, espaços produtivos criados, áreas de captação de recursos, habitações e vias para o transporte. Enquanto percebidas pela prática diária de vida tornam-se naturais ou completamente comuns no cotidiano.

A interpretação com base das ideias dos envolvidos neste estudo é relativa sim às suas atitudes do dia a dia, mas ao buscar perceber como são significativos na paisagem se ligam enquanto objeto da investigação. Não existe espaço no estudo para buscar acertos e erros que levaram a cal se manter na paisagem. No entanto, é a partir de aspectos das certezas e dúvidas dos trabalhadores que o objeto de estudo foi interpretado. A interação deles com as áreas de produção, dada pela experiência, consolidou feições de onde os caieiristas trabalharam e deu importante suporte para entender a paisagem.

Ao estudar a paisagem a partir de uma produção que envolve não somente a dimensão do trabalho - mas também um aspecto do modo de vida de um grupo de trabalhadores - reconheci a utilidade de analisar paisagens e sua temporalidade. Compartilho esta ideia do pensamento de Bender (2002, p. 103 e 104) que interpreta, sem opor, a temporalidade e a historicidade, combinando-as nas vivências daqueles que atuam no contexto vivo.

No desdobramento compreendi o processo produtivo na essência de sua existência, enquanto um ofício que promove satisfação na participação dos caieiristas. Eles se sentiam pessoas do lugar onde vivem enquanto exerciam o ofício de caieiristas.

As novas formas de produção foram muito uteis para entender a manipulação da paisagem. A intensidade das atividades produtivas desempenhadas na região, me levou a ressaltar como é fundamental pesquisar a partir da forma de pensar das pessoas diretamente envolvidas no processo de produção, por entender que os pensamentos direcionaram a apropriação da paisagem.

O estudo arqueológico da paisagem exige apreender percepções de um mesmo lugar que podem ser obtidas por meio de uma pesquisa que enfatiza a atenção para uma atividade específica. No conhecimento produtivo estão presentes disposições durante toda a formação dos caieiristas, passadas ao longo do tempo pelos seus familiares e antecessores e que carregam as tradições culturais sob as quais esses últimos formaram sua personalidade.

Tanto referente à participação ativa dos sujeitos sociais pesquisados quanto à minha presença, a pesquisa teve relação com a produção de conhecimento sobre a paisagem caieirista. No tocante a uma opinião muito pessoal, a paisagem aqui estudada teve alguns significados. Em alguns momentos, ao visitar lugares abandonados, ela se apresentou deserta. Mas ao observar ao redor, e tudo que estava disposto ao chão ou edificado, e principalmente ao analisar o que disseram as pessoas que ali vivem ou trabalharam, essa paisagem deixou de ser vazia. Ela é cheia de significados.

Nos primeiros momentos, a paisagem caieirista se mostrou áspera. Quase não tive acesso às informações, e inúmeras vezes as minhas perguntas foram ignoradas. Pelo fato de ser mulher, estar no sertão há poucos meses e me



interessar por uma produção realizada unicamente por homens, parecia que o conhecimento da paisagem era inacessível. Se não estivesse acompanhada, talvez não conseguisse obter tantas informações a respeito da produção. A princípio, os homens não me dirigiam a palavra. Após alguns meses de convivência e observação obtive alguma aceitação. E as poucas mulheres envolvidas não queriam nem falar sobre o assunto. Como exemplo, posso citar às tentativas de falar com a esposa de um dos caieristas. Ao ser indagada sobre o trabalho com a cal ela sempre afirmava que era coisa de homem e não queria falar sobre o assunto. Isso faz parte deles e da paisagem caieirista.

Para o homem sertanejo e caieirista as lembranças revelaram o saudosismo dos tempos prósperos. É também lembrada com desanimo, cansaço, mas também mencionada com esperança. Percebi que há uma identidade cultural que desafia a necessidade de sobrevivência. E com novas possibilidades de trabalho, que também modificam fisicamente e ressignificam a paisagem, a partir do que alguns caieiristas afirmaram sua escolha de permanecerem no local.

A paisagem caieirista ressaltou a socialização da atividade extrativista como referência do poder de sustentabilidade, superação, independência e resistência perante as dificuldades financeiras e imposições do avanço do capitalismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo: Corte, 2011.

ALMEIDA, S. D. **Aspectos Sócio-Econômicos e Culturais**. Parnamirim-PE. Acessado em 30 de março de 2016. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/43391/1/Parnamirim-Pe-3/pagina1.html>.

ALVES, E. P. M. **A Economia Simbólica da Cultura Popular Sertanejo-Nordestina**. Maceió: EDUFAL, 2011.

AMARAL, D. M. **Loiça de Barro do Agreste**: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: Contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8ª edição, São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, J. K. C. **Diagnóstico Socioambiental da Atividade de Fabricação da Cal em Fornos Artesanais no Município de Frecheirinha/CE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ASHMORE, W. Gender and landscapes. In: NELSON, S. M. (Ed.). **Handbook of Gender in Archaeology**. Lanham, New York, Toronto, Oxford: Altamira Press, 2006, p. 199-218.

\_\_\_\_\_. Social archaeologies of landscape. In: MESKELL, L.; PREUCEL, R. W. (Ed.). **A Companion to Social Archaeology**. USA/UK/Australia: Blackwell Publishing Ltd, 2007, p. 255-271.

AZEVEDO, E. B. Patrimônio Industrial no Brasil. In: **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, n. 3, p. 23-30, set. 2010.

BALTAR, C. A. M.; BASTOS, F. de F.; LUZ, A. B. Gipsita. In: **Rochas e Minerais Industriais**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2005, p. 449-470.

BARRET, J. C. Chronologies of landscape. In: UCKO, P. J.; LAYTON, R. (Ed.). **The Archaeology and Anthropology of Landscape: shaping your landscape**. London/New York: Routledge, 2005, p. 21-30.

BEAUDRY, M. C.; COOK, L. J.; MROZOWSKI, S. A. Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social. In: **Vestígios** – Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 71-113, jul.-dez. 2007.

BENDER, B. Place and landscape. In: TILLEY, C. (ed.); et. al. **Handbook of Material Culture**. London, Sage Publications Ltd., 2006, p. 303-314.

\_\_\_\_\_. Time and Landscape. In: **Current Anthropology**, v. 43, n. S4, p. 103-112, 2002.

BRANTON, N. Landscape Approaches in Historical Archaeology: The Archaeology of Places. In: GAIMSTER, D.; MAJEWSKI, T. (ed.). **International Handbook of Historical Archaeology**. New York: Springer, 2009, p. 51-65.

CALDAS, A. L. **Oralidade Texto e História**: para ler a história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CASTAÑEDA, Q. E.; MATTHEWS, C. N. Introduction: Ethnography and the social construction of archaeology. In: \_\_\_\_\_. **Ethnographic Archaeologies: Reflections on Stakeholders and Archaeological Practices**. Lanham: AltaMira Press, 2008, p. 1-23.

CIMELLI, R. R. Recursos minerais industriais. In: BIZZI, L. A.; SCHOBENHAUS, C.; VIDOTTI, R. M.; GONÇALVES, J. H. (ed.) **Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil**. Brasília: CPRM, 2003, p. 503-539.

CLASSEN, C. Foundations for an Anthropology of the Senses. In: **UNESCO**, 1997, p. 401-412.

DAVID, B.; THOMAS, J. Landscape archaeology: Introduction. In: \_\_\_\_\_. (ed.). **Handbook of Landscape Archaeology**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008, p. 27-43.

DAVID, O. R. **O Inimigo Invisível: Epidemia na Bahia no século XIX**. Salvador: EDUFBA/Sarah Letras, 1996.

DELGADO, F. H.; ARMAS, M. D. R. **Hornos de cal (Caleras) em Lanzarote**. Biblioteca Universitária, Archivo Histórico de Tegui, p. 15-18, 2010.

DOBRES, M.; ROBB, J. E. Agency and archaeology: Paradigm or platitude? In: \_\_\_\_\_. **Agency in Archaeology**. London and New York: Routledge, 2000. p. 3-17.

DUARTE, M. J. M. R. G. Os Fornos de cal em Alvaizere – um Patrimônio Arquitectónico Industrial a descobrir, a estudar e a musealizar. In: **Boletim Informativo**, n. 7, p. 2-4, set. 2008.

FAIRCLOUGH, G. Protecting time and space: Understanding historic landscape for conservation in England. In: UCKO, P. J.; LAYTON, R. (ed.). **The Archaeology and Anthropology of Landscape: shaping your landscape**. London/New York: Routledge, 2005, p. 121-136.

FERNANDES, A. T. Espaço social e suas representações. In: **Separata da Revista da Faculdade de Letras**. Sociologia, Série 1, v. 2, p. 61-99, 1992.

FUNARI, Pedro Paulo A. Brazilian archaeology, the last two decades. In: CUNHA, F. L. da; SANTOS, M. dos; ROBASSA, J. (Ed.). **Latin American Heritage: Interdisciplinary dialogues on brazilian and argentinian case studies**. New York: Springer, 2017, p. 35-52.

\_\_\_\_\_. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 8, n. 18, p. 131-153, dez. 2002.

GNECCO, C. Multivocalidad, años después. In: RIVOLTA, M. C.; MONTENEGRO, M.; FERREIRA, L. M. **Multivocalidad y activaciones patrimoniales en arqueología: perspectivas desde Sudamérica**. Buenos Aires: Fundación de Historia Natural Félix de Azara, 2014, p. 35-46.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Colonialism and european archaeology. In: LYDON, J.; RIZVI, U. (Ed.). **Handbook of Postcolonial Archaeology**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010, p. 37-47.

\_\_\_\_\_. **La Experiencia del Otro**: una introducción a la etnoarqueología. Madrid, Akal, 2003.

\_\_\_\_\_. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, J.; Et. al. (Coord.). **Mundos Tribales**: uma visão etarqueológica. España: Museu de Prehistòria de València, 05 nov. 2008 al 22 mar. 2009, p. 16-27.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAMILAKIS, Y. Archaeological Ethnography: A multitemporal meeting ground for archaeology and anthropology. In: **Annual Review of Anthropology**, n. 40, 399–414, 2011.

HARDESTY, D. Gendering Mining Landscapes. In: BAUGHER, S; SPENCER-WOOD, S. M. (ed.). **Archaeology and Preservation of Gendered Landscapes**. New York: Springer, 2010, p. 293-312.

HATTORI, M. L. **Arqueologia em Áreas de Conflito**: Cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

HICKS, D. The Temporality of the Landscape Revisited. In: **Norwegian Archaeological Review**, v. 49, Issue 1, p. 5-22, jan. 2016.

IBGE. **Cidades@**. Pernambuco, Parnamirim. Acessado em 12 de abril de 2016. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=261040>.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. In: **World Archaeology**, Conceptions of time and ancient society, v. 25, n. 2, p. 152-174, oct. 1993.

JOHNSON, M. **Ideas of Landscape**. USA/UK/Australia: Blackwell Publishing Ltd., 2007.

KEARNEY, A. Gender in Australian Landscape Archeology. In: DAVID, B.; THOMAS, J. (eds.). **Handbook of Landscape Archaeology**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008, p. 247-255.

KNAPP, B.; ASHMORE, W. Archaeological landscape: constructed, conceptualized, ideational. In: ASHMORE, W.; KNAPP, B. (ed.) **Archaeologies of Landscape: contemporary perspectives**. Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishers, 1999, p. 1-32.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. **A Vida Social das Coisas**: As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF, 2008, p. 89-121.

LAYTON, R.; UCKO, P. J. Introduction: gazing on the landscape and encountering the environment. In: UCKO, P. J.; LAYTON, R. (ed.). **The Archaeology and Anthropology of Landscape: Shaping your landscape**. London/New York: Routledge, 2005, p. 1-20.

LYDON, E. C. J. Contested Landscapes - rights to History, rights to place: Who controls archaeological places? In: DAVID, B.; THOMAS, J. (ed.). **Handbook of Landscape Archaeology**. Walnut Creek: Left Coast Press, Inc., 2008, p. 654-660.

MARQUES, V. C. N.; SOUZA, B. da C.; VELOSA, A. L. Produção de cal em Cabo Verde. In: **Antrope**, n. 5, p. 85-108, dez. 2016.

MARTINS, C. B. Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu. In: **Novos Estudos**, n. 62, CEBRAP, p. 163-181, 2002.

MEIHY, J. C. S. B. **Canto de Morte Kaiowá**: história oral de vida. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

MEIRELES, S. Informalidade nas relações de trabalho: uma expressão imediata da flexibilização dos modos de produção. In: **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**: expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social. Belo Horizonte, CRESS – 6ª

Região, p. 1-11, 7-9 jun. 2013. Disponível em <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/INFORMALIDADE%20NAS%20RELA%C3%87%C3%95ES%20DE%20TRABALHO.pdf>. Acesso: 08 set. 2017.

MENDES, J. A. **Estudos do Patrimônio**: Museus e educação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

MILLER, D. **Trecos, Troços e Coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MORAES-WICHES, C. A. de. **Museu e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico**: (des) Caminhos da prática brasileira. Tese (Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

OLIVEIRA, R. I. da S. **Debaixo de Pedra e Cal**: As relações socioeconômicas da Capitânia de Itamaracá – 1654 a 1763. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

PARAYBA, R. E. R.; CAVALCANTI, V. M. M.; PERLATTI, F. **Mineração no Semiárido Brasileiro**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2009.

PALMER, M.; NEVELL, M.; SISSONS, M. **Industrial Archaeology**: a handbook. UK: Council of British Archaeology St Mary's House, 2012.

PELLINI, J. R. Paisagens: Práticas, memórias e narrativas. **Habitus**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 125-142, jan./jun. 2014.

QUEIROZ, L. A. P. **Água Fria é no Pote do Cariri Cearense**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

REIS, J. J. **A Morte é uma Festa**: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, J. A. A cal nas canárias: Elementos para o seu estudo. In: **Coloquio de Historia Canario-Americana**, XIII - Congreso de la Asociación Española de Americanistas, VIII, Las Palmas de Gran Canaria, 1998, p. 2030-2042.



RUBIM, J. C. R.; SILVA, R. T. da.; GARCIA, G. V. A Geoarqueologia no Projeto Pelourinho. In: Najjar, R. (Org.). Arqueologia no Pelourinho. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010, p. 104-115.

SANTIAGO, C. C. **Argamassas Tradicionais de Cal**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SCHORCHT, F.; Et al. **Best Available Techniques (BAT) Reference Document for the Production of Cement, Lime and Magnesium Oxide**: Industrial Emissions Directive 2010/75/EU Integrated Pollution Prevention and control. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013.

SILVA, F. A. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. In: **Métis**: história e cultura, UCS, v. 8, p. 121-139, 2009.

SMITH, A. Archaeological Landscapes: Exploring scale, movement and the politics of spatiality. In: **SAA 75th Anniversary Meeting St. Louis**, Forum Method and Theory of Spatial Investigations in the 21st Century", Missouri, Ap. 14 - 18, 2010.

SOUSA, G. S. de. **Tratado descritivo do Brazil em 1587**. Typographia universal de Laemmert, 1851.

SOUZA, M. A. T. de. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. (org.). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002, p. 63-85.

\_\_\_\_\_. Uma outra escravidão: a paisagem social do Engenho de São Joaquim, Goiás. In: **Vestígios**, Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 1, n. 1, p. 61-92, jan./jun., 2007.

SOUZA, R. de A e. Morar na caatinga: arqueologia do século XX no semiárido. In: **Blog Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte**: Laboratório Virtual de Arqueologia. 25 de fev. de 2014. Disponível em: <<http://arqueologiapublicalap.blogspot.com.br/search/label/Arqueologia%20Hist%C3%B3rica>>. Acesso em: 28 de ago. de 2014.

\_\_\_\_\_. Novos paradigmas à cultura material sertaneja e a Arqueologia do século XX nos sertões do Pernambuco, Ceará e Piauí. In: **Anais 1ª Semana de Arqueologia** - UNICAMP, "Arqueologia e Poder". Campinas: LAP/NEPAM, 2013.

\_\_\_\_\_. **Um Lugar na Caatinga**: Consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do nordeste brasileiro. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SPENCER-WOOD, S. M. Commentary: A feminist framework for analyzing complex gendered power dynamics altering cultural landscapes from the past into the present. In: BAUGHER, S; SPENCER-WOOD, S. M. (ed.). **Archaeology and Preservation of Gendered Landscapes**. New York: Springer, 2010, p. 343-360.

THOMAS, J. Archaeologies of place and landscape. In: HODDER, I (ed.). **Archaeological Theory Today**, Cambridge: Polity, p. 165-186, 2001.

TRINGHAM, R. Engendered places in prehistory. In: **Gender, Place and Culture**, A Journal of Feminist Geography, v. 1, n. 2, p. 169-203, sep. 1994.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar**: A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TILLEY, C. **A Phenomenology of Landscape**: places, paths and monuments. UK/USA: Berg Publishers, 1994.

VITA, S.; LUNA, F. J. Descrições de técnicas da química na produção de bens de acordo com os relatos dos naturalistas viajantes no Brasil Colonial e Imperial. In: **Química Nova**, v. 30, n. 5, p. 1381-1386, 2007.

YENTSCH, A. E. Close attention to place, landscape studies by historical archaeologists. In: YAMIN, R.; METHENY, K. B. (ed.). **Landscape Archaeology**: Reading and interpreting the american historical landscape. Knoxville: University of Tennessee, p. xxiii-xlii, 1996.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural** - Ferrovia Transnordestina, Trecho Salgueiro –Trindade (PE). Relatório Final de Monitoramento (no prelo), 2018.

ZANETTINI, P. E. Arqueologias de Canudos. In: LINO, J. T.; FUNARI, P. P. A. **Arqueologia da Guerra e do Conflito**. Erechim: Habilis Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. Arqueologia na caatinga: Arqueologia de Canudos, em Canudos ou para Canudos? In: **Revista Com Ciência**. Texto adaptado de palestra proferida na Associação Arte e Vida, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq19.shtml>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

ZEDEÑO, M. N. The Archaeology of Territory and Territoriality. In: DAVID, B.; THOMAS, J. (ed.). **Handbook of Landscape Archaeology**. Walnut Creek: Left Coast Press, Inc., 2008, p. 210-217.

## APENDICE

### A

O *Galego do Cal* (Juscelino da Costa Miranda), nascido em Parnamirim (13.06.1965) e criado no Povoado do Barro, foi o último caieirista e proprietário do lugar de trabalho em atividade durante o ano de 2010, quando registrei a última produção do município.



Figura 49 - *Galego do Cal* em seu local de trabalho.

Sempre trabalhou no *ramo* da cal e na ocasião, aos 45 anos, não tinha trabalhado com outra coisa. No ano em que foram coletadas informações sobre a produção no Povoado do Barro, só ele e um primo, trabalhavam com a produção, pois a produção não está mais dando lucro.

Também falou com orgulho que os fornos da comunidade são uma herança de seus avôs e pais. O forno em que ele estava trabalhando em sua propriedade não é o mais antigo do povoado. Existem outros construídos anteriormente.

O caieirista contou que ele mesmo construiu seu forno há mais ou menos 9 anos antes da entrevista. A construção foi realizada com a ajuda de oito ou dez pessoas. Mostrando o forno ele explica que foi necessário escavar 1,20 metros para fazer o alicerce.

Eu tenho 45 anos... desde menino é herança de meus pais, meus avôs usavam... Tem outros mais antigo. Tem deles de várias estruturas, tem redondo outros é assim feito nesse modelo aí... A construção ela é feita por mim mesmo. É eu mesmo que faço. O pessoal que trabalha comigo ajuda. Mas quem faz a armação é eu mesmo.

Praticamente é. Que a gente, a atividade daqui é essa. Que a gente trabalha com cal desde pequeno... Desde menino a gente trabalha. Meu

ramo sempre foi esse mesmo. Desde menino eu trabalho com isso. De meus avôs e meu pai.

Tenho dois filhos. Um eu mandei para Recife. Eu quero... eu quero eles estudando. O ramo aqui é muito pesado. Melhor o estudo. Estou botando eles pros estudo. Mas eu coloquei eles pros estudo. O negocio aqui é pesado, deixa só eu mesmo sofrendo que é herança dos meus avôs e pai. Meus filhos eu quero que siga outro ramo...

Ela trabalha em casa só mesmo. Esse trabalho aqui não dá pra mulher não, aqui é pesado. Só homem mesmo [...] Eu tenho os telefone de todos os cliente. Eles liga. Já fica lá minha mulher e atende.

Minha companheira trabalha em casa. Aqui esse trabalho aqui não dá para mulher não é muito pesado. Só homem mesmo.

Galego tem muito conhecimento sobre o lugar em que vive, onde dedicou os seus anos de trabalho. Falou com toda a certeza que em todo o subsolo das terras do povoado existem jazidas de calcário a disposição para quem quiser produzir a cal. Reconheceu que nunca soube de nenhuma pesquisa na região que ateste as dimensões das jazidas.

Demonstrou como as jazidas são encontradas e como a terra da superfície é retirada de forma manual com pás e picaretas, deixando a matriz de calcário a mostra. Para limpar a superfície da terra e expor a jazida o trabalho podia durar até mais de duas semanas. Mostrou a jazida que chama de *arrancador*, que estava sendo explorada há cerca de nove anos, tempo de construção do forno, e que já tinha atingido cerca de 9 metros de profundidade. Ele também contou como retiravam a água acumulada pela chuva, durante o inverno.

É aqui na jazida, aqui próximo. Nós tem. Nós chama de *arrancador*. O *minério* é ali. Tá ali. A gente chama de *arrancador*. O lugar que a gente extrai o *minério*. O lugar onde a gente extrai a pedra da jazia. [...] Mas aqui onde você explorar aqui é uma pedra só debaixo do solo.[...] Rende demais a pedra, onde você cava na superfície tem a pedra.

Tem várias jazidas. Tem daqui a um quilômetro, daqui a dois, daqui a dez. [...] Eu sei que o solo daqui é rico, onde perfurar aqui tem. [...] Agora assim, eu sei que essa [terra] daqui minha é rica porque a pedra é no solo, em qualquer lugar que perfurar tem, agora ninguém sabe a profundidade. Tem lugar que a gente vai. [...] ali no povoado tem umas fossas que a gente cava pros banheiro, ali quando você cava dois metros já toca nela e aqui já em cima no solo mesmo e o Açude dos Cachimbos é daqui a cinco quilômetro, não dá mais da seis. Lá é um baixio que a gente nem sonhava em dar esta pedra. Ai a Queiroz quando foi construir o açude cavou oitocentos metros para fazer o alicerce, que eles chamam oitocentos metros. Com vinte e cinco metros de profundidade deu nela. Até oitocentos metros de profundidade deu nela, uma rocha só.

Ao falar da produção expôs que é comum trabalhar com mais 10 caieiristas da própria comunidade e que viviam exclusivamente da produção. Devido à baixa nas vendas e a pouca rentabilidade não estava mais dando para trabalhar com mais

peessoas e pagar melhor os seus funcionários que eram informais. Neste período um saco da cal estava custando R\$3,00 e que ele só podia pagar R\$15,00 de diária aos seus funcionários. Por causa do baixo rendimento e apesar de ser o proprietário do forno e do *arrancador* ele também trabalhava junto com os seus funcionários.

Com o domínio de quem conhece o trabalho e se tornou o proprietário de um lugar de produção ele acrescentou que no *ramo* da cal também é necessário ter, além da propriedade, caminhões para o transporte de água e para transporte da cal já ensacada. Galego possui um açude e uma bomba que puxa a água para os carros pipas.

Em anos anteriores de trabalho forneceu a sua produção para o Ceará. Até o momento dos registros ele havia vendido para Parnamirim, Salgueiro, Ouricuri, Trindade, Araripinha, Cabrobó, Terra Nova, Santa Maria da Boa Vista, Granito, Exu, Bodocó e Murilândia, todos em Pernambuco. Não estava vendendo a produção para Petrolina por causa da competição com a produção caieirista da Bahia.

Ao falar mais sobre a produção o Galego informou que as longas estiagens favoreciam a produção que era realizada durante todo o ano. Mesmo que não ocorressem vendas em abundancia como no passado e por conta das longas estiagens a coleta de matéria prima seria realizada quase que o ano todo e o que não fosse vendido seria estocado. Somente em períodos de chuva, que acontecem frequentemente nos meses de janeiro e fevereiro a produção era paralisada. Como as chuvas na região é escassa era possível produzir quase que o ano todo.

É o ano todo. A gente funciona. Só no período de chuva, qui... Naquele período de chuva que enche isso aqui. Caminhão não trafega para butar pedra e nem lenha. Aí a gente para ali naquele período de chuva. Mas sempre quando dá a gente continua... O período daqui é curto. Só naqueles mês que pega chuva muita mesmo. Mas chuva fina rara a gente trabalha.

Uma das características observadas na produção foi que nenhuma máquina era utilizada para retirar o calcário. Isso foi confirmado pelo Galego da Cal com relação a extração das pedras de calcário do *arrancador*. Essa extração era feita manualmente com ferramentas e com o uso de explosivos. Para colocar os explosivos na jazida eram feitos manualmente furos de 60 a 100 com brocas e picaretas.

A gente usa aço. Fura ele aí e explode para poder quebrar. Mas é tudo manual. Nós não tem máquina não. A gente segura. É um segurando outro batendo. É tudo manual. Por isso que ocupa muita gente. Aqui ocupa muita gente porque tudo é manual. Nós não tem máquina para facilitar. Tudo que

é feito aqui é manual. Até para furar as explosão é tudo com a gente. [...] Eu não sei nem dizer qual é o nome daquilo ali. É um explosivo que a gente usa. Ela é quase assim como uma pólvora. Ele é em pó. [...] Tem um diâmetro e meio assim (furo) por aí assim. [...] Tem uns cinco centímetros assim (diâmetro). [...] Vai um batendo outro segurando, rodando.

Galego explicou como as pedras de calcário eram usadas para fazer a *armação*. Deu detalhes sobre a exploração das pedras que eles chamam tanto de *minério* quanto de *mineral*. Com o uso de explosivos as pedras de calcário eram retiradas do *arrancador* e depois reduzidas em tamanhos diferentes, com instrumentos como a marreta e a broca para serem arrumadas no forno.

A primeira quebra é aquela ali. [...] A gente tira daí de dentro (arrancador). Na *paviola*. Tira [de forma] manual. Coloca aqui encima do caminhão para poder levar pra lá [para o forno]. [...] Tem elas quebrada ali. Já ali ela já vai quebrada na marreta miúda prá poder fazer mais miudinha. Aí tem as pedras da armação que a gente chama de laje. Que é que faz a abóboda que a gente chama também. Que é igual a um tipo um forno de assar bolo. Aí a gente tem que ajeitar as pedra todinha para fazer a armação. [...] Para você fazer a armação. Que é para sustentar, pra fazer o lugar ali de botar o fogo. [...] Que tem que ter a armação para ter o lugar de colocar o fogo.

As dimensões das *lajes*: 20 a 30 cm de largura e 10 a 15 cm de espessura. Eram colocadas tanto em baixo do forno, quanto em cima, na abóboda. As *lajes* também eram usadas na armação para sustentar e colocar o fogo. As pedras grandes eram retiradas das jazidas com uma *paviola*, colocadas no caminhão e levadas para o forno, em um percurso menor que 50 metros. As pedras menores eram colocadas em cima das pedras da armação. Galego falou que não existe desperdício das pedras retiradas da jazida, até as menores, chamadas de *xerem* eram utilizadas.

Ainda sobre a produção Galego informou que cada fornada podia precisar de até oito “*carradas*” de pedras. Para alcançar o carregamento de duas *carradas* eles levavam mais de uma semana para quebrar e arrumar as pedras no forno.

No final eram produzidos 2500 sacos fechados de cal, cada saco possuía 25 Kg. Entre o trabalho de tirar as pedras do *arrancador*, montar a *armação*, queimar e ensacar o produto final os trabalhadores levavam 2 meses. O que podia gerar até 6 queimas anuais.

A concorrência no povoado era bem maior. Porém no período de coleta dos relatos orais somente a produção do Galego do Cal e de um primo, Francisco Batista de Miranda, ainda estavam em atividade. O forno de seu primo fica aproximadamente 3 km após o Povoado do Barro.



Galego mostrou o local onde a lenha usada na queima era armazenada. Mas uma vez descreveu a “*armação*” feita com pedras de calcário quebradas em tamanho menores, que era feita para separar a lenha das outras pedras. Explicou sobre o posicionamento das aberturas feitas com a *armação*, chamadas de *cachimbos*. Essas serviam para o aproveitamento do vento no processo da queima que podia durar até 70 horas ininterruptas. A temperatura do forno durante a queima nunca foi medida.

No momento da primeira visita ao local o forno estava passando por uma reforma da parte interna. Com as constantes queimas as estruturas podiam ser danificadas e por isso a cada duas ou três fornadas essa reforma era feita com a aplicação de uma camada de barro molhado na parede interna da câmara.

Antes de construir este forno, há cerca de 9 ou 10 anos, ele já trabalhava com o pai em um forno que atualmente está desativado. No mesmo povoado, Galego possuía três fornos, dois destes, que foram construídos em terrenos de parentes (pai e primo) estão desativados. O forno em questão foi construído em seu próprio terreno. Antes desta última construção ele apenas queimava as pedras nos fornos construídos em terrenos emprestados e não utilizava as jazidas destes terrenos. Inclusive a motivação para construir um forno em seu próprio terreno foi à desvantagem com o transporte da matéria-prima entre uma jazida escavada em seu terreno para os locais onde os fornos foram construídos.

Dez anos antes da conversa que tive com ele, os caeiristas só produziam os fornos em formato circular. Foi o *Galego do Cal* que teve a iniciativa de experimentar a construção de um forno retangular. Desde criança estava acostumado a construir os fornos com o seu pai, e o formato retangular foi o que teve maior rendimento em termos de produção. Disse também que ele e o pai inventaram sozinhos os formatos dos fornos que construiu. Galego nunca saiu do Povoado do Barro para conhecer outros formatos ou tipos de fornos.

“Os fornos... Tem deles de várias estruturas, tem redondo, outros feito nesse modelo aí...”

Esse modelo aqui ele fica melhor. Ele queima mais. Eu desde menino que faço teste com forno. Eu tenho dele que a gente chama redondo que é o circular. Tem esse aqui que é esse modelo. Esse modelo aqui é o que aprovou mais... Esse daqui é invenção minha. A construção é feita por mim mesmo. Sou eu mesmo que faço. O pessoal que trabalha para mim ajuda. Mas quem faz a armação sou eu mesmo.

Galego já recebeu algumas propostas de trabalho para fornecer cal para empresas que produzem tintas, porém nunca aceitou. Recebeu também uma proposta de um banco, onde lhe foi ofertado um empréstimo para poder construir um *moinho*. Esse *moinho* seria usado para refinar a cal que seria encaminhada para empresas de fabricação de tintas. O que é um pouco comum na região a respeito de correr riscos em negócios e garantir uma subsistência e não o aumento do lucro. O Galego foi muito categórico ao informar que preferiu continuar com sua clientela a tentar arriscar investir no negócio e depois ficar devendo ao banco.

Eu fico do jeito que eu tô mesmo. [...] Aqui já veio um pessoal mesmo. Um pessoal de Farias Brito. Ele ainda levou um bocado de cal daqui para moer lá, pra fazer cal de pintura. Que lá vai processado. Aí vai fazer cal de pintura. Aí ele queria muito. Ele interessado queria que eu trabalhasse para ele. Aí eu disse não. Eu fico do jeito que eu tou mesmo. Já recebi oferta de banco também. Eu tenho medo de dever. Para mim montar um moinho. Pra fazer o processo para empacotar ele pra fazer cal de pintura. Aí eu não quis não. Tenho medo de dever.

A cal é usada na construção de casas. Pode ser usada no reboco, argamassa de paredes de alvenaria e taipa, também fabricação de tintas. Galego reconhecia que a cal produzida era de boa qualidade, porém como era feito artesanalmente e não possuía embalagens industrializadas não recebia o devido valor do mercado. Repetiu que se não tivesse medo de ficar devendo ao banco, iria adquirir um moinho. O processamento da cal em um *moinho* refinaria mais o seu produto. “Tenho medo de dever e complicar a coisa... a gente vai levando a vida do jeito que tá e tá bom...”.

Para ele não existia problema em ensinar sobre a produção a quem tivesse interesse. Todos os seus trabalhadores sabiam de todos os processos da produção, menos da construção do forno. Porém diferente de seu pai e avô não colocou seus filhos para trabalharem na produção. Não existia interesse de ninguém da comunidade, de escolas, ou de professores para aprender ou falar sobre a fabricação do cal. Galego era procurado por pessoas que precisam de emprego e mesmo assim pessoas da comunidade. Fala também que só trabalhava com essa produção porque ele aprendeu com o avô e com o pai.

Ao voltar a falar da queima ele afirmou que para o calcário ser bem queimado a queima deveria alcançar certa temperatura e que ele reconhecia qual era a temperatura certa com a prática. Depois da queima a pedra de calcário deveria estar

completamente branca. Após a queima as pedras eram retiradas e colocadas no terreno. Depois eram molhadas para se transformarem em pó de cal. Não era possível retirar as pedras do forno depois do fogo e colocá-las em cima de um caminhão, pois se ocorresse uma chuva o caminhão podia queimar. Era necessário esperar cerca de três dias para que acontecesse o esfriamento. Depois de esfriar eram retiradas as pedras que não queimaram o suficiente que e eram reaproveitadas em uma nova queima.

Para o processo de hidratação da cal virgem eram necessários o uso de cinco carros pipa, cada um com sete mil litros. No total 35 mil litros de água eram jogados aos poucos na cal virgem. Todos os trabalhadores sabiam a quantidade certa de água que seria usada.

Nos tempos antigos, do seu pai e avô para trás, a cal era queimada no chão. A construção dos fornos no povoado tem pouco mais de 30 anos. Seu pai chegou a construir fornos, porém seu avô queimava em *caieiras* escavadas no chão.

Em tempos antigos seus parentes trabalhavam apenas com a produção caieirista. O Povoado do Barro se formou por causa desta produção, porém com os tempos os mais velhos foram morrendo e os mais novos foram aos poucos abandonando o ofício. No momento da pesquisa só uma pequena parte das pessoas na comunidade trabalhavam com a produção. Os que não optaram em trabalhar com a produção, trabalhavam com a criação de animais ou como caminhoneiros. Galego falou dos empregos gerados pela implantação da Ferrovia Transnordestina e que dois de seus irmãos estavam trabalhando para o empreendimento na época da entrevista.

Galego terminou a conversa dizendo que o Povoado do Barro aumentou de tamanho, praticamente dobrou nos últimos 20 anos. Esse aumento se deu por causa da produção da cal nas ultimas décadas que foi muito rentável.

Comentou que sua esposa o ajudava no trabalho, porém em casa, atendendo telefonemas e anotando recados de seus clientes.

## **B**

O Sr. Francisco da Silva (31.12.1975) é natural de Parnamirim e trabalhou com a produção da cal desde os 14 anos de idade. Com o *Galego do Cal* ele trabalhou os

últimos quatro anos até o momento da entrevista. Não tinha outra forma de ganhar dinheiro e trabalhar com a produção da cal, era o único sustento para a sua família. Preferia trabalhar com a produção caieirista, pois o trabalho na agricultura era menos rentável.

Antes de trabalhar no forno de *Galego* trabalhava no forno da *Roncadeira*. O seu pai também trabalhou com a produção caieirista na mesma comunidade. Além deles, outros parentes trabalharam como empregados na produção.



Figura 50 - Francisco durante entrevista.

Gostava de trabalhar com a produção da cal, porém reconheceu que o trabalho era desgastante e causava alguns danos para a saúde. Reconheceu que a falta de opção de trabalho na região o levou a se dedicar a este ofício.

No momento da entrevista ele estava trabalhando na última etapa do processo de fabricação da cal que é o ensacamento. Comentou que cada saco de 25 K era vendido por R\$ 3,50. Para ensacar toda a cal produzida em uma fornada a equipe podia passar mais ou menos 10 dias e eram necessários até seis trabalhadores, para esse serviço. Porém nem sempre esse número de trabalhadores eram colocados para ensacar o que atrasava um pouco o trabalho. Depois de ensacada a produção era levada para o depósito no povoado.

Logo após a queima as pedras queimadas ainda estavam muito quentes e era necessário esperar alguns dias antes de retirá-las do forno. Após isso as pedras eram molhadas. Depois de molhadas as pedras se desmancham em cal. E depois de esfriar a produção era peneirada e logo depois era ensacada.

Os trabalhadores chegavam a peneirar e ensacar cerca de 300 sacos de cal por dia. Em 10 dias de trabalho eles ensacavam até 2400 sacos de 25 quilos.

Para ele era bom ter oportunidade de trabalho o ano inteiro com a produção. Todos os trabalhadores faziam todas as etapas do serviço. Porém só o dono da propriedade sabia construir o forno, os trabalhadores não detinham essa sabedoria.

“Ele mesmo é quem sabe enforar. É ele quem levanta. A gente não sabe não. Não aprendemo não.”

## C

O Sr. Francisco da Silva em outra oportunidade demonstrou como as pedras de calcário depois de queimadas eram molhadas e como elas se transformavam em pó de cal. Processo que foi registrado em vídeos.

Ele também mostrou alguns instrumentos de trabalho e a peneira que era usada para peneirar a cal depois de hidratada e fria. Algumas pedras de calcário não eram totalmente queimadas e não se desmanchavam. Essas pedras eram guardadas e reaproveitadas para serem usadas em uma próxima queima.

Durante o inverno eles paravam de trabalhar e a jazida mostrada em outra entrevista enchia de água nos outros períodos. Depois da chuva era necessário retirar a água da jazida com uma bomba, para que o trabalho recomeçasse.

Francisco falou um pouco do desanimo que naquele momento o proprietário do forno (*Galego do Cal*) estava passando. Trabalhava apenas com quatro trabalhadores fixos, por causa da baixa nas vendas. O próprio Francisco já tinha deixado de trabalhar no forno da Fazenda Roncadeira e que provavelmente a produção nesse forno logo iria parar também.

## D

A conversar com o Sr. Francisco Batista de Miranda (13.07.1946), natural de Parnamirim, aconteceu em sua propriedade a Fazenda Roncadeira. Ele não nasceu no povoado e só começou a trabalhar com a produção da cal depois que se casou com uma tia do *Galego do Cal*. Apesar de trabalhar no *ramo* da cal nunca deixou a lida com a criação de gado. Sempre buscou conciliar os dois trabalhos. Aposentado há cerca de quatro anos como agricultor ele construiu um novo forno na Fazenda Roncadeira.

Contou com desanimo que a produção da cal no município estava enfraquecendo e que nos últimos anos ele trabalhou com no máximo duas fornadas por ano. A mais ou menos 10 meses antes da entrevista ele fez a última queima. Quando ainda produzia trabalhava com uma equipe pequena de 3 ou 4 pessoas, porém esses trabalhadores não eram fixos e trabalhavam ganhando diárias.

Aí o cal acabou-se. Agora não tem ninguém nem trabalhando. [...] Não é queimado nem mais um forno por ano. [...] Aí foi que se acabou-se o movimento. Não tem mais. Não tem mais movimento nenhum. Porque que acabou com o movimento do cal foi, já era fraco, foi o cimento. [...] Não compensa mais trabalhar não. Tá parado. Um saco de cal é 4 real, pra você entregar fora. [...] Parou.



Figura 51 - Sr. Francisco Miranda em sua propriedade.

A sua jazida era do outro lado da estrada. As pedras de calcário eram levadas para o forno em um caminhão.

O forno foi abandonado por causa da pouca procura do mercado consumidor. O preço do cimento atrapalhou as vendas da produção. Ele entende que o cimento foi o principal responsável pelo declínio da produção e que não era mais rentável trabalhar. Fez comparação entre o preço do saco de cimento e o saco da cal de 25 quilos que era vendido no máximo por R\$ 4 reais e que esse preço permaneceu o mesmo desde o início do plano real.

Da mesma forma que o *Galego do Cal* ele sabe *levantar* seus fornos e nenhum de seus trabalhadores aprendeu como *levantar* um forno. O seu forno foi construído de tijolos com abertura (*boca*) dos fundos que era usada para colocar lenha. Para o rejunte dos tijolos ele utilizou o próprio sedimento do terreno para fazer a *liga*. O

forno foi construído aproveitando o declínio do terreno, o que facilitava a sua estabilidade. Suas paredes foram construídas com duas fileiras de tijolos.

Os tamanhos em que eram cortadas as pedras de calcário antes da queima eram diferentes. E tanto as pedras pequenas quanto as grandes eram queimadas.

A cal era produzida de outra forma antes da introdução dos fornos na comunidade. Antes existiam as antigas *caieiras* que eram cavadas no chão e poderiam até ser de tijolos.

O seu forno poderia produzir cerca de 1000 sacos de cal, o que era muito pouco. O forno não queimava direito, consumia muita lenha e as pedras de calcário não eram bem queimadas, por isso o aproveitamento era pouco. Para ele o forno foi mal feito.

Nenhum dos jovens de sua família teve interesse em aprender a construir os fornos ou trabalhar no *ramo* da cal.

A produção era vendida em Parnamirim e Salgueiro ou em lugares onde existiam algumas construção de casas. Ele vendeu bastante para Salgueiro.

## E

Uma senhora se mostrou disposta a falar um pouco sobre o que conhecia da produção da cal no Povoado do Barro. Ela é uma antiga *loicera* (fabricante de potes, panelas e demais objetos de barro). Seu nome é Maria das Dores, nascida no ano de 1957 no próprio povoado.

Contou que o Povoado do Barro é antigo e que seu avô já nascera no povoado.

Conheci muita gente que trabalhou com o cal. Muita gente *veia* aí... O cal acabou... A vista do que era até 58, 59 até os ano de 70, acabou. Pode dizer que o cal acabou aqui. Só tem aquele forminho dele, do Galego. Outros deixou, foi embora. Chiquinho também lá na Roncadeira fazia muito. Também acabou. É muito pouco o cal aqui agora. Pois aqui antes era assim, no tempo daquelas *caieiras* era como uma rua. Eles acendiam fogo em quatro e cinco *caieiras* de uma vez. Aí enchia lá de gente. A gente ia pra lá. Ficava até tarde vendo eles queimar... Só os homens trabalhavam. A gente ia mais pra farra. Tudo mocinha. Tinha os rapaz, aí nós dobrava pra lá. Nós botava até água pros queimador, para eles lá. Era na cabeça que nós levava. Tinha um velhinho que butava a água na carroça, seu Antônio Pedro. A gente levava os balde na cabeça...O cal era usado na construção das casa, era construída com cal, muito pouco usava o cimento, naquele tempo. Era cal com barro e areia para levantar a parede e para o reboco era cal com areia... Era pra caiá as paredes e depois butava a tinta na parede... O chão muita gente fazia, os piso do chão, misturava o mesmo barro que



fazia a louça, as panela e os pote... Eles usava misturado com o cal para fazer o piso...ficava assim meio roxinho.

## F

O Sr. Francisco Casimiro Cajarana nasceu em Parnamirim, tinha 65 anos de idade e gostava de ser chamado de seu Chico. Ele começou a trabalhar com 12 anos na produção caieirista. A princípio trabalhou com o tio de Galego, mas antes já havia trabalhado com outros caieiristas. Como perdeu o pai aos oito anos de idade teve a necessidade de trabalhar cedo. Sempre conciliou o trabalho na *caieira* com outros serviços principalmente a agricultura. Possui mulher e três filhos, dois homens e uma mulher que moram na comunidade. Um de seus filhos trabalhava na manutenção da rodovia BR-314.



Figura 62 - Sr. Francisco Cajarana durante atividade de redução do calcário.

De início começou a trabalhar colocando a lenha no forno, durante o processo de queima. Depois trabalhou carregando as pedras de calcário.

Seu Chico possuía algumas limitações físicas causadas por acidentes que teve com quedas durante a vida e outros problemas de saúde por causa da lida no ramo do cal.

Quando eu tinha doze anos. O pai de *Galego do Cal* me chamou. Eu botava lenha mais ele. Eu trabalhava mais ele. Aí depois nós passou a trabalhar lá no cal mesmo, quebrava a pedra no pé, botava a pedra o dia todo. Botava a cal na *paviola*. Dois homens, um na frente outro atrás. A gente botava o peso que a gente podia. Só Deus mesmo, eu fracturei três costela, quebrei isso aqui. De queda.[...] Só não estou na cadeira de roda. [...] Tem quatro mês que eu estou parado. Mas de vez em quando eu vou lá. Quando ele precisa eu vou. [...] Aí teve um época que eu parei de trabalhar com cal

porque tava saindo muito sangue pelo nariz. [...] Ela entra, ela queima a pele do cabra. [...] Aquele pó que entra, aquilo cola na gente.

Já era aposentado e conseguia viver com a sua aposentadoria, porém parou de trabalhar com a produção da cal há cerca de um mês antes da conversa que tivemos. Parou de trabalhar por causa da baixa na produção e afirmou que se o Galego precisasse dele, mesmo que com 80 anos de idade ele ainda trabalharia no *ramo* da cal.

Seu Chico falava com orgulho que sabia fazer todas as etapas da produção. Porém nunca trabalhou na construção dos fornos. Apenas auxiliou os proprietários carregando materiais. Falou que o serviço era um pouco complicado e que era só para quem entendia.

Existia uma ordem em que as pedras eram arrumadas no forno. Era feita a base da *armação*, onde as pedras menores eram colocadas em baixo até um metro e pouco de altura. As pedras maiores eram colocadas em seguida, sempre arrumadas das menores para as maiores. Essa organização era feita para *amarrar* corretamente as pedras no forno de uma forma segura para os trabalhadores. O Galego é um mestre da produção caieirista e conseguia arrumar as pedras em um forno como nenhum outro caieirista.

Antigamente a lenha era coletada e transportada no *lombo do jumento* e depois era transportada em carros.

Além de trabalhar diretamente na produção ele também trabalhava descarregando a produção em Ouricuri, Salgueiro, Bodocó, Exu, Araripina, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande em Pernambuco, e até em Porteira no Ceará. Só não transportou a produção para Petrolina.

Uma época precisou parar de trabalhar com a produção, pois estava colocando sangue pelo nariz. A poeira da cal é muito “danosa à saúde”, “principalmente quando as pedras são queimadas e a água é jogada”.

Não era mais rentável vender a cal. Antes o trabalho era mais duro por não trabalharem com carros, porém se vendia mais. Em um tempo era muita gente no povoado produzindo a cal e naquele momento só o Galego trabalhava na produção.

Não tinha lembranças de quando começou a queimar o calcário em fornos. Falou que o forno do Galego era muito resistente e que outros na comunidade não eram tão resistentes.

Desde criança conhecia todas as etapas da produção, reconheceu que o Galego também conhecia todas as etapas.

## G

Em outra conversa seu Chico (Sr. Francisco Cajarana), uma pessoa idosa e forte apesar dos diversos problemas de saúde, continuou falando do trabalho na produção. O que ficou claro é que seu orgulho de ter se dedicado a um ofício durante parte de sua vida e garantido o seu sustento e o de sua família superava qualquer dificuldade e era o que ele mais gostava de mencionar. Apesar dos danos a sua saúde causados pela produção ele não se referia a ela com tristeza ou rancor.

Sempre dedicando a sua fala ao seu trabalho e como esse trabalho era feito ele conta que a baixa nas vendas influenciou na perda de trabalho para alguns moradores do povoado. Em momentos anteriores quando a produção era muita, o Galego podia contratar até 15 trabalhadores e nos últimos anos só contratou no máximo cinco ou seis trabalhadores.

Mas uma vez se referindo aos problemas de saúde, ele repetia que gostava do trabalho, mas que sua saúde andava muito prejudicada por causa dos anos em que se dedicou a produção. Não participava mais do processo da queima por causa de sua saúde e algumas vezes já se queimou com gravidade.

## H

Em uma nova conversa com o *Galego do Cal* (Juscelino da Costa Miranda) ele discorreu mais um pouco sobre a produção e algumas de suas características. Segurando em suas mãos a cal ele explicou que o produto também podia ser usado para a fabricação de tinta, mas deveria ser mais refinado. O que não ocorria com a cal que ele produzia, pois não era destinada para esse fim. Como uma característica observada com outros pequenos produtores de Parnamirim, existia uma prática ou escolha de tentar manter a sua subsistência, sem a necessidade de aumentar excessivamente os seus lucros. Partindo desse pensamento ele contou que não quis

pegar empréstimos oferecidos por bancos para comprar equipamentos que ele chamava de *moinho* e poder refinar a sua produção. Esse processo de refinamento poderia lhe oferecer clientes novos que trabalhavam na fabricação de tintas.

A cal produzida em sua propriedade servia para ser usada junto com o cimento na construção de casas. Também era usada em argamassas (cal, areia e cimento). Antes do cimento ela também era usada para o mesmo fim.

Os fornos de alvenaria economizavam mais lenhas, comparando com as antigas *caieiras* cavadas no chão.

Não, a gente tinha as *caieiras* primeiro. O forno economiza mais lenha para queimar. *Caieira* de primeiro ela levava lenha demais. Nós fazia caieira mesmo, cavadas no chão. Eu tenho lá na escritura, Fazenda Caieira, devido ser da época que nós produzia nas *caieiras*, mas tá com mais de anos que a gente deixou de fazer *caieira*. A gente só faz forno mesmo.

...a *caieira* era construída no chão mesmo, e nas próprias lajes do próprio calcário fazia a armação [...] e [...] meus avôs, meus pais já queimavam era em outro tipo de coisa. Eles faziam uma *caieira*. Era no meio do tempo. Amontoavam as pedra no meio do tempo. Não tinha esses forno não. Na época era meio atrasado.

Sem a influência direta dos ventos a queima era mais rentável, pois as pedras eram melhores queimadas. Os fornos eram construídos de forma que o vento não incidisse muito nas entradas de lenha (*cachimbos*). Ele sempre observou a direção dos ventos durante os diferentes períodos do ano. Durante o inverno o vento costuma vir da direção sul e durante as estiagens os ventos costumam sopram da direção norte. Mas acrescenta que não é só o vento que determina uma boa queima. O que facilitava mesmo uma boa queima nos fornos de alvenaria é que os mesmos proporcionavam uma vedação ao material que seria queimado. Porém durante o inverno, por causa dos fortes ventos era mais difícil queimar.

A argamassa de barro que era colocada como revestimento nas paredes internas do forno era preparada unicamente com o sedimento retirado do próprio local onde o forno foi construído e misturado com água. Já o revestimento de barro que era feito nas paredes internas do forno entre as queimas durante as reformas era feito com o barro misturado com uma quantidade de areia para resistir às queimas.

Para construir o forno ele precisou cavar cerca de 2 metros de profundidade até chegar à rocha matriz, com a ajuda de cinco ou seis auxiliares para carregar

material. A escolha do local para a construção do forno também foi baseada pela proximidade da jazida e do açude, para facilitar e intensificar a produção.

Aprendeu a construir os fornos com o pai, o Sr. Eufrásio da Costa Miranda, de 73 anos. *Galego* repete que só trabalhou com a produção caieirista e desde os seis anos de idade.

A lenha usada na queima é pouca em comparação ao que era usada antes dos fornos de alvenaria. Toda a lenha queimada era retirada da própria região. Não existia critério para a escolha de lenha, qualquer lenha era usada, tais como as das espécies: favela, umburana, algaroba, cajueiro e outros. *Galego* já usou também restos de madeiras de construção para queimar.

“Deu o fogo pode pegar até o pó de madeira. O que for”

Quando acontecia a retirada da cal de dentro do forno eles reaproveitavam as pedras de calcário que não eram queimadas. A *armação* era feita com a organização das pedras dentro do forno ao formar bases que eram divididas em sessões que separavam o local onde a lenha era armazenada. A lenha também servia para acomodar as pedras que eram colocadas na parte superior do forno. A organização das lenhas e das pedras montava a estrutura para facilitar a queima em toda parte interna do forno.

A retirada dos blocos grandes de pedras da jazida era manual também. Eles furavam manualmente o calcário, com dois trabalhadores. Um deles segurava um instrumento e outro batia até alcançar a profundidade correta para colocar o explosivo (dinamite). Nesse processo eles costumavam gastar duas horas para perfurar um metro de profundidade.

O trabalho era dividido entre o grupo de trabalhadores. O *Galego* trabalhava em todos os processos de fabricação. Porém, o processo de organização do material dentro do forno para a queima, só ele e seu pai sabia fazer. Poucos de seus trabalhadores sabiam fazer a *armação*, e precisavam de supervisão. Por este motivo sem ele a produção não acontecia.

Antes a produção era maior e naquele ano a produção estava muito fraca. No momento só ele trabalhava com a produção no povoado. Seu primo desistiu de produzir fazia pouco tempo.

Devido à falta de investimento do governo municipal, com a falta de manutenção na estrada que dá acesso ao povoado e a retirada da escola do povoado fez com que muitas pessoas saíssem do povoado para morar em Quixaba ou Parnamirim.

Todos os seus trabalhadores, exceto o Francisco da Silva, moravam no Povoado do Barro. Francisco passava a semana no Povoado e durante o fim de semana ia a Parnamirim ficar com a família.

A maioria dos seus funcionários e ele só estudaram até o primário. O pouco que ganhavam era suficiente para viverem de uma forma simples. Nenhum de seus filhos homens trabalhava com a produção. Ele preferiu investir nos estudos dos filhos e até mandá-los para estudarem em Recife, para que eles tivessem outras oportunidades.

Seu avô viveu até os 96 anos e sempre trabalhou com a produção. Seu pai também trabalhou até perto dos 70 anos. Devido às poucas vendas há cerca de um ano ele abriu uma oficina de placas de gesso próximo ao local onde ele produzia cal. Esse trabalho com o gesso passou a ser conciliado com o trabalho de produção do cal.

## I

O Sr. Eufrásio da Costa Miranda (04.04.1939) nasceu em uma fazenda vizinha do Povoado do Barro e mudou-se para o povoado depois de casado aos 24 anos. No momento da entrevista ele não trabalhava mais com a produção, pois parou logo após se aposentar.

Relatou que começou a trabalhar muito jovem e mesmo antes de se casar ele já trabalhava com a produção desde os 15 anos de idade. No tempo de sua juventude a produção da cal era feita no povoado que era bem menor e com poucas casas. Naquela época as pessoas também trabalhavam com a agricultura, criação de animais e com a produção do cal.



Figura 53 - Sr. Eufrásio em sua residência.

Antes dos fornos de alvenaria a produção era feita em *caieiras* rasas e algumas vezes nem era necessário cavar. As pedras de calcário eram colocadas no chão e queimadas com a lenha.

As mulher andava por lá e tudo. Mas num trabalhava, mulher nunca trabalhou por lá não. A num ser, se tinha um trabalho para mulher era quando tava butando fogo lá nas caieirinhas, tinha umas que butava água na cabeça. Nessa época tinha os jumento e as mulher saia com as latinha na cabeça. Mas depois do carro, não teve mais... As comida nós fazia lá mesmo.

O primeiro forno a ser construído na década de 60 ou 70 foi feito por ele na Fazenda Roncadeira. Ele informa que apesar de ter sido o primeiro, esse forno, que era circular, não rendeu muito por não ter dado uma boa para queima. Ele atribui o fracasso nesse experimento a forma como o forno foi construído.

Após verificar que o primeiro forno não alcançou o resultado almejado ele construiu outro forno bem perto do povoado. Esse novo forno não teve uma jazida próxima, porém possui um açude bem próximo. Segundo Sr. Eufrásio em todo o povoado existem reservas de calcários, mas a escolha do local para a construção do forno foi decidida pela localização do açude.

Ele aprendeu a fazer os fornos depois de ter trabalhado em Juazeiro da Bahia. A queima das pedras nas *caieiras* eram feitas em seis dias. Depois da construção dos fornos a queima diminuiu para três dias. E o produto final ganhou mais qualidade.

“A fornaria dele era diferente, né. É do tipo fechado. Por isso ele não era bom queimador. Ele era fechado embaixo”. Nessa fala ele se refere às aberturas fixas chamadas de *bocas*, que não foram feitas no primeiro forno construído por ele.



Para que aconteça uma boa queima é necessário que a construção do forno possibilite a entrada correta do vento. Isso não aconteceu no primeiro forno construído na Fazenda Roncadeira. Esse tinha a parte de baixo isolada e era necessário ter duas *bocas*, uma para a entrada do ar e outra para a saída. Ele acrescenta que depois da construção do forno da *Roncadeira* ele ainda construiu mais três fornos no povoado.

O uso da cal produzida por eles era direcionado a construção de casas de taipa e alvenaria. Era mais utilizada na mistura que era destinada para assentar os tijolos. A cal era misturada ao barro e a areia. Não se usava cimento.

Quando estava ativo a sua produção era vendida nas cidades vizinhas, Ceará e Piauí. Antes dos carros todo o processo era feito com a ajuda de animais (jumento). A introdução dos carros na produção com o transporte das vendas ocorreu na década de 1960. Quando começaram a usar veículos eles puderam expandir as vendas para o Ceará e Piauí. A construção da rodovia facilitou bastante.

A introdução do cimento na construção civil foi a principal causa do declínio nas vendas. Até os anos de 2000 eles ainda produziram a cal na região com uma certa rentabilidade. Depois as vendas foram declinando bastante. A última queima foi realizada no forno do Galego em 2010.

Voltando a falar das *caieiras*, ele ainda informou que por mais de 40 anos produziu cal nelas e vendeu muito. Muitas famílias do povoado viveram dessa produção. Na época das *caieiras* era comum se queimar até 15 delas de uma vez.

Uma *caieira* podia empregar até 15 homens. Mulheres nunca trabalharam com esse ofício. Na época que não usavam os carros para os transportes da água as mulheres ajudavam no carregamento de água. Ele reforçou que a produção de cal era um trabalho para homens.

A produção ocorria o ano todo. Para a queima tanto nas *caieiras* quanto nos fornos era necessário que alguns homens ficassem na supervisão da queima dia e noite através do abastecimento da lenha.

Ele fala um pouco da fundação do povoado e fala da família do Velho Chicó. Esse último é lembrado como o fundador Povoado do Barro.

Simplicio da Costa Miranda, apelidado de Biluca, era o pai de seu Eufrásio. Ele também trabalhou com a produção. Seu Eufrásio teve cinco irmãos homens e todos eles trabalharam com a produção da cal. Dos filhos de Eufrásio, dos seis homens, cinco deles trabalharam com a produção.

Voltando a falar sobre os fornos. Sr. Eufrásio explicou sobre os formatos deles. O forno retangular do *Galego do Cal* produzia cerca de 180 toneladas de cal.

## J

Foi possível visitar um curtume na comunidade de Cacimbinha no Município de Salgueiro durante no ano de 2012. Lá conheci o Sr. José Alves da Silva (29.09.1936), seu filho o Sr. Francisco José da Silva (08.09.1963) e pude constatar um uso da cal não mencionado pelos caieiristas.

O Sr. José Alves da Silva gosta de ser chamado de Zequinha e trabalha com o couro em curtumes desde os 15 anos de idade. Aprendeu o ofício com um compadre onde trabalhou dois anos em até aprender todo o processo e poder abrir seu próprio curtume.

O atual curtume, localizado no sítio da família, tinha 22 anos de existência. Zequinha disse que quando começou a trabalhar no tratamento das peles de animais, o material era muito vendido, pois tudo era feito do couro (sela, sapato, cintos, malas, bolsas, etc.). O motivo do mercado do couro decair bastante foi por causa da introdução de produtos de plástico ou de borracha.

Zequinha nos mostra que seu curtume que foi montado perto de um local “bom para água”. Mostra uma árvore nativa da região que segundo o mesmo indica existência de água em profundidade. Para encontrar água no local foi necessário cavar 18 metros de profundidade, pois o trabalho no curtume depende o tempo todo de água.



Figura 54 - (a) Sr. Zequinha (José Alves da Silva); (b) Sr. Francisco José da Silva.



Figura 55 - (a) Sr. Francisco José prepara a casca do angico para colocar no tanque e colorir o couro;  
(b) Tanque para imersão das solas.

Zequinha mostra o primeiro local onde o couro era tratado, com cinza e cal para retirada dos pelos no couro. O couro ficava submerso oito dias em uma mistura de água, cal e cinzas. A cal usada no processo era comprada nas casas de construção da cidade.

Zequinha e seu filho mostraram os tanques e falaram de todo o processo de tratamento do couro.

Mostraram como usavam a casca de uma árvore conhecida pelo nome de “angico”. Disseram que essas cascas seriam para dar a tonalidade avermelhada no couro.

O curtume possuía quatro tanques e cada um servia para um trabalhador, mas só haviam três pessoas trabalhando quando estive lá. Todo o processo de tratamento do couro é artesanal.

O Sr. Francisco José explicou que o mercado parou de exigir a produção e aí as vendas foram diminuindo. Eles só produziam uma quantidade bem pequena para manter uma pequena renda. Por não venderem muito eles conciliavam o trabalho no curtume com a agricultura.

O couro tratado por eles era doado ou comprado na própria feira de Salgueiro. Eles preferiam comprar couros de animais maiores. Esses couros podiam ser de bovinos,

ovelhas ou caprinos. Afirmaram que se fosse possível eles curtiriam até couro de veado, porco espinho ou até o couro do jacaré.

Chamaram as peças de couro já curtidas de “solas”. Essas peças variavam de preço pelo tamanho e pela qualidade. Voltaram a falar das peles de animais que eram mais difíceis de encontrar, pois dependiam da caça. As peças desses animais, como o couro do veado, eram mais caras. O que não quer dizer que algumas peças de animais maiores como bodes e bois, que depois do processo rendiam solas de boa qualidade e tamanho, podiam também ser vendidas a preços mais caros. Os preços das peças podiam variar de 15 a 50 reais. Antigamente as solas eram vendidas por peso.

Os dois falaram com tristeza que um valor de 300 mil reais foi liberado para a Associação de Cacimbinha para a construção de um curtume industrial para a comunidade. Dez pessoas da comunidade receberam capacitação para trabalharem no curtume industrial, mas o valor foi desviado e o projeto não foi adiante.

Reconheceram que o problema da produção estava na saída dos materiais, pois as vendas diminuíram bastante. A matéria prima era bastante fácil de encontrar, pois as peles eram adquiridas do próprio gado consumido pela população na cidade.

Seus principais clientes eram os seleiros, que compram as solas para fazer as roupas do vaqueiro ou as selas de cavalos.

Atualmente em Salgueiro só existia esse curtume. Zequinha disse que quando começou a trabalhar com o couro existiam mais de 27 curtumes em Salgueiro e as vendas eram lucrativas. Era muito comum que semanalmente uma carroceria de caminhão fosse totalmente carregada com solas de couro e levadas para a feira na cidade.

Zequinha afirmou que já sentia vontade de parar com a produção, pois as vendas não estavam compensando o trabalho. Francisco e outro irmão trabalhavam com o couro desde adolescente, mas já pretendiam parar de trabalhar. Francisco não ensinou o trabalho a nenhum de seus filhos. Dois deles incentivaram que o pai, o tio e o avô parassem de trabalhar. Apesar de toda a dificuldade eles gostavam de trabalhar no curtume.

A produção semanal era muito pouca, mas eles costumavam sempre levar alguma produção para as feiras semanais na cidade. Francisco disse que tem um cliente fiel que toda a semana compra duas solas de couro na mão dele.

## K

O seleiro Sr. Antônio Napoleão da Cruz (23.08.1938) nasceu na zona rural de Salgueiro. Suas posses foram todas obtidas com a atividade de confecção de peças em couro. Ele exemplifica com as 03 propriedades que tem, adquiridas em 1986.

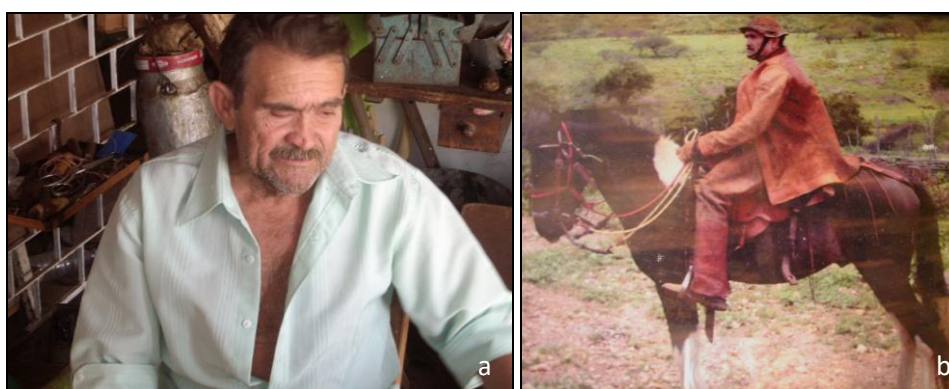


Figura 56 - Sr. Antônio em seu ateliê.

Figura 7. Reprodução de uma fotografia do Sr. Antônio em seu traje de vaqueiro.

Aprendeu o ofício por curiosidade própria, depois que decidiu desmanchar e copiar uma peça usada. O artesão informou que sabe confeccionar todas peças do cotidiano de vaqueiro e montador (cangalha, selote, chapéus, sandálias, selas, pára-peitos e outros).

Começou a trabalhar na agricultura aos doze anos de idade depois do falecimento do pai. O interesse no trabalho com o couro só foi despertado aos 13 anos, mas ele não pôde continuar tão logo, pois o trabalho diário nas roças era urgente para a sobrevivência e de sua família. Só depois dos 20 anos de idade ele pôde se dedicar mais com mais intensidade ao artesanato de couro. Desde então passou a alternar o trabalho de artesanato com a agricultura e a criação de gado. Quando jovem também trabalhava como vaqueiro.

Antônio Napoleão costumava vender suas peças para clientes de Salgueiro, Arcoverde e outras cidades de Pernambuco. Porém suas peças já foram enviadas até para São Paulo.

Ele comentou uma desavença que teve com uma exposição de suas peças em couro quando as colocaram associadas à foto de Zé do Mestre. Isso lhe causou grande aborrecimento e por isso ficou bastante desgostoso com a forma em que as pessoas do município de Salgueiro encaram sua atividade.

A matéria-prima que usa para fabricar suas peças é comprada em Salgueiro (Pau Ferro), Serra Talhada e Triunfo. Ele mostrou o couro produzido no curtume em Pau Ferro, um couro mais avermelhado e mais grosseiro. Os couros produzidos em Serra Talhada e Triunfo são mais claros e mais macios.

Ele informou que coloca óleo de dendê vindo da Bahia para deixar o couro mais maleável. A mistura é feita com sebo de boi (3 litros), *óleo 40* (1 litro) e azeite de dendê (1/2 litro).

Um de seus filhos o ajuda com o trabalho de couro nos horários vagos, pois o mesmo trabalha como professor em uma Alto-Escola. No momento da entrevista este filho estava reformando uma sela que foi rasgada devido ao uso na caatinga.

Entre os diversos produtos produzidos as selas são as mais encomendadas. Os preços podiam variar entre R\$700,00 a R\$240,00.

Ele explicou sobre os tipos de selas (campeira e a de vaquejada). As selas campeiras são acompanhadas de outras indumentárias que protege o animal (peito e olhos) e o vaqueiro.

Além do couro o artesão ainda compra algumas ferragens em casas de construção para a confecção de fivelas.

Ele mostrou algumas de suas peças (calças, gibões, pára-peitos e outros) e explicou que todas elas eram marcadas com as suas iniciais. Todas as peças mostradas foram encomendadas. O artesão só trabalhava através de encomendas.

Antônio Napoleão mostrou como marca o couro com os variados motivos decorativos. Ele usa carimbos de metal e um martelo. O carimbo é colocado no couro e golpeado com o martelo para marcar fortemente a peça. Para melhor fixar as marcas no couro o artesão molha o local com água. Os carimbos são produzidos com decorações ou *bordados*, produzidos pelo próprio artesão.

Os carimbos com os *bordados* são comuns a todas as pessoas que trabalham com o couro. É comum que seus clientes escolham as marcas ou *bordados*. Antônio

possui muitas peças e algumas delas estão emprestadas para outros artesãos. Ele mostrou como faz a marca de suas iniciais no couro.

Apresentou uma coleção de carimbos com todas as letras do alfabeto que foram produzidas por ele. Mostrou também uma pequena *placa* de couro onde marcou um recado para seus clientes.

Antônio disse que o gosto pelo artesanato do couro nasceu por causa da lida com o gado e a agricultura. Ele possui uma propriedade rural, onde trabalha durante os fins de semana principalmente com a criação de animais.

Comentou que nunca frequentou a Missa do Vaqueiro em Serrita (uma celebração que conta com a participação de centenas de vaqueiros), pois um de seus parentes tem problemas com pessoas da cidade. Por ele se parecer muito com seus familiares evitava alguns lugares, pois afirmou não gostar de brigas.

Outro filho de Antônio trabalhava com o couro. Atualmente estava morando em São Paulo com a própria família.

Ele reconheceu que sua atividade de artesanato em couro é pouco valorizada na cidade de Salgueiro. Muitas de suas peças são levadas para fora da cidade ou para outros estados. Reclamou bastante da falta de procura pelo artesanato.